



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores

Luís de Souza Junior

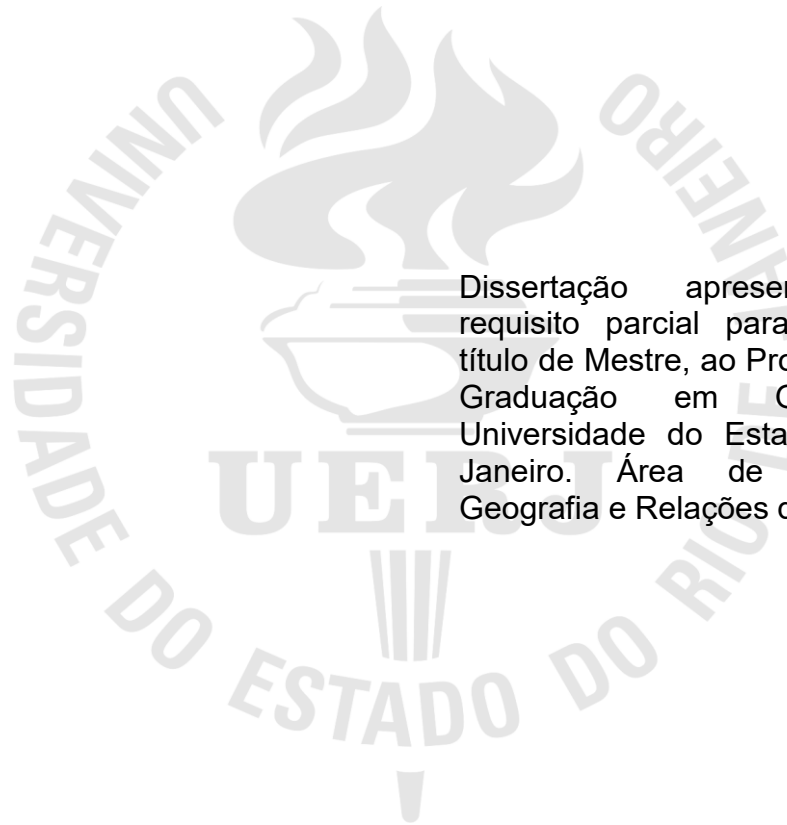
**Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense: uma  
análise sobre os mercados de pescado no município de Niterói (RJ)**

São Gonçalo

2015

Luís de Souza Junior

**Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense: uma análise sobre os mercados de pescado no município de Niterói (RJ)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Geografia e Relações de Poder

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Catia Antonia da Silva

São Gonçalo

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

S729

Souza Junior, Luís de.

Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense:  
uma análise sobre os mercados de pescado no município de  
Niterói (RJ) / Luís de Souza Junior — 2015.  
117f.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Catia Antonia da Silva  
Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de  
Professores.

1. Pesca – Aspectos econômicos – Niterói (RJ) – Teses. 2.  
Economia urbana – Teses. 3. Espaço urbano – Teses. I. Silva,  
Catia Antonia da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 639.2 (815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Luís de Souza Junior

**Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense: uma análise sobre  
o mercado de pescado no município de Niterói (RJ)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Geografia e Relações de Poder

Aprovada em 17 de julho de 2015.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Catia Antonia da Silva (Orientadora)  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

---

Prof. Dr. Márcio Cataia  
Instituto de Geociências - UNICAMP

---

Prof. Dr. Nilo Sérgio D'Ávila Modesto  
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

São Gonçalo

2015

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha pequena Julia, que com seu pedacinho de vida aumenta minha alma a cada dia.

## AGRADECIMENTOS

Talvez, esse seja o momento mais injusto do nosso trabalho, pois corremos o risco de esquecermos familiares e amigos próximos que de alguma forma contribuíram para confecção dessa dissertação. Tentaremos, dessa forma, agradecer a todos os bons encontros que participaram da minha trajetória, seja na faculdade bebendo um cafézinho ou mesmo na esquina acompanhado de uma cerveja, agradeço a todos, sem exceção.

Agradeço a Deus por me dar força e iluminar meus caminhos de forma imanente, por participar ativamente nos pequenos milagres cotidianos, milagres estes que são a fonte de minhas inquietudes.

Agradeço aos meus familiares que acompanharam e acompanham minhas dificuldades apoiando incondicionalmente minhas escolhas. Agradeço, sobretudo, pela paciência nas minhas “ausências” físicas e espirituais. Dessa forma, destaco as mulheres da minha vida, a minha mãe Catarina, minha irmã Karine, minha esposa Mariana e minha filha Julia.

Agradeço aos pescadores e demais agentes que participam da circulação do pescado por perderam um pouco do seu tempo nos explicando o funcionamento dos mercados. Um agradecimento especial aos pescadores de Itaipu, por serem solícitos a nossas indagações. Com toda certeza tais agentes são exemplos de vida para além da academia.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Mestrado Geografia da Faculdade de Formação de Professores, em especial aos professores Nilo Sérgio e Paulinho, que fizeram críticas extremamente construtivas no relatório de qualificação. Outro agradecimento especial é ao professor Valter do programa de Geografia da UFF, que me mostrou de maneira bastante didática um panorama sobre os diferentes autores das Ciências sociais. Igualmente, agradeço também ao parecer crítico e sensibilidade do professor Marcio Cataia da Universidade de Campinas, certeza que seu parecer mudou os rumos da presente pesquisa.

Agradeço aos meus companheiros do NUTEMC, Felipe, Carol, Milaysa, Pedro, Beatriz, Rhana, Pedro, Nara e Rodrigo. Este último, um irmão que me acompanha desde os tempos do ensino médio nos tempos e espaços cotidianos.

Agradeço também ao grande Isac Alves, mestre do mar e exemplo de trajetória de vida. Sem seu conhecimento e pensamento crítico aguçado um terço dessa dissertação não estaria concluída no presente momento.

Um agradecimento especial a minha orientadora Catia Antonia da Silva pela riqueza de conhecimento que se confunde com a riqueza espiritual e de vida. Sinto-me honrado em trabalhar na sua equipe desde os tempos da graduação.

Agradeço a todas as escolas onde passei, equipe que fiz parte, colegas e amigos que eu fiz no caminho e alunos que eu conheci, em especial a equipe da Escola Barão de Iriri. Com toda certeza esse foi e está sendo um diálogo de saberes muito rico.

Por fim agradeço aos amigos de fora da academia, Leo, Frazão e Sérgio. Primeiro pelas resenhas cotidianas sempre regadas e pela amizade construída ha uma década.

## RESUMO

SOUZA JUNIOR, Luís de. *Os circuitos da economia urbana na metrópole fluminense: uma análise sobre os mercados de pescado no município de Niterói (RJ)*. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

A produção e circulação do pescado no município de Niterói vêm de longo tempo e se atualiza no presente. No atual período, tal atividade se tornou um traço marcante no município que conta com sete atracadouros de pesca, sendo três destinados a embarcações artesanais e quatro embarcações industriais, fazendo com que Niterói seja um importante ponto de abastecimento do pescado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Entretanto, a expansão urbana no município fez com que os mercados de pesca se diferenciassem em sua forma e conteúdo, formando circuitos extremamente extrovertidos e unificados pelo mercado e circuitos voltados para o abastecimento atacadista-varejista local. O presente trabalho tem o objetivo de compreender a circulação do pescado na metrópole fluminense. Dessa forma, buscaremos analisar os elementos que compõe os diferentes mercados atacadistas e varejistas de pescado no município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro. Para tanto, recorreremos aos conceitos de território usado e dos dois circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979, 2006), na crítica à distopia do mercado autorregulado (POLANYI, 2000) e na noção de mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2013).

**Palavras-chave:** Metrópole. Circuitos da economia urbana. Território usado. Mercado de pesca. Niterói.

## ABSTRACT

SOUZA JUNIOR, Luís. *The circuits of the urban economy in fluminense's metropolis: an analysis of the fish markets in Niterói (RJ)*. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

The production and circulation of fish in Niterói city come from long time and updates at the present. In the current period, such activity has become a striking feature in the municipality which has seven fishing piers, three for the craft and four industrial vessels, leading Niterói to an important spot over fish supply in the metropolitan area of Rio de Janeiro city. However, urban expansion in the city has made the fishing markets differed in its form and content, forming extremely outgoing circuits and unified by the market and geared circuits for wholesaler-retailer supply location. This current study aims to understand the comercial movement of fish in the state metropolis. Thus, we will seek to analyze the elements that compose the different wholesale markets and fish retailers into Niterói city, metropolitan region of Rio de Janeiro. For that, we turn to the concepts of territory used and the two circuits from urban economy (SANTOS, 1979, 2006), the critical dystopia of the self-regulated market (POLANYI, 2000) and the socially necessary concept of market (RIBEIRO, 2013).

**Keywords:** Metropolis. Circuits of the urban economy. Territory used. Fishing Market. Niterói.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Produção nacional de pescado (t) extrativa (1950-2010) .....	61
Gráfico 2 –	Produção do pescado (pesca extrativa marinha) por Região (2009-2010) .....	62
Gráfico 3 –	Produção do pescado nacional (pesca extrativa marinha) por estado da federação (2009-2010) .....	63
Mapa 1 –	Estado do Rio de Janeiro e suas regiões .....	77
Mapa 2 –	Região metropolitana do Rio de Janeiro por número de pescadores .....	78
Figura 1 –	Cais do Matuano (frota industrial) .....	79
Figura 2 –	Área de desembarque (pesca artesanal) cais de Portugal pequeno.....	80
Figura 3 –	Vendedores e compradores alinhados.....	83
Figura 4 –	Carregador trabalhando no mercado da colônia Z8.....	84
Figura 5 –	Exposição do pescado por pregoeiros.....	85
Figura 6 –	Caminhões a espera do pescado em Portugal Pequeno .....	88
Figura 7 –	Mercado da colônia Z8.....	89
Figura 8 –	Caixas de Isopor comercializada no mercado .....	90
Mapa 3 –	Posição de Niterói na região metropolitana .....	92
Mapa 4 –	Niterói dividida por regiões metropolitanas .....	93
Tabela 1 –	Principais áreas de desembarque pesqueiro na região metropolitana .....	94
Figura 9 –	Antigo mercado de São Pedro Rua Visconde do Rio Branco .	96
Figura 10 –	Interior do mercado de São Pedro 1970 .....	97
Figura 11 –	Mercado de São Pedro 2013.....	98
Figura 12 –	Pescado exposto em um dos boxes- mercado de São Pedro	99

Figura 13 –	Entrada do mercado de São Pedro .....	100
Figura 14 –	Região oceânica de Niterói .....	102
Figura 15 –	Pesca de arrasto na praia de Itaipu .....	103
Figura 16 –	Distribuição do pescado capturado .....	104
Mapa 5 –	Limites entre a reserva de Itaipu .....	106
Figura 17 –	Pescadores voltando do mar .....	106
Figura 18 –	Mercado a varejo na praia .....	108
Figura 19 –	Beneficiamento do pescado na praia .....	108
Figura 20 –	Leilão na praia de Itaipu .....	109

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAPI	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu
FAO	Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura
FIPERJ	Fundação Instituto Pesca do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPECSA	Centro para los servicios de información y asesoramiento sobre la comercialización de los productos pesqueros de América Latina
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1</b>	<b>OS USOS DO TERRITÓRIO E A ECONOMIA: INTERSEÇÕES ENTRE OS MERCADOS E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA .....</b>	<b>19</b>
1.1	Os usos do território e os circuitos da economia urbana .....	19
1.2	Impulsos globais, circuitos espaciais e vida metropolitana: o circuito superior da economia urbana .....	23
1.3	Mercado socialmente necessário, contiguidade e economia popular: o circuito inferior da economia urbana .....	26
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA DA SOCIEDADE DE MERCADO SEGUNDO KARL POLANYI .....</b>	<b>32</b>
2.1	A economia substantiva e as suas formas de integração na sociedade .....	32
2.2	A formação da sociedade de mercado .....	37
2.3	Tensionando o mercado autorregulado: os possíveis caminhos para a submersão da economia na arquitetura social .....	44
<b>3</b>	<b>ELEMENTOS BALIZADORES DA ECONOMIA PESQUEIRA: ESPAÇO, SOCIEDADE E NATUREZA .....</b>	<b>48</b>
3.1	Território enquanto recurso e abrigo: características da atividade pesqueira .....	48
3.2	Um pequeno esboço da organização socioespacial da pesca no litoral brasileiro .....	54
3.3	As formas de organização produtiva da pesca artesanal .....	64
<b>4</b>	<b>OS MERCADOS E A CIRCULAÇÃO DO PESCADO: UM ESFORÇO DE TIPOLOGIA .....</b>	<b>71</b>
4.1	Sobre o conceito de Tipologia: possibilidades e limites .....	71
4.2	A comercialização do pescado nos diversos tipos de mercado .....	73

<b>5</b>	<b>ORDEM LOCAL E ORDEM GLOBAL: MAPEANDO OS MERCADOS ATACADISTAS DE PESCADO NA METRÓPOLE FLUMINENSE .....</b>	<b>77</b>
5.1	<b>Os grandes mercados atacadistas do pescado na metrópole fluminense: a convergência dos circuitos da economia urbana no CEASA e no mercado da Z8 .....</b>	<b>77</b>
<b>6</b>	<b>OS MERCADOS VAREJISTAS DE PESCADO EM NITERÓI .....</b>	<b>91</b>
6.1	<b>Breve caracterização do Município de Niterói .....</b>	<b>91</b>
6.2	<b>O mercado de São Pedro .....</b>	<b>96</b>
6.3	<b>O mercado de Itaipu .....</b>	<b>101</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>111</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>
	<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>	<b>117</b>

## INTRODUÇÃO

O tema proposto está centrado na comercialização do pescado no contexto metropolitano fluminense. Com o auxílio do conceito de território usado, dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 1979; 2001; SANTOS; SILVEIRA, 2001) da crítica ao mercado autorregulável (POLANYI, 2000) e do mercado socialmente necessário (RIBEIRO, 2013) que o presente trabalho buscará compreender a relação entre os mercados e os diferentes usos do território. Para tanto, nos deteremos à análise de dois mercados atacadistas (Mercado da colônia Z8 e o mercado do CEASA-RJ) e dois mercados varejistas (São Pedro e Itaipu).

Ao longo dos anos os mercados foram lugares de encontros entre diferentes povos de diversas matrizes de pensamento, influenciando e sendo influenciado pela produção social do espaço. Para além da mera função de intercâmbio monetário, os mercados eram palcos de negociação e criatividade que envolvia tanto o comerciante quanto o freguês. Em face disso, acreditamos que os mercados possuem princípios de comportamentos mercantis, mas também guarda consigo outras características, tais como a inventividade, criatividade, reciprocidade.

Contudo, apesar de ser um importante lugar de encontro, um olhar mais atento para o funcionamento dos mercados, percebemos as diversas formas de espólio estabelecidas nos acordos entre os agentes que coparticipam da comercialização. A título de exemplo, nos mercados de pesca isso se torna nítido-tanto nas negociações dos preços com os atravessadores, leiloeiros e donos da banca quanto no “pinga”, quantia de pescado “tomada” dos pescadores pelos donos das bancas nas negociações.

Julgamos que o tema proposto seja fundamental para análise geográfica porque entende o espaço como totalidade, *pois o espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos [e ações] existentes numa extensão contínua, todos sem exceção* (SANTOS, 2012, p. 46, grifo meu) bem como para compreensão dos diferentes mercados em um contexto marcado pela modernização excludente. Somado a isso, se torna mister entender a Geografia não somente enquanto ciência do Estado, ou das grandes corporações e buscar na própria ciência geográfica em diálogo com os agentes não hegemônicos, um projeto emancipatório ou,

parafraseando Boaventura de Souza Santos (2006), um projeto alternativo de alternativas.

Partindo desses pressupostos é que buscamos aqui o entendimento da trajetória dos agentes que produzem o mercado de pesca, outras experiências além daquela que se forja como pensamento único e não enxerga a diversidade de trocas e experiências que vem sendo historicamente desperdiçadas. Dialogar com tais agentes pode nos ajudar a compreender os elementos que balizam os diferentes mercados de pesca, bem como os diversos mecanismos de espoliação pelo qual os pescadores se submetem para resolver a sua vida.

Neste sentido, nos apoiamos naquilo que Karl Polanyi (2000) chamou de economia substantiva. Em suma, essa noção, diferente da economia abstrata das proposições neoclássicas, busca compreender a economia impulsionada menos para obtenção do lucro do que para satisfação das necessidades básicas. Dessa forma, urge reinserir a economia na arquitetura social e cultural.

Os impulsos globais nas sociedades periféricas são extremamente seletivos e buscam mobilizar seus recursos em locais atrativos ao grande capital. Milton Santos (1979) afirma que tais impactos são produtores de dois circuitos econômicos, ao mesmo tempo complementares e hierárquicos, responsáveis não só pelos processos econômicos, mas também pela produção social do espaço geográfico.

Existe, portanto, um circuito que se alimenta dos vetores mais modernos da globalização, pelo qual Milton Santos classificou de circuito superior, ou simplesmente circuito moderno. Tal circuito produz o essencial das suas relações fora da cidade ou região que o abriga e tem por cenário o país ou o exterior. Do contrário, o circuito inferior da economia é bem enraizado na cidade e é formado por atividades de pequena dimensão. Essa é a economia que, apesar de não ser a economia hegemônica, é fonte de consumo e renda de um sem número de pessoas que vivem nas cidades das sociedades periféricas. Importante destacar que tais circuitos são formados pelo mesmo fenômeno, a modernização excludente. Como adverte Milton Santos.

A existência de uma massa de pessoas vivendo com salários muito baixos, ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de

satisfaze-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo.” (SANTOS, 1979, p. 29).

A força dos desenraizamentos produzidos pela nova economia, adverte Ribeiro (2013), obriga a atualização da pauta humanista. Dito isso, a articulação entre o sujeito corporificado e o território, sob à luz da crítica a concepção dominante de mercado, exige trazer à tona algumas características mais marcantes do novo economicismo, “disseminado através dos elos entre ciência, técnica e lucro” (RIBEIRO, 2013). A noção de mercado socialmente necessário proposto pela autora nos ajuda a refletir sobre a força dos “fracos”. Dito em outras palavras, autores pensados de “baixo para cima”.

O ator aqui proposto – que também se alimenta da reflexividade contemporânea e, logo, do pensamento estratégico- já existe em embrião, como exemplificam: as lutas dos vendedores ambulantes nos centros das principais metrópoles do mundo, as redes de troca de tantas experiências latino-americanas, os projetos territorializados, os projetos de desenvolvimento local e os experimentos em economia solidária. (RIBEIRO, 2013, p. 306).

Apesar de reunir diferentes organizações produtivas da pesca, o mercado da metrópole fluminense, em sua maior parte, é produzido pelos pequenos pescadores artesanais espalhados pelos diversos agrupamentos pesqueiros do litoral fluminense. Por possuírem níveis de capitais reduzidos, níveis de organização não burocráticos e níveis técnicos não modernos, tais agentes fazem parte do circuito inferior da economia urbana. Igualmente a isso as formas sociais pesqueiras são sobreviventes das sucessivas modernizações, mas também possuem a capacidade de absorver e se apropriar dos vetores modernos (como na utilização de motores e as redes de náilon), se utilizando da astúcia para resolução dos obstáculos cotidianos. Resistência e tenacidade, característica da “arte de resolver a vida”.

A pesca no município de Niterói é realizada desde períodos imemoriais. O estudo dos sambaquis permitiu, por exemplo, compreender a centralidade da coleta e a pesca na região do recôncavo da Guanabara, antes mesmo da fundação da cidade. Apesar disso, existe um hiato na literatura geográfica acerca da circulação do pescado no referido município. Portanto, acreditamos que a proposta de dissertação buscará atenuar algumas lacunas, tanto no que se refere aos estudos geográficos quanto no reconhecimento dos agentes que participam da comercialização desta atividade.

Os mercados de pescado são mostrados pela grande mídia como lugares sujos, sem higiene, com pessoas gritando por todos os lados. Uma cacofonia de sons, odores e sabores. Contudo, o que tem destaque, sobretudo nos mercados atacadistas são os preços em conta do pescado. Porém um fato que não aparece são as contradições provocadas pela transferência geográfica do valor do pescado, realizado à custa da precarização do labor pescador artesanal que, por sua vez, são residuais nos grandes mercados de pescado pelo fato de, em sua maioria, não dispor de meios de armazenamento e transporte eficazes.

Um fato marcante é que em geral os mercados atacadistas funcionam no início da noite, como o caso do CEASA-RJ, ou no começo de madrugada, como no caso do mercado da colônia Z8. Igualmente a isso, cabe destacar a grande presença de carros e caminhões especializados. Isso mostra que do desembarque do pescado ainda nos cais e nas praias até a exposição nos mercados, o pescado passa por inúmeros agentes que participam do processo produtivo da mercadoria.

O mercado CEASA-RJ possui um complexo nível de organização, pelo qual as frotas de caminhões especializados chegam de vários lugares do Brasil, e do mundo, como no caso do Salmão chileno. Ainda que não esteja localizado no município de Niterói, esse mercado influencia a comercialização de toda metrópole, tendo em vista que o preço base do pescado é estabelecido a partir de uma “solidariedade organizacional” entre os mercados. Nesta linha, os mercados do CEASA-RJ e da colônia Z8 funcionam em horários diferentes de modo que os pregoeiros e pescadores possam ter uma opção maior de comercialização.

Se comparado com o CEASA-RJ o mercado na colônia Z8 possui tamanho e capacidade reduzida. Contudo, tal mercado é capaz de abarcar a maior parte do pescado produzida pelos agrupamentos pesqueiros da baía de Guanabara e de algumas regiões vizinhas. Grande parte do mercado varejista do leste metropolitano (Niterói, São Gonçalo e Itaboraí) é abastecido graças ao mercado da colônia Z8, com destaque para o possante mercado de São Pedro que atrai compradores de toda região Metropolitana fluminense.

O mercado de São Pedro foi fundado na década de 1970, quando foi desativado da praia, por motivos de higiene e para finalização do projeto aterro da Praia Grande em Niterói. Tal obra foi utilizada para adequar o trânsito a ponte Rio-Niterói. Desde sua inauguração até os dias atuais o mercado de São Pedro recebeu o status de patrimônio do município de Niterói e seu pescado é “matéria-prima” dos

restaurantes mais requintados da metrópole. Suas formas de consumo se diferem dos demais mercados varejistas da metrópole pelo fato do mercado ser símbolo de distinção e higiene, tendo em vista os padrões normativos impostos pela FIPERJ.

O mercado realizado na praia de Itaipu, por sua vez, é estabelecido na praia pelos próprios pescadores artesanais. Aqui a lógica do mercado é enraizada na vida de relações do lugar. Os pescadores organizados tratam de beneficiar o pescado e vender para os compradores, que podem ser comerciantes da própria região ou moradores. Podemos situar alguns fatores que fazem com que o mercado esteja submerso nas relações sociais, tais como: reciprocidade, inventividade e solidariedade. Diante das incertezas das *forças produtivas da natureza* (DIEGUES, 1985, 1995) e dos impactos no meio provocados pelos agentes modernizadores (especulação imobiliária, pesca predatória e atividades portuárias) os pescadores precisam estar em negociação permanente para não deixar seu abrigo ser ainda mais ameaçado.

Para compreender esse “magma de significações” tomamos de empréstimo o conceito de *território usado* (SANTOS, 2012; SANTOS; SILVEIRA, 2012). Sinônimo de espaço banal, o território com essa conotação adquire um caráter relacional, abrigando todos os homens, mulheres, firmas e instituições que, apesar de possuírem forças diferentes produzem o espaço geográfico. O tensionamento entre os agentes que participam de tal circuito produzem relações hierárquicas e complementares, ou tomando de empréstimo o arcabouço mais recente de Milton Santos (2006), horizontalidades e verticalidades.

Na metodologia de investigação do presente estudo, optamos por empreender o método de pesquisa qualitativo, ou seja, aquele em que a complexidade do mundo objetivo não se resume em sua quantificação. Todavia, no decorrer do trabalho, a título de ilustração, forneceremos alguns dados (primários e secundários) para melhor compreensão do tema pretendido, sempre frisando que a tradução em números de uma dada realidade consiste na sua redução e simplificação, correspondendo apenas a uma pequena fração do nosso estudo e não a sua totalidade.

Na primeira etapa da investigação nos utilizamos dos marcos analítico discutidos em nossas disciplinas do programa de mestrado e nas reuniões de orientação. A partir de autores da Geografia procuramos identificar os caminhos e

“desvios” geográficos que nossa proposta pretende seguir. Aqui, nosso aporte analítico acerca dos mercados ganhou uma consistência geográfica.

Na segunda etapa buscamos mergulhar na leitura acerca do mercado, economia e sociedade. Nesse sentido, encontramos em Polainy (2000) e seus comentadores, um aporte indispensável para fomentar o diálogo entre mercado e sociedade.

A terceira etapa consistiu no levantamento bibliográfico acerca da produção pesqueira artesanal no Brasil, mais especificamente no litoral fluminense. Foi necessário encontrar as especificidades da pesca artesanal enquanto atividade econômica e modo de vida. Nesse itinerário, encontramos em Diegues (1986; 1995) um aporte fundamental, sobretudo ressaltando a relação da pesca com as incertezas das forças produtivas naturais. Destacamos os trabalhos de Francys Doumenge (1968), Lysia Cavalcante Bernardes (1950), Raquel Soeiro Brito (1950). Nesta etapa também nos apoiamos em dados mais gerais levantados junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, da Organização das Nações Unidas e Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura.

Os capítulos que seguiram foram frutos dos trabalhos de campo realizados nos mercados de pescado de Niterói, mas também de dados obtidos junto a FIPERJ e INFOPECA. Os dados obtidos no CEASA-RJ foram em sua maioria extraídos do relatório da INFOPECA. A partir das entrevistas com os comerciantes, conseguimos compreender melhor o circuito produtivo da pesca bem como o funcionamento e história do mercado varejista de São Pedro. Nos campos realizados na praia de Itaipu realizamos entrevistas com os pescadores na praia. Percebemos aqui outra forma de comércio do pescado.

## 1 OS USOS DO TERRITÓRIO E A ECONOMIA: INTERSEÇÕES ENTRE OS MERCADOS E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

### 1.1 Os usos do território e os circuitos da economia urbana

Ao longo da história do pensamento geográfico, o conceito de território foi fundamental para o entendimento das relações de poder estabelecidas nas sociedades. As primeiras leituras acerca do território aparecem atreladas ao Estado. Por essa via, o território é entendido como área ou espaço onde os agentes hegemônicos exercitam o poder (econômico, político ou religioso) por meio do aparato estatal. Ainda que não se igualem ao poder das corporações transnacionais e do Estado, outras formas de organização social, tais como sindicatos, ONG's, associações de moradores também utilizam o território na proposição apresentada. Aqui, "as instituições são meios de ações para o grupo de poder, sendo o território mero palco do desenrolar da história" (CATAIA, 2010), notadamente dando primazia ao tempo enquanto elemento de mudança.

Outra interpretação do território pode ser reconhecida naquela onde o Estado detém o maior poder capacidade de intervenção/manipulação do território. Ao contrário da primeira concepção, o Estado não é meio para o exercício do poder, entretanto encarnaria o maior poder na utilização do território. "Neste caso, o território seria um objeto de disputa, pois ele é o meio para a ação do poder" (CATAIA, 2010). Dessa maneira o Estado não é a única instituição que usaria/disputaria o território. Todavia, apesar do território possuir centralidade em tal interpretação, ainda assim é algo vazio, despido de vida, como uma "folha de papel" em branco em que o Estado desenha e esquadrinha novas formas-conteúdos.

Nos primeiro caso o território seria um mero palco onde se dão os acontecimentos que poderiam se dar em qualquer outro lugar. A Ação independeria do lugar. No segundo caso, o território seria um objeto inerte passível de manipulação segundo os interesses daquele que o manipula." (CATAIA, 2010, p. 2).

Rogério Haesbaert (2011) no seu célebre livro "*O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade*" nos diz que o conceito de território foi

amplamente difundido entre as mais distintas ciências sociais e naturais, sob a luz da dimensão material e simbólica. No entanto, cada disciplina privilegiou o uso de apenas uma das dimensões. A título de exemplo, a Geografia, História e Economia deram ênfase aos aspectos materiais, enquanto a Antropologia privilegiou a reflexão acerca das relações simbólicas, identitárias e culturais. Até mesmo no interior da Geografia, existem diferenciações internas acerca do território, o que prova a ambivalência e complexidade de tal conceito. Segundo o autor, no âmago da Geografia existem autores que enfatizaram os aspectos econômicos e aqueles que trabalham com uma abordagem centrada na política.

Sem querer expor a ampla discussão acerca do conceito de território, optamos no presente trabalho seguir o caminho analítico definido por Milton Santos como *território usado*. Por esta via, o território encarna duas dimensões, uma geométrica e outra social. Enquanto a primeira caracteriza-se pela distância física, extensão territorial, pelos cálculos da localização e distribuição dos fenômenos na superfície terrestre, a segunda, sem deixar de incorporar à primeira, encarna “os usos que, por meio do trabalho e da técnica disponíveis, variam em cada sociedade segundo a época e lugar” (CATAIA, 2010).

O *território usado* é um misto de fixos e fluxos, se expande e se retrai, deixa de ser um recorte fixo, como é concebido na visão tradicional do território e se torna relacional. Sinônimo de *espaço banal*, o território usado é onde todos os homens e mulheres, firmas e instituições coexistem abarcando tanto a escala dos grandes agentes quanto a escala do cotidiano.

Tal como nos ensina Milton Santos (2011), apesar das firmas, instituições e pessoas possuírem alcances econômicos e geográficos distintos, uma leitura ativa do território deve levar em conta todos sem exceção, pois o território enquanto recurso, abrigo e possibilidade acolhem tanto os tempos rápidos do Estado e das grandes empresas quanto os tempos lentos dos demais agentes.

Nas metrópoles- onde é nítida a coexistência da ordem global e local e sendo por isso *território usado* por excelência- a aceleração provocada pelas densidades técnicas e informacionais distorcem os sentidos e quem detém a força para desvendar as confabulações do discurso hegemônico são os *homens lentos*, homens estes que possuem os recursos indispensáveis para manutenção do próprio quadro de vida e, por isso, carregam consigo a potência para uma “*outra globalização*” pautada nas relações horizontais. Do contrário, aquele que detém a

velocidade e mobilidade para esquadrihar as cidades, acaba por ver pouco da cidade e do mundo (SANTOS, 2005).

Segundo MORAES (1985), a distribuição das atividades econômicas na superfície terrestre sempre foi um dos temas mais tradicionais das fronteiras interdisciplinares entre a Geografia e a Economia. Entretanto, estas análises partiam de um viés funcional baseado no método positivista e neopositivista, “prendendo-se na aparência do real, na geometria dos desenhos e na epiderme dos processos” (MORAES, 1985). Esse autor indica que os circuitos espaciais e círculos de cooperação devem ser analisados sob a ótica da mundialização do espaço geográfico e das relações sociais de produção. Nesta direção, a materialização geográfica da produção, distribuição e consumo se dá através dos circuitos espaciais, enquanto a divisão territorial do trabalho é pensada a partir dos círculos de cooperação.

Do que foi exposto pode-se deduzir que aos circuitos espaciais de produção corresponde a uma dada dotação de meios de produção sobre o espaço, que sob a forma de capital fixo, participam continuamente do circuito. Tal dotação expressa em sua magnitude, diversificação etc. uma determinada posição na divisão do trabalho num dado momento.” (MORAES, 1985, p. 6).

De certa forma, vale destacar que existem circuitos espaciais extremamente dispersos pelo território nacional, extrovertidos que rompem a escala da nação e circuitos confinados a escala local. Os circuitos produtivos nos revelam a produção do espaço baseado na “transferência geográfica do valor” bem como nos lembra que o trabalho é sempre comum, solidário e circular.

Outra aproximação com os usos do território se encontra baseado nos circuitos da economia urbana. Enquanto o circuito espacial se atém a análise dos ramos econômicos, nos circuitos da economia a primazia é dada a coexistência dos agentes socioeconômicos no espaço urbano. Todavia, cabe destacar que os circuitos da economia urbana se atrelam aos circuitos espaciais, tendo em vista que estes são a materialização da produção, distribuição e consumo nas cidades.

A teoria dos circuitos, diz Sposito (2003), busca a superar os “atrasos” teóricos advindos das correntes da planificação, em voga nos anos 50 e 60, e inserir na análise do urbano “a dimensão histórica da especificidade do espaço do terceiro mundo”. Tais teorias da planificação advogavam por uma oposição entre as atividades urbanas em um setor moderno e outro arcaico e, sobretudo opondo a

racionalidade ao atributo fundamental das atividades modernas enquanto a irracionalidade era o adjetivo utilizado para designar aquelas atividades que não incorporavam os modelos de produção modernos. Porém, concordamos com Silva (2012) quando ela afirma que

A partir de uma outra perspectiva teórica, a geográfica, uma das grandes contribuições de Milton Santos foi a insistência na ideia de que o circuito inferior não é irracional e nem ineficiente, porque encontramos racionalidade nessa forma de produzir e distribuir. Racionalidade essa que é capaz de gerar trabalho para muitos e com pouco capital[3]. O circuito inferior, onde há fabricação, comércio e serviços não modernos, não pode ser reduzido, como se faz atualmente, a uma questão tributária, ou seja, simplesmente classificá-las de acordo com a obediência às normas do Estado. (SILVA, 2012, p. 1).

Os circuitos da economia urbana nos ajuda a compreender a dinâmica das cidades capitalistas das sociedades periféricas. O princípio da seletividade e hierarquização, características inerentes à lógica das grandes empresas instaladas nas cidades, buscam subespaços atrativos a novíssima modernização. Tal fator produz subespaços compostos por atividades modernas, enquanto os demais espaços são utilizados por atividades não modernas, criando diferenciações tanto na distribuição, na produção e no consumo quanto na organização do espaço.

Neste sentido, a grande cidade e a metrópole, portanto, nos revela a mundialização da economia expressa no seu espaço geográfico a partir da aceleração contemporânea e dos tempos rápidos, interligando-se a espaços distantes por meio dos fluxos de mercadorias, pessoas, informações e ordens de todo tipo. Contudo, um olhar mais atento para o interior das metrópoles também nos revela os tempos mais lentos dos agentes não hegemônicos. Fato que pode ser percebido por meio de um sem número de atividades destinadas a manutenção da vida dos pobres. Assim, a metrópole abriga tanto a cidade rica quanto a cidade pobre, como descreve Milton Santos (2009):

As atividades não-hegemônicas são, em geral, deixadas a “espontaneidade do mercado”. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam o próprio Estado. (SANTOS, 2009, p. 120).

## 1.2 Impulsos globais, circuitos espaciais e vida metropolitana: o circuito superior da economia urbana

O modo de produção capitalista busca sua expansão permanente, criando força para revolucionar o mundo. Essa necessidade se dá a partir do fato de que a mola propulsora de tal sistema são as leis que forçam cada capitalista a aumentar o seu capital, fato que contribui para a existência de tensões que são inerentes ao seu processo de expansão em níveis cada vez maiores. A relação indissociável entre técnica, ciência e informação tornou possível financeirização do mundo, criando hierarquias entre os lugares e tornando possível a interpenetração do capitalismo em escala planetária. Prevista por Marx ainda no século XIX, a internacionalização do capital alicerçada na evolução e barateamento dos sistemas de transportes e comunicação fez com que os Estados resignificassem o seu papel diante da requalificação dos espaços.

Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente nas novas correntes mundiais. O meio técnico-técnico-científico-informacional é a aparência geográfica da globalização. (SANTOS, 2012, p. 239).

Santos (2012) afirma que o que muda do atual período para o seus antecessores é a presença maciça da informação nos usos do território. O meio técnico-científico-informacional é o período que expressa à base material e ideológica da globalização. Conformado pela “convergência tecnológica” tal período é formado pela união da telecomunicação com a informática, o que permitiu e permite o controle mais eficaz dos espaços nacionais.

O progresso tecnológico acarretou na conformação de solidariedades organizacionais entre lugares distantes diminuindo a arena da produção propriamente dita e alargando suas áreas para as outras etapas da produção (circulação, distribuição e consumo). Tais solidariedades são geradoras de um intenso movimento dialético do território no nível mundial, nacional e local.

A partir da criação das redes foi possível a empiricização do mundo. Novos sistemas de objetos possibilitam a maior fluidez de mercadorias, informações pessoas e ordens, destruindo antigas solidariedades e produzindo um cotidiano

disciplinado sob a égide dos agentes hegemônicos. Contudo, apesar da capacidade de fragmentar as fronteiras, as redes não destroem o poder exercido pelo Estado no território, apenas resignifica o seu papel, pois cabe a ele a função de distribuir no país os conteúdos técnicos e normativos, produzindo desigualdades técnicas (modernizando ou envelhecendo os lugares).

Diante disso, uma divisão territorial do trabalho cada vez mais mundializada impulsiona a dispersão das etapas da produção, ao passo que os círculos de cooperação criam forças concentradoras, acarretando dessa forma na especialização produtiva dos lugares, característica da lógica global. Cabe destacar que o movimento de dispersão / concentração do capital no atual período demanda tanto de capitais fixos (estradas, pontes, plantas fabris etc.) quanto de capitais constantes (equipamentos especializados e maquinários) para sua conformação. Daí a importância da vinculação entre os fixos e fluxos na conformação dos territórios.

Nas sociedades periféricas, os impulsos globais são extremamente seletivos e concentram seus esforços na busca por espaços mais atrativos para o aumento do lucro, criando redes de solidariedade entre lugares distantes sob a égide da política das grandes empresas e dos organismos supranacionais. Essa lógica tende a ter a natureza exógena, não se interessando pela história dos lugares, atrelando-se aos circuitos superiores da economia.

Pautada nas ações estratégicas, no marketing e nos mais diversos estímulos propiciados pela ideologia produtivista, as ações concernentes aos agentes do circuito superior da economia tem como principal motor a lógica mercantil. Tal como afirma Ribeiro (2013 c), os impulsos globais interpenetram no tecido social urbano historicamente construído através das redes técnicas estimulando padrões de comportamentos adequados a expansão ampliada do consumo de forma desejada, segura e eficiente.

Segundo Santos (1979) não existe inconveniente em chamar o circuito superior em circuito moderno pelo fato deste ser comandado pelas variáveis mais modernas do sistema econômico mundial. Formados principalmente pelo comércio e indústria moderna, mas também pelo comércio de importação e exportação, esse circuito tem no banco o traço de união entre a economia urbana local e os escalões econômicos superiores (SANTOS, 1979).

A modernização, sob a égide dos agentes do circuito superior da economia, acarreta num deslocamento da decisão. “A política seguida pela grande empresa não se insere num desenvolvimento planejado da cidade. Ela é elaborada fora da cidade e dos problemas internos da empresa” (SANTOS, 1979). É neste sentido que os vetores da modernização buscam espaços atrativos para sua difusão produzindo formas perfeitas universais que visam à eliminação dos obstáculos a livre circulação das mercadorias, pessoas e dinheiro, pois não basta produzir é necessário por a produção em movimento.

Os circuitos superiores da economia caracterizam-se pela densidade técnica e informacional, demanda de capital intensivo para realização de suas atividades, suas relações de criação são padronizadas, imitativas, além de manipular uma grande quantidade de mercadorias. Por estar ligado à lógica mundial por um denso sistema de engenharia, este conjunto de agentes possuem a capacidade de interferir diretamente nas políticas territoriais nacionais, como na criação de redes de transferências (estradas de rodagens, portos e aeroportos), além de se beneficiarem de incentivos fiscais para se alocarem em determinadas cidades. Desse modo, ocorre a criação de um sistema de circulação, material e imaterial, para sua dispersão geográfica.

No atual período, marcado pelo aumento da atuação das empresas transnacionais no território nacional, o incremento frenético da técnica, da informação e das finanças, acolhem cuidadosamente os subespaços do sistema urbano. Sob o domínio da política das grandes empresas, os Estados criam sistemas de engenharias e densidades normativas para atraírem as grandes empresas. Como consequência disso, as atividades industriais mudam suas plantas fabris ao sabor da competição entre Estados e municípios. Desse modo, em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em guerra (SANTOS & SILVEIRA, 2012).

Na esteira de Milton Santos (2006), a partir dos diferentes papéis que cada agente possui nos usos dos territórios, foi possível esboçar dois pontos de vistas diferentes acerca da constituição do circuito superior da economia urbana no período atual. O primeiro ponto de vista é o da homogeneização/unificação/organização. Tal “olhar” é característico dos grandes agentes (tanto Estado quanto as grandes empresas) que visam à criação de uma racionalidade da produção a partir do consenso criado por um “discurso

programático”, criando especializações produtivas nos lugares e assim organizando todas as etapas da produção. O segundo ponto de vista é o da heterogeneização/desorganização/crise. Esse olhar pertence aos agentes que não detém o comando do território. Para tais agentes, a construção de novos vetores de modernização modifica a paisagem provocando estranheza, desorganizando as atividades preestabelecidas nos lugares, conduzindo a uma práxis alienante, geradora de crise.

Contudo, a partir das reflexões mais recentes de Milton Santos, urge questionar como os circuitos da economia urbana se expressam nas cidades do séc. XXI? Ou diante da espessura informacional que o território adquire no atual período, como se dá a organização econômica das cidades? Ou ainda, apesar do circuito inferior ser abrigo dos pobres, diante da força do lugar, podemos dizer que tal circuito pode ser portador de valores baseados na reprodução ampliada da vida e não do capital?

Deter-nos-emos a análise dos circuitos inferiores nas linhas a seguir.

### **1.3 Mercado socialmente necessário, contiguidade e economia popular: o circuito inferior da economia urbana**

A cidade, diz Arroyo (2008), abriga uma multiplicidade de redes, fluxos, economias, projetos, interpretações e conexões expressando uma totalidade que concretiza tanto o mundo quanto a escala nacional. Essa imbricação adquire maior ou menor dinâmica na medida em que varia o número de eventos e agentes. Interligadas pela técnica, ciência e informação expressas no meio geográfico, às cidades cada vez mais estão sintonizadas ao ritmo do mundo e do país, uma ponte entre o global e o local. Porém, a forma e a intensidade dos impactos da modernização mudam de cidade para cidade, de acordo com os papéis que lhe cabem dentro da rede urbana.

Assim como na rede urbana, a organização interna da cidade abriga diversos fluxos econômicos. Os circuitos superiores e inferiores da economia são frutos dessa lógica seletiva e incompleta da modernização e coloca grande parte da população “incluída precariamente” nesse processo. No entanto, enquanto os agentes do

circuito superior “estão preocupados em acumular capital para a renovação da atividade e sua expansão, em função das exigências tecnológicas” os agentes do circuito inferior estão “preocupados com a sobrevivência da família” (ARROYO, 2008).

Neste sentido, a urbanização dos países periféricos, possui o caráter corporativo e fragmentado, pois a participação na modernização exige um enorme esforço do poder estatal em mobilizar recursos para construção de infraestruturas econômicas em detrimento aos investimentos sociais. A integração dos transportes e das comunicações é condição necessária para difusão da modernização no território nacional.

A necessidade de por a produção em movimento faz com que as grandes empresas capitalistas formem sua topologia <sup>1</sup>buscando alocar recursos estratégicos em diferentes pontos do território. Como são pouquíssimas as empresas que usufruem destas infraestruturas em escala nacional, grande parte das pessoas e atividades são relegadas a segundo e terceiro plano. Em resumo, o modelo de modernização adotado no Brasil, ao privilegiar os atores hegemônicos, submete os atores hegemonzados aos desígnios do grande capital.

A segmentação da sociedade urbana produz, quantitativamente e qualitativamente, diferentes formas de satisfação do consumo que, “por sua vez, são a causa e a consequência da produção, distribuição e consumo nessas cidades” (MONTENEGRO, 2006). Neste sentido, devemos compreender os circuitos a partir de subsistemas dentro do sistema urbano.

Os circuitos não constituem sistemas fechados em si mesmo, mas estabelecem entre eles relações de complementaridades e concorrência. As atividades de um circuito comandam os inputs do outro e utilizam algumas de suas atividades e produtos como economias externas. Essas complementaridades não eliminam porém a concorrência e as hierarquias. (MONTENEGRO, 2006, p. 11).

---

<sup>1</sup> As grandes empresas organizam suas atividades criando circuitos espaciais de produção. para Funcionar, elas devem regular seus processos produtivos –hoje dispersos no território–, sua circulação, sua contabilidade etc. Isso significa, de um lado, a existência de imperativos microeconômicos, internos à firma, capazes de vincular, por exemplo, áreas de cultivo e lugares de elaboração dos seus produtos e das embalagens necessárias e, de outro, a existência de imperativos macroeconômicos, como sua participação mais ou menos implícita na fixação de tarefas de serviços e insumos. Esses imperativos supõem a permanente negociação da empresa com o poder público e com outras empresas, para redefinir seu comportamento político e os setores e lugares que interessam. (SANTOS, 2012, p. 153).

Como já foi dito, nas cidades quem detém a força para desvendar as confabulações do discurso hegemônico são os *homens lentos*, homens estes que possuem os recursos indispensáveis para manutenção do próprio quadro de vida e, por isso, carregam consigo a potência para uma “*outra globalização*” pautada nas relações horizontais. O homem lento pelo qual Milton Santos faz menção converge com a noção de homem simples, proposta por José de Souza Martins (2012). Esse homem<sup>2</sup> vive a modernidade anômala e inconclusa extraindo os sentidos da vida social, fruto do cotidiano alienado e alienante. Trata-se de uma modernidade desconfortável despida da colagem cultural dos lugares, estabelecidas através da premissa do individualismo em detrimento aos homens e mulheres comuns em comunhão.

No caso brasileiro, afirma Martins (2012), a modernidade é algo que se vê, mas “não como expressão do ser, do viver e do acontecer”, pois essa modernidade confronta todas as formas de fazer que não se enquadre no conjunto de exigências do “novo”, classificando-as de atrasadas, residuais e folclóricas. No entanto, analisando a condição da modernidade nas grandes cidades esse autor percebe a íntima relação desta com a miséria.

Na favela de São Remo, uma invasão de terrenos públicos e particulares na vizinhança da Universidade de São Paulo, e em terrenos da própria universidade, o cenário é o de um articulado conjunto de casas inacabadas e sem alinhamento, cujos moradores são, em pequena parte, prestadores de serviço na universidade. No entanto, um surpreendente número de antenas parabólicas indica que a casa incompleta e precária e a mesa pobre não estranham a tecnologia sofisticada do satélite e o imaginário luxuoso da televisão. (MARTINS, 2012, p 36)

Nesse exemplo se torna patente à confluência de uma ordem global, pautada numa ordem técnica e operacional e tendo como trunfo a produção de necessidades a partir dos discursos e das imagens, e uma ordem local fundada no cotidiano, na copresença e vizinhança (SANTOS, 2006). E vizinhança na nossa proposição tem um sabor geográfico, pois ainda que a luminescência do grande capital oculte outras formas de saber, não destroem os desideratos nas cidades.

Apesar de ser um lócus de cooperação mais limitada e da finalidade imposta de fora, os arranjos horizontais também são o lugar da contrafinalidade, do cotidiano

---

<sup>2</sup> “Todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse destituído de sentido.” (MARTINS, 2012, p. 9).

conforme (mas não conformista!), do lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. É neste sentido que os circuitos inferiores da economia urbana não podem ser caracterizados como circuitos tradicionais, cristalizados no tempo e no espaço, pois os seus agentes buscam a resignificação dos seus objetos e de suas práticas para continuar existindo em ambientes hostis no tempo presente. Neste sentido, os circuitos inferiores não fazem parte da chamada economia pré-capitalista porque as novas técnicas se infiltram no cotidiano metamorfoseando as relações sociais.

Esse circuito caracteriza-se pela baixa tecnologia, pelo comércio não moderno, utiliza trabalho intensivo para realização de suas atividades e encontra seus elementos de articulação em contiguidade demandando, portanto, da densidade demográfica e comunicacional estabelecidas nos lugares. Variadas são as consequências da formação deste circuito, pelo qual podemos citar a insuficiência do mercado e do poder estatal em gerar emprego e a luta contra a exclusão social e a pobreza. Dessa forma, é por meio das pequenas atividades que grande parte da população se insere na economia, seja na produção, seja no consumo.

Ribeiro (2012a) nos ensina que a compreensão dos circuitos inferiores exige mudanças na compreensão do território. Na esteira do pensamento de Milton Santos, a autora afirma que, sob a égide do humanismo abstrato, a centralidade do território para a reflexão política designa a “materialização das condições materiais da ação” e se encontra eivada de pautas civilizatórias, características que legitimam o Estado Moderno. Ao contrário do humanismo abstrato, a análise do território sob a égide do humanismo concreto surge “em uma de suas faces” como dialogo entre trabalho morto e trabalho vivo.

Neste diálogo, os mortos, ou trabalho morto impõem as regras do território normado, ao mesmo tempo em que oferecem aos vivos, a interlocução necessária à realização dos seus desígnios. Portanto, ação é sempre interação, ao contrário dos que indicam os discursos do humanismo abstrato. (RIBEIRO, 2012a, p. 293).

Por essa via, o território não se resume ao quadro material do Estado moderno, tampouco as análises sobre as redes sociotécnicas, apesar dessas leituras ainda serem indispensáveis. Mais do que isso, a análise dos usos do território exige o reconhecimento das territorialidades, ou “a multiplicidades de forma

de apropriação do território que tensamente coexistem num determinado tempo e determinado lugar.” (RIBEIRO, 2013a).

Diante da força dos lugares como indica Milton Santos (2006), “a lentidão dos corpos contrasta com a celeridade dos espíritos”, a aceleração das informações se tornam vertigem e quem possui a força para desvendar os recursos indispensáveis a manutenção da vida são aqueles não incluídos na modernização (ou incluídos precariamente).

As exigências do novo economicismo induzem ao desenraizamento dos vínculos sociais, destruindo bagagens culturais tecidas no cotidiano e no senso comum. Contudo, diz Ribeiro (2013a), “o cumprimento desta obrigação exige diálogo entre culturas” relacionando a articulação criativa dos recursos territorializados. Dessa forma, pensado sob a égide do humanismo concreto, essa ação articula as experiências sociais acumuladas com objetos de diferentes idades, reduzindo a abstração característica do pensamento dominante.

Para contrapor ao mercado enquanto ente abstrato e única versão possível das trocas econômicas, Ribeiro (2013a) propõe a noção de “mercado socialmente necessário”. Com essa noção, a autora indica que o mercado realizado pelos atores de baixo, já existe enquanto embrião seja na luta dos ambulantes, nas economias dos pescadores artesanais ou nas experiências em economia solidária. Tal mercado, calcado nas trocas solidárias, pode favorecer a construção de Outra economia valorizando a humanidade e o direito as diferenças.

Percebemos a vivacidade das economias populares se encontra nos pequenos gestos, seja quando os homens do mar dão preferência aos consumidores finais ainda nas praias, ou quando os compradores dão preferência à compra do peixe fresco direto com o pescador, em detrimento aos peixes congelados nas peixarias. Trocas socialmente necessárias, destinadas a satisfação das necessidades, do bem viver em detrimento a produção de estilos de vida. As economias populares neste sentido são frutos da necessidade coletiva, da negociação e das relações vis- a -vis, mas também são oriundas do confronto e da cooperação entre formas econômicas distintas que, como foi exposto acima, são responsáveis não só pela economia, mas pela produção e organização do espaço geográfico.

Inúmeras experiências econômicas não baseadas na subordinação do trabalho ao capital proliferam-se no atual período. Nos lugares, sobretudo nas

grandes metrópoles, a pedagogia da copresença é condição necessária para existência em ambientes hostis. Outras economias baseadas nas iniciativas locais, economias solidárias, economia do trabalho, economias plurais, clubes de trocas são maneiras em que os agentes não alinhados aos grandes circuitos encontraram para resolução de suas vidas, criando novos espaços de solidariedade e reciprocidade, desafiando o pensamento único da lógica econômica dominante.

Porém, embora tal economia apresente elementos de revalorização de práticas comunitárias, é sabido que nas condições atuais, o processo de acumulação flexível pode subordinar as relações de trabalho ao capital induzindo a novas formas de exploração. É fundamental perceber que a proliferação de atividades da economia popular não necessariamente se apresenta como alternativa, mas como “inserção precária” ao estado de coisas dominante, pois nem todo pequeno projeto que se apresenta como solução para o “desenvolvimento local”, deixa de ser nocivo, podendo até mesmo ser mais perversos do que as velhas estratégias macroeconômicas.

É a partir dessa tensão entre a exploração e emancipação que se formam os circuitos inferiores. A relação econômica dos circuitos inferiores provém da economia popular. Apesar de subordinada aos circuitos superiores da economia, algumas atividades encontradas no interior desse circuito apresentam elementos que escapam a análises economicistas, tais como envolvimento, revalorização de práticas ancestrais, reciprocidade e cooperação. Portanto, em sintonia com Milton Santos (2006), diante da capacidade criativa dos *homens lentos*, os circuitos inferiores são portadores de outra globalização.

## 2 HISTÓRIA DA SOCIEDADE DE MERCADO SEGUNDO KARL POLANYI

### 2.1 A economia substantiva e as suas formas de integração na sociedade

O temário que envolve a formação da sociedade de mercado é realizado ao longo tempo por autores das mais distintas tradições filosóficas. A partir de diferentes matrizes, a relação da sociedade com o mercado vem apontando para interpretações variadas. Desde aqueles que apontam para o fato de estarmos na fase mais avançada da sociedade, até aqueles que denunciam a barbárie provocada pela mercantilização da sociedade.

No presente capítulo, optamos por nos debruçarmos na leitura de Karl Polanyi, pois sua análise contribui de maneira decisiva para o nosso debate, no sentido de que a invenção das economias de mercados, sem qualquer interferência interna, só poderia se dar a partir da interpretação dos acontecimentos sociais sob a égide de um julgamento puramente econômico, tal como o liberalismo realizou. Assim nos basearemos no livro do referido autor "*A grande transformação*", mas também em alguns de seus comentadores e de autores que de alguma forma dissertaram sobre a emergência de Outras economias.

É importante destacar que apesar da obra "*A grande transformação*" ter sido lançada em meados do século passado, a leitura de Karl Polanyi surge em nosso meio com uma atualidade assustadoramente renovada, contribuindo para a contraposição ao corrosivo economicismo da vida moderna de maneira quase clarividente. Assim, urge outras leituras sobre a submersão da economia na sociedade e de como os impactos do progresso econômico não necessariamente se anunciam enquanto benesse para todos os homens e mulheres.

Para a compreensão do pensamento de Polanyi (2000) torna-se necessário identificar a distinção que o autor faz da economia no sentido formalista e a economia no sentido substantivo. Enquanto a primeira enfatiza a análise do indivíduo racional isolado em busca da otimização dos seus ganhos, estabelecendo seu eixo epistemológico na teoria econômica neoclássica, sob a luz da noção de *homo oeconomicus*, a segunda compreende a economia enquanto forma de satisfação das necessidades humanas, visando analisar as formas institucionais que

tais processos se revestem nas sociedades, tanto do passado quanto do presente. Enfatizamos ainda que a ótica da economia substantiva ganha fundamental importância diante do crescente clima de descontentamento e de contestação em face da hegemonia da economia de mercado.

Para Polanyi (2000), até o final do século XIX, nenhuma economia que existiu foi controlada pelo mercado livre. A economia sempre esteve embebida nas relações sociais e o mercado enquanto um espaço de interação social era realizado a partir de trocas de bens tangíveis e intangíveis, não necessariamente mercantilizáveis.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais a medida em que sirvam a seus próprios propósitos (...) É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores e pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa quanto noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas." (POLANYI, 2000, p. 65).

Dessa forma, o lucro feito nas trocas, anteriormente a época atual, jamais desempenhou um papel relevante na economia humana. "Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a idade da pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica." (POLANYI, 2000).

Na esteira de Adam Smith, vários autores das ciências sociais estabeleceram seus paradigmas na propensão do homem selvagem a permuta e assim classificaram as "sociedades primitivas" como prelúdio para a verdadeira história, baseada na economia liberta das amarras sociais.

Para a criação da economia de mercado foi necessário a implantação de mecanismos pelo qual as instituições fossem subordinadas a ideologia mercantil. Dessa maneira, mercado foi elevado à condição de um ente autorregulador de todo corpo social a partir de pressões e estímulos que asseguraram a dominação dos indivíduos, seja pela necessidade, seja pelo ganho. Em outras palavras, em tal sociedade, sob a motivação da fome ou do lucro, a humanidade produz para o mercado.

Em outro texto<sup>3</sup>, Polanyi (1978) afirma que a consolidação da economia de mercado foi reforçada a partir da emergência de um sistema de pensamento que se afirmou enquanto um saber universal, segundo qual o movimento da sociedade era “determinado” por motivadores econômicos, assumindo que os incentivos materiais são, por excelência, motivações preferenciais a partir das quais a conduta do homem é organizada. Como se toda história da economia se tornasse uma crônica de erros e acertos na medida em que a economia caminha em direção a “terra prometida”. Nas palavras do próprio autor “tanto o marxismo vulgar quanto o liberalismo favoreceram tais pontos de vista”.

Numa economia de mercado, ambas as afirmações eram evidentemente verdadeiras. Mas só numa tal economia. Em relação ao passado tal ponto de vista não passava de um anacronismo. Em relação ao futuro era um simples preconceito. E, no entanto, sob a influência de escolas dominantes, reforçados pela ideia de ciência e religião, da política e dos negócios, estes dois fenômenos estritamente delimitados no tempo vieram a ser considerados universais. (POLANYI, 2000, p. 2).

O caráter excepcional do mercado autorreferenciado fez com que emergisse um novo tipo de sociedade, orientada por motivos de ganhos ou necessidades. Porém, Polanyi indica que anteriormente a nossa época nenhum sistema econômico era controlado pelo mercado. Para isso, as sociedades anteriores mantinham princípios de comportamento não basicamente apoiados na economia, a saber: reciprocidade, redistribuição e domesticidade.

A *reciprocidade* indica a execução dos atos de troca gratuitos entre as pessoas e grupos sociais com o objetivo de conquistar algum ganho de prestígio, quer seja na própria sociedade quer seja nas transações com outras sociedades. O circuito do Kula<sup>4</sup> - regido pelo princípio da reciprocidade- na Melanésia ocidental foi uma das mais complexas relações comerciais já conhecidas pelo homem. Tal princípio era salvaguardado por complicados métodos e rituais religiosos e mágicos que garantiam a obrigação mútua entre os grupos. Esse fato “explica por si mesmo a

<sup>3</sup> POLANYI, Karl. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de Histórias e Ideias*, Lisboa, v. 1, n. 1, 1978.

<sup>4</sup> O kula é uma forma de troca de caráter intertribal praticadas por comunidades localizadas num extenso conjunto de ilhas do norte ao leste e extremo oriental da Nova Guiné descrito pelo antropólogo Bronislaw Malinowski. Reunindo milhares de pessoas de dezoito comunidades Massim, um arquipélago onde se inclui as ilhas Trobiand.

ausência de lucro ou de riqueza, a não ser os objetos que consistem tradicionalmente o prestígio social.” (POLANYI, 2000).

A *redistribuição* é o princípio pelo qual o armazenamento de bens permite a distribuição tanto para os períodos de festa quanto para o comércio exterior e guerra. Quanto maiores os territórios e mais variados eram os produtos, maior a necessidade de armazenamento e distribuição, o que resultou numa divisão social do trabalho e ajudou a unir grupos de produtos geograficamente diferenciados. Esse princípio esteve presente nas grandes civilizações da humanidade, da Babilônia ao Egito. O processo de redistribuição é parte componente do sistema político vigente, seja em uma tribo ou em uma cidade-estado. “Uma vez que as relações do grupo dominante com os dominados são diferentes, o princípio da redistribuição envolverá motivações individuais diferentes.” (POLANYI, 2000).

Dessa maneira, o princípio da reciprocidade e o princípio da redistribuição eram as formas com que as sociedades anteriores ao advento capitalista asseguravam o fundamento dos seus sistemas econômicos.

A reciprocidade e redistribuição são capazes de assegurar o funcionamento de um sistema econômico sem a ajuda de registros escritos e de uma complexa administração econômica apenas porque a organização das sociedades em questão cumpre as exigências de uma tal solução com a ajuda de padrões de simetria e centralidade. (POLANYI, 1944, p. 68, grifo nosso).

O padrão de simetria descrito por Polanyi (2000) nos ajuda a compreender o princípio da reciprocidade. Munido de uma robusta análise historiográfica, o autor exemplifica o padrão institucional da simetria no princípio de “dualidade” a partir das trocas de fruta-pão e peixe entre as aldeias da costa com as aldeias do interior das Ilhas de Trobriand. Se não ocorresse o padrão de simetria entre as tribos seria impraticável a relação de “ampla reciprocidade de atos isolados de dar e tomar”.

Por sua vez, o corolário da centralidade nos ajuda a compreender o princípio da redistribuição. Tal padrão institucional está presente de certa forma em todos os grupos humanos e nos ajuda a compreender o processo de coleta, armazenamento e distribuição de bens e serviços. A título de exemplo, as tribos de caçadores geralmente entregam a sua caça ao chefe para sua posterior redistribuição. Uma vez que a natureza da caça (e da pesca artesanal) é irregular, além de ser resultado

de um esforço coletivo, se torna mister que seus rendimentos sejam compartilhados.

Sob condições como essas não seria praticável qualquer outro método de partilha, a não ser que o grupo se desfaça a cada expedição. Assim, em todas as economias desse tipo existe uma necessidade semelhante, seja o grupo numeroso ou não. (POLANYI, 2000, p. 69).

Além dos princípios citados acima, Polanyi nos indica outro princípio não mercantil que desempenhou um importante papel na história, a *domesticidade*. Oriundo da palavra *oeconomia*, sentido etimológico da economia, tal princípio está baseado no uso próprio, e na produção e armazenamento para suprir a necessidade do seu grupo, ou da sua casa. O autor recorre a Aristóteles, entendendo que a produção seja constituída para o seu uso e não visando o lucro. Dessa forma, “uma produção acessória para o mercado não precisa destruir a autossuficiência doméstica”. Assim como a reciprocidade e a redistribuição, o princípio da domesticação pode ser aplicado entre as mais variadas relações sociais, seja entre as despóticas famílias romanas, ou nas propriedades camponesas da Europa ocidental, tal princípio se torna altamente relevante.

Nesse caso específico, o padrão que regia o princípio da domesticidade era o de autarquia. Em resumo, a autarquia reside na produção e distribuição de bens para o uso da família ou qualquer outro grupo, desde que seja fechado. Dessa forma,

A produção ordenada e a distribuição de bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais disciplinadas por princípios gerais de comportamento e entre essas motivações o lucro não ocupava um lugar proeminente. Os costumes, a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir regras de comportamento as quais garantiam o seu funcionamento no sistema econômico. (POLANYI, 1944, p. 75).

Mesmo com o advento do regime mercantilista ainda não havia sinal de que os mercados controlariam a sociedade humana. Na verdade, neste regime a regulação do Estado sobre o mercado era mais rígida do que nunca. “Mas então”, indaga Polanyi (2000), “que moinho satânico foi esse que triturou os homens transformando-os em massa?”. Para responder tal questão nos deteremos à análise do referido autor acerca história do mercado nas linhas a seguir.

## 2.2 A formação da sociedade de mercado

O processo de permutar e barganhar são comportamentos que dependem do mercado para ser de fato efetivados, “um mercado é um local de encontro com o objetivo de compra e venda.” (POLANYI, 2000). Tal como o padrão da reciprocidade depende da simetria, a redistribuição depende da centralidade e a domesticidade depende do grupo fechado, o princípio da permuta depende do mercado. Contudo, em relação aos primeiros princípios (reciprocidade, redistribuição e domesticidade) não criam padrões institucionais designados para uma única função, mas apenas meros “traços” sociológicos.

A simetria nada mais é do que um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas (se uma tribo é ou não simetricamente padronizada, isso não envolve qualquer instituição distinta). A centralidade, embora frequentemente crie instituições distintas, não implica motivação que particulariza a instituição resultante para uma função específica única (o chefe de uma aldeia ou qualquer outra autoridade central pode assumir, por exemplo, uma série de funções política, militar, religiosa ou econômica, indiscriminadamente). Finalmente, a autarquia econômica é apenas um traço acessório de um grupo fechado existente. (POLANYI, 2000, p. 77).

Dessa forma, para a criação de uma economia de mercado foi fundamental a transformação da sociedade num mero acessório do mercado. Os mecanismos reguladores do mercado gradativamente foram transformados num mercado autorregulador. A partir do séc. XIX acreditava-se que o ápice da civilização humana (para alguns) ou excrescência desumana (para outros) seria o resultado inerente a expansão dos mercados. Contudo, é sabido que a expansão da sociedade do mercado se deu a partir da criação de engodos administrativos criados pelo próprio corpo social com a finalidade de responder o fenômeno não menos artificial, da máquina.

A tradição liberal afirma que a criação dos mercados se deu a partir da propensão do homem a permuta. Daí surgiu a necessidade dos mercados locais, na necessidade do comércio exterior e posteriormente no mercado de longa distância. Para Polanyi, o ponto de partida é o comércio de longa distância, resultado da “localização geográfica” da mercadoria e da divisão social do trabalho. Porém apesar de criar mercados, no comércio de longa distância permuta era incidental. O autor ilustra tal fato descrevendo a expedição ao sul do povo Dieri, da Austrália

Central, em busca de ocre vermelho para pintar seus corpos, e seus vizinhos Yantruntra para conseguir ocres vermelhos e blocos de arenitos para moer sementes numa trajetória de 800 quilômetros de distância.

Tanto o comércio externo quanto o comércio local até então não correspondem necessariamente à competição e sim da localização geográfica das mercadorias. Enquanto o comércio externo é uma transação que complementa a necessidade de determinadas mercadorias em uma região<sup>5</sup>, o comércio local é limitado à região pelo fato da mercadoria ser demasiadamente pesada, volumosa ou perecível. Contrastando com o comércio local e o comércio exterior, a criação do comércio interno implica necessariamente a competição, pois

Além das trocas complementares, ele inclui um número maior de trocas nas quais mercadorias similares, de origens diferentes, são oferecidas em competição uma com a outra. Assim, somente o comércio interno ou nacional é que a competição tende a ser aceita como princípio geral do comércio. (POLANYI, 2000, p. 80).

Contudo, nas cidades medievais – onde se deflagrava uma distinção entre cidadãos/burgueses e não cidadãos/ não burgueses - enquanto o comércio local era regulado por um enrijecido mecanismo de controle militar e político, o comércio exterior era incontrolável, fugindo da regulação local. Nos nascentes centros urbanos e nas suas cercanias era possível, por exemplo, o controle dos preços sobre os alimentos, eliminando a utilização de intermediários, diferente do comércio de longa distância onde era impossível à regulação, fazendo com que o comércio ficasse a mercê do mercador e seus métodos. A reação neste sentido foi à exclusão total da venda do produto atacadista, aumentando o abismo entre o mercado de exportações e os mercados locais.

Na produção industrial, tal diferenciação atingia níveis ainda maiores, pois no comércio local a remuneração na venda da produção era muito limitada enquanto na exportação esse limite inexistia. Dessa forma, diz Polanyi, “a crescente separação do comércio local e o de exportação foi à reação da vida urbana à ameaça do capital móvel de desintegrar as instituições da sociedade”.

<sup>5</sup> “A troca de lãs inglesas por vinhos portugueses é um exemplo dessa transação”. (POLANYI, 2000, p. 80).

Na prática, isso significa que as cidades levantaram todos os obstáculos possíveis à formação daquele mercado nacional ou interno pelo qual pressionava o atacadista capitalista. Mantendo o princípio de um mercado local não competitivo e um mercado exterior não competitivo, levado a efeito de cidade a cidade, os burgueses dificultaram por todos os seus meios a seu dispor, a inclusão do campo no compasso do comércio e a abertura indiscriminada entre o comércio e o campo. Foi esse desenvolvimento que forçou o estado territorial a se projetar como instrumento de nacionalização do mercado e criador do mercado interno.” (POLANYI, 2000, p. 86).

O Estado mercantilista nasceu da necessidade de mudança na forma de comércio, estimulada pela mudança do centro de gravidade do comércio- do Mediterrâneo para o Oceano Atlântico- fazendo com que países agrários se organizassem doravante para os negócios. Tal investimento exigiu dos países um duplo investimento (i) no âmbito das políticas internas exigiu a disciplina para a manutenção do controle unificado do território visando a eliminação da fragmentação e particularismo provocado pelo sistema feudal (ii) na política externa foi necessária a centralização do poder e mobilização dos recursos da riqueza para o comércio externo. Esses fatores foram assegurados pela acumulação primitiva de capital. Dessa forma, o mercado se encontrava , mais do que nunca, submerso na arquitetônica institucional e política da sociedade.

Em termos gerais, para Polanyi (2000), a mercadoria é tudo aquilo que é produzido com a intenção de trocar no mercado, e o mercado, lugar concreto onde se realizava a permuta de diferentes mercadorias. A desencrustação do mercado da arquitetônica social exige que a sociedade como um todo seja subordinada as leis do mercado. Para isso, é necessário que os componentes da Indústria se transmutem em mercadorias, incluindo *trabalho, terra e dinheiro*.

Contudo, trabalho não é mais do que outro nome para a atividade humana que acompanha a vida, terra para o ambiente natural que não é produzido pelo homem e dinheiro um símbolo do poder de compra que ganha vida a partir de “mecanismos bancários e financeiros”, “incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar as substâncias da própria sociedade as leis do mercado”. (POLANYI, 2000). Tal fato indica que o cerne desta questão- levando em conta a definição empírica que o autor da à mercadoria- trabalho, terra e dinheiro não podem ser consideradas mercadorias concretas.

Não obstante, é com ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais de trabalho, terra e dinheiro. Esses elementos são, na verdade, comprados e vendidos no mercado; sua oferta e procura são magnitudes

reais e quaisquer medidas ou políticas que possam medir a formação de tais mercados poriam riscos ipso facto a autorregulação do sistema. A ficção da mercadoria, portanto, oferece um princípio de organização vital em relação a sociedade como um todo, afetando praticamente todas as suas instituições. Isso significa impedir o funcionamento real do funcionamento dos mecanismos de mercado nas linhas de ficção da mercadoria. (POLANYI, 2000, p. 94).

O marco histórico que incidiu numa guinada para a sociedade de mercado, na análise de Polanyi (2000), se encontra circunscrita na revolução industrial que teve início na Inglaterra do final do XVIII. Enquanto o incremento do comércio fazia com que aumentasse o número de empregos, o crescimento de desempregados e subempregados aumentou numa velocidade muito maior. “O boato distante do trabalho bem remunerado tornava o pobre insatisfeito com aquilo que a agricultura podia oferecer e criava aversão por um trabalho mal remunerado” (POLANYI, 2000). O desdobramento disso foi o fluxo de trabalhadores rurais em direção ao trabalho no comércio e na manufatura. No entanto, acompanhado de um refluxo para as áreas rurais, na medida em trabalhavam temporariamente e depois voltavam para seus lugares de origem.

O que explica tais motivos é o fato de que a revolução agrícola antecedeu a revolução industrial na Inglaterra. O cerceamento das áreas comuns e a consolidação dos arrendamentos compactos, acompanhado do avanço de novos métodos agrícolas vieram concomitantemente às transformações nas áreas rurais. Enquanto as indústrias domésticas foram favorecidas com o direito a terra, o trabalhador rural sofria com a crescente pauperização, tendo em vista que seu rendimento monetário não era absoluto. Outrossim, Polanyi entende que as políticas sociais adotadas para atender as populações mais necessitadas na Inglaterra gerou grandes transformações sociais. Sem querer nos alongar acerca do assunto, nos deteremos a algumas delas nas linhas a seguir.

A lei *Speenhamland* provocou mudanças significativas na forma de proteção social adotada pela Inglaterra desde 1536 (*Poor Law*<sup>6</sup>). Essa lei era a garantia de que todos os trabalhadores receberiam uma renda mínima do Estado para garantir sua sobrevivência, independente dos impostos ou qualquer outra taxa contributiva. Na prática a *Speenhamland* reforçava a autoridade tradicional rural ao passo que

<sup>6</sup> As Poor Laws foram um sistema de ajuda social aos pobres em Inglaterra e Gales<sup>3</sup> que se desenvolveu a partir da Idade Média tardia e das leis Tudor, antes de ser codificado em 1587-1598. O sistema das Poor Laws subsistiu até ao surgimento do Estado de bem-estar moderno depois da Segunda Guerra Mundial.

impedia a livre mobilidade dos trabalhadores num período marcado pela turbulência da revolução industrial em marcha, justificando que nenhum homem deveria temer a fome, pois as paróquias da aldeia se responsabilizariam por seu sustento por menos que ganhasse trabalhando.

Além disso, saía muito mais barato para o empregador abater seus impostos mantendo uma grande leva de trabalhadores da aldeia que, de certa forma, dependeriam desses impostos. Neste sentido, a implantação da lei foi um imenso retrocesso, uma vez que a ganância dos empregadores sublevava a vida do trabalhador rural a níveis desumanos. O que começou com o intuito de proteger o trabalhador com abonos salariais, na realidade assegurava aos empregadores subsídios com fundo público. Em face da desumanização das massas de trabalhadores e, principalmente, a restrição das energias das sensíveis forças industriais, tal sistema se tornou um entrave à formação do mercado de trabalho.

A revogação da *Speenhamland* representou a formação de uma sociedade de mercado e da moderna classe trabalhadora. Contudo, em 1834 para atender os ditames do liberalismo, foi criada a *Poor Law Reform* que transformou os auxílio aos necessitados em seletivo e residual. Tal lei permitiu a formação de um mercado de trabalho desprotegido e liberado para as indústrias, ficando a mercê das leis de oferta e da procura. Era o início da sociedade de mercado.

O mecanismo de mercado defendia seus direitos e seu acabamento: o trabalho humano deve transformar-se em mercadorias. O paternalismo reacionário tentara em vão resistir a essa necessidade. Fugindo aos horrores da *Speenhamland*, os homens correram cegamente para o abrigo de uma utópica economia de mercado. (POLANYI, 2000, p. 127).

Com a expansão da sociedade de mercado se iniciava um novo período, marcado pela intensificação do movimento do mercado sobre a sociedade e pela subordinação do homem e da natureza aos ditames dos princípios liberais. Enquanto o homem, sob o nome de mão de obra e a natureza, sob o nome de terra, ingressavam na órbita desestabilizadora da autorregulação dos mercados, uma nova experiência social então surgia, reivindicando o direito a universalidade. Havia um preço para a compra e venda da mão de obra, denominado salário e um preço para a permuta da terra denominado aluguel. Assim o (des) envolvimento dos mercados havia ganhado solidez.

Concomitantemente a isso, surge um contra-movimento a desestabilização do mercado autorreferenciado. Em meio a crescente pauperização dos trabalhadores e a devastação da natureza desencadeada pela liberalização do trabalho e a degradação ambiental, tais forças pretendiam estabelecer limites ao modelo liberal a partir da proteção social dos trabalhadores. Enquanto as classes comerciais defendiam a implantação completa do livre comércio, o “povo” trabalhador era responsável por defender os interesses humanos comuns que estavam em desamparo. A esse fenômeno, Karl Polanyi chama de “*duplo movimento*”.

Um foi o princípio do liberalismo, que objetivava estabelecer um mercado autorregulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava os princípios do laissez-faire e o livre comércio com seus métodos. O outro foi o princípio da proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetadas pela ação deletéria dos mercados-básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias- e que utilizava uma legislação protetora- associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos. (POLANYI, 2000, p. 164).

Partindo desse ponto de vista, Polanyi (2000) afirma que com a avassaladora difusão da sociedade de mercado em âmbito global, novas instituições sociais foram criadas para cercear as forças do mercado autorregulador. Com a transformação do homem e da natureza em mercadorias fictícias já em curso, foi necessário então transformar o dinheiro também em mercadoria, de forma que este respeitasse o livre câmbio em âmbito global a partir do padrão-ouro. Assim, o próprio capitalismo deveria ser salvo do mercado autorreferenciado.

A despeito disso, importante frisar que o efeito desregulador dos mercados sobre a totalidade do corpo social induziu a criação do contramovimento, sob a égide do “protecionismo” e o “intervencionismo” nas economias. Com efeito, para o pensamento liberal, a introdução efetiva do padrão ouro enquanto mecanismo auto regulador só poderia ser plenamente realizado se os países abandonassem a instituição bancária central. O equívoco desse pensamento, afirma Polanyi, é a separação da esfera política da esfera econômica. Ao invés de ser um signo, ou um dado quantitativo referente ao poder de compra, sob a batuta do pensamento liberal, o dinheiro se transformara em mercadoria fictícia.

Se os lucros dependem dos preços, então o ajuste destes é fundamental para o desenvolvimento do comércio. Com a introdução do padrão ouro<sup>7</sup> nas relações de comércio internacionais, os preços se mantiveram estáveis por um longo período de tempo. Porém, em âmbito doméstico, o fato de o ouro ser uma mercadoria que não pode ser aumentada ao bel prazer, fazia com que o padrão estabelecido no comércio internacional se tornasse custoso. “Na falta de um dinheiro convencional, os negócios teriam que ser cerceados ou levados a efeito a preços muito mais baixo, provocando um colapso e causando o desemprego” (POLANYI, 2000).

O padrão ouro uma vez estabelecido, forçava o rebaixamento dos preços domésticos toda vez que houvesse ameaça de depreciação do câmbio. Neste sentido, a criação do banco central serviu de “para-choque” do padrão ouro a partir da centralização do fornecimento de crédito. Com isso, era possível impedir o deslocamento total dos negócios e do emprego, amortecendo os efeitos imediatos da perda de ouro sobre a circulação de notas.

No primeiro momento, a criação dos bancos centrais não era vista necessariamente como uma interferência ao padrão ouro. Criado pelas classes dominantes, os bancos centrais tinham como objetivo a manutenção da economia sob tal sistema em quaisquer circunstâncias. Somente com a diminuição abrupta dos preços que o Banco Central passa a ser fundamental no cerceamento do autômato do livre cambismo. Seguindo esta linha,

Se a classe comercial foi protagonista da economia de mercado, o banqueiro foi líder nato dessa classe. O emprego e os vencimentos dependiam da lucratividade dos negócios, mas a lucratividade dos negócios dependia de câmbios estáveis e condições sólidas de crédito, e ambos estavam sob os cuidados do banqueiro. Era parte de o seu credo serem os dois inseparáveis. Um orçamento sólido e condições estáveis de crédito interno pressupunham câmbios externos estáveis; os câmbios não podiam ser estáveis a menos que o crédito doméstico fosse seguro e as finanças internas do Estado estivessem equilibradas. Resumindo, a custódia gêmea do banqueiro compreendia uma sólida financia doméstica e estabilidade externa do meio circulante. (POLANYI, 2000, p. 235).

Com o cerceamento das forças externas da economia a partir da criação dos bancos centrais houve a criação efetiva de uma política monetária do Estado em

<sup>7</sup> Nesse sistema cada banco era obrigado a converter as notas bancárias por ele emitidas em ouro. Em âmbito internacional esse sistema consistia em cada país fixava a sua moeda em uma quantidade equivalente de ouro, de modo que, se o país fosse deficitário em sua balança de pagamento deveria corrigir o déficit exportando o ouro.

destruição da sociedade de mercado. Com isso, assim como foram criadas leis de proteção social sobre o trabalho e a terra, o último bastião da sociedade de mercado e sua respectiva mercadoria fictícia (o dinheiro) havia caído dando lugar a outras formas de sociedade não baseadas no mercado autorreferenciado. Importante frisar que a sociedade de mercado, em sua plenitude, nunca foi implementada em nenhuma sociedade.

### **2.3 Tensionando o mercado autorregulado: os possíveis caminhos para a submersão da economia na arquitetura social**

A origem dos mercados remonta a necessidade de abastecimento nas principais centralidades em formação ou em crescimento. Antes mesmo da existência de uma única funcionalidade, as praças de mercados centralizavam as atividades econômicas, políticas e culturais em um só lugar. Assim, existe uma relação umbilical entre o nascimento das cidades e o comércio enquanto prática social a partir de um duplo processo: da necessidade de abastecimento propriamente dita, mas também da necessidade de conversar, do desejo, da festa e negociação.

No entanto, o processo de expansão do capitalismo em âmbito mundial despiu o mercado do seu conteúdo social. Gradativamente o mercado toma um lugar central na vida social nas nascentes cidades capitalistas, cuja função adquire também um duplo sentido, *lugar de consumo e consumo do lugar* (POLAYNI, 2000).

Nas últimas décadas, o avanço do mercado autorregulado na América Latina alterou profundamente a fertilidade dos solos, interferindo nas condições climáticas dos grandes centros urbanos, poluindo rios e mares. Na medida em que a modernização seletiva avançou, novos modos de espoliação foram criados acarretando na destruição do quadro natural bem como no empobrecimento dos trabalhadores rurais e urbanos, contribuindo para destruição de modos de vidas intimamente ligados à natureza. A voracidade com que a sociedade orientada para o mercado destrói costumes e práticas que asseguram o equilíbrio entre os grupos, transforma coletividades e indivíduos em meros apêndices da engrenagem do

“moinho satânico”<sup>8</sup>, acirrando rivalidades e rejeitando qualquer forma de solidariedade entre os povos.

Para Porto-Gonçalves (2006), os mercados também possuem limites a sua difusão. Refletindo sobre a relação entre a sociedade, economia e meio ambiente, o autor nos conta que o debate acerca do mercado nos dias atuais se refere muito mais a um desejo, ou “a uma metáfora sem nenhuma consistência, seja conceitual, seja empírica.” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A ideia de um mercado nos fala muito mais de um desejo do que da realidade, na medida em que nos remeteria a um ideal de equilíbrio natural que nos levaria a harmonia que, entre os economistas, ganhou com Adam Smith, um sentido divino com a ideia de mão invisível do mercado. Nesse sentido, a metáfora do mercado se encontraria com a metáfora do ambiente, ambas prometendo equilíbrio e harmonia, tal e qual uma utopia que só é harmoniosa na superfície lisa da criação imaginária, mas longe da heterotopia concreta do nosso cotidiano onde, mundanamente, temos que nos inventar a cada momento em meio a tensões e contradições. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 121).

Quanto mais à economia perde seus vínculos morais e éticos mais as relações de sociabilidade passam a ser mediadas pelo dinheiro. Dessa forma, segundo PORTO-GONÇALVES, a economia mercantil (des) envolve os lugares, regiões e seus povos “instaurando tensões territoriais permanentes” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Contudo, diante das adversidades provocadas por esse modelo excludente que as “vítimas” desse processo emergem no cenário político, buscando resignificar seus modos de vida, submergindo o mercado nas práticas sociais a partir das economias solidárias, do trabalho, populares, plurais, da vida... Tais economias são frutos das inúmeras práticas sociais que objetivam a resolução de problemas materiais cotidianos, mas não só isso! Buscam a reinserção de valores de solidariedade entre os seres humanos. Essa solidariedade, que é cada vez mais difícil de buscar, reside na revolução cultural permanente que pode ser percebida nas fábricas falidas geridas por trabalhadores, nas comunidades quilombolas, caiçaras e ribeirinhas, entre as redes de comércio justo, entre os pobres urbanos e tantas outras práticas. Isso supõe uma imbricação complexa entre os mecanismos

---

<sup>8</sup> Termo cunhado por Karl Polanyi se referindo a emersão de um novo tipo de sociedade a partir da Revolução Industrial do século XIX, mobilizando todos os recursos para o mercado em detrimento a vida do “povo comum”.

políticos, comunicativos e afetivos que mantenham a voz dos “novos” atores, que cada vez mais exigem participação nas decisões políticas.

Para a mudança do atual quadro de (des) envolvimento da economia, PORTO-GONÇALVES (2006) afirma que a democracia se coloca como exigência radical. Para tanto, torna-se fundamental “ouvir novos e outros protagonistas” além daqueles que vem definindo a economia somente a partir do pensamento único dos mercados.

A ilusão dessa ótica abstrata, tão característica do pensamento científico moderno-colonial, é que nos impede de ver a perda de valor monetário das matérias-primas e da energia no comércio internacional está longe de significar a diminuição da importância das matérias primas e da energia na materialidade dos processos de produção de riquezas. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 131).

Se a superação do pensamento neoliberal é o alicerce fundamental para a reintrodução da economia na arquitetura social, a adesão ao modelo “social-liberal” não é um movimento social real que orienta a radical alteração nas relações de poder pelo qual a ética e política estão imbricadas. Para além da concepção econômica formalista, urge levar em conta a multiplicidade de experiências materiais e simbólicas que produzem imagens estranhas ao pensamento dominante. Isto requer mudanças políticas e cognitivas, mudanças estas que deem conta do entendimento das relações moventes da sociedade. Outros mapas (conceituais e afetivos) para Outros territórios como bem descreveu Ana Clara Torres Ribeiro (2013).

Por esse caminho labiríntico não existe a menor possibilidade dos modelos gerais e abstratos em se embrenhar nas realidades locais. O mercado provindo da economia hiperespecializada enfraquece a capacidade de adaptação e mudança diante das incertezas. Diante de tal fato, muitos países do Sul foram cenários de receituários econômicos implantados cegamente por suas elites.

Porém a modernidade transposta que se infiltra nos lugares é filtrada pelos atores locais em seu dia-a-dia (ZOUAL, 2006). Os *sítios simbólicos de pertencimento*, diz o autor, possui sua própria lógica caracterizada por trocas calculáveis (pelo mercado) e não calculáveis (dádiva). O Dinamismo das economias ditas informais provém de complexas operações pela qual as recombinações entre a modernidade da economia formal, que lhe chegam em migalhas, com as tradições

locais dão o tempero da sua vida de relações. “A ausência de soluções obriga a inovar.” (PORTO-GONÇALVES, 2006).

### **3 ELEMENTOS BALIZADORES DA ECONOMIA PESQUEIRA: ESPAÇO, SOCIEDADE E NATUREZA**

#### **3.1 Território enquanto recurso e abrigo: características da atividade pesqueira**

Os seres humanos enquanto seres biológicos e seres sociais são precedidos pela existência da água. A interação do homem com a água – para além de sua composição biológica- é fundamental para compreender a existência das mais diversas culturas formadas nas margens dos rios e mares. Seja como facilitador/obstáculo para o transporte e fonte de alimento, mas também como fonte de diversão, mitos e crenças, o entendimento da água enquanto um dos elementos fundantes da história humana se faz presente.

A relação do homem com o mar remonta a períodos antiquíssimos. Nas diversas regiões costeiras, múltiplas formas econômicas e sociais estão inscritas nas paisagens. Essas formas de apropriação dos espaços costeiros e marinhos abrigam uma diversidade de atividades presentes e passadas que revelam tanto as heranças socioespaciais através do trabalho morto quanto o desdobramento do trabalho dos vivos, atribuindo novos usos do território.

A noção de território enquanto abrigo nos ajuda no entendimento da relação da humanidade com a natureza (primeira e segunda). As construções de tais espaços demonstram a relação entre o simbólico e o material. Os elementos aquáticos do espaço influenciam a vida cotidiana, ao passo que os territórios são permanentemente transformados pelas ações humanas, através do seu quadro de vida. Dessa forma, os povos que habitam os espaços aquáticos têm no mar, além de sua fonte de alimento, uma fonte de referência simbólica e mítica.

Outrossim, o conhecimento dos mares resultou no acúmulo de conhecimento resultante das atividades de navegação e pesca. “A pesca”, afirma Diegues (1995), “tanto local quanto nacional e internacional (a da Baleia, do Arenque e do Bacalhau) e o conhecimento acumulado desses pescadores constituíram-se de alguma forma na base do conhecimento científico atual”.

Nas regiões litorâneas coexistem uma infinidade de atividades que são ao mesmo tempo recurso e abrigo de muitos atores que em sua vida de relações

constroem os espaços geográfico. Tais atividades, ao usarem/praticarem o território, concorrem/complementam umas com as outras provocando quiproquós de situações que resultam em diferentes *grafagens* espaciais.

Neste sentido, pode-se dizer que os mares são reveladores de diferentes padrões de uso dos territórios. Para os agentes hegemônicos o território usado é recurso, garantia de consumo dos recursos territorializados e seus interesses corporativos não respondem as demandas locais. Para os agentes não hegemônicos o território é sinônimo de abrigo, pois diante da intensa precarização das condições de vida desses grupos, seu quadro material e simbólico é indispensável a sua existência.

Ao contrário da agricultura, onde mediante técnica e a ação humana, de certa forma, controlou e domesticou a terra (uso intensivo de pesticidas, fertilizantes etc.) na pesca marinha existe um alto grau de incerteza, tanto pelos riscos provocados pela própria natureza quanto pelo acesso aos seus produtos, pelo fato do mar, em tese, ser um bem “comum” de outro. Ainda quando os usos do território marítimo são controlados, os pescadores artesanais são os mais prejudicados.

Essa característica de um mar socializado, de livre acesso (pelo menos teórico) combinada as outras variáveis naturais, marcam indelevelmente as comunidades marítimas como móveis e depende da própria imprevisibilidade e mobilidade dos recursos pesqueiros. (DIEGUES, 1995, p. 20)

Os usos que os agentes hegemônicos fazem do mar conduz a um ritmo acelerado do saque e da degradação dos ambientes marinhos, levando a possibilidade concreta de desequilíbrio, redução e até desaparecimento de inúmeras espécies de pescados e frutos do mar. Esse fato se torna patente na utilização de técnicas de pesca provenientes da pesca industrial, tais como as grandes redes de arrasto e os navegadores que mostram com precisão o movimento dos cardumes.

Por outro lado, para os agentes não hegemônicos os usos do espaço aquático possuem um grau de predação mínimo. O quadro material e os recursos provindos do mar são ainda mais residuais no tempo presente, pois os ordenamentos dos territórios diminuem a sua margem de atuação. A título de exemplo, devido ao aumento das áreas proibitivas aliado a intensa degradação ambiental nos locais de pesca, os pescadores passam por inúmeras dificuldades para se manter e com isso buscam novas maneiras para resolução de suas vidas,

arriscando-as se lançando no mar nas disputas inglórias com os grandes navios, pescando em locais que foram proibidos, mas que já foram importantes “pesqueiros” ou mesmo trabalhando em outros empregos nas cidades.

Buscando o entendimento das atividades que se dão no mar e os diferentes usos desses territórios marinho, encontramos em Doumenge (1967) um importante ponto de partida para nossa proposição. Em linhas gerais, o autor subdivide os diferentes usos do território em diferentes técnicas de exploração. Pelo nível de complexidade das pescarias que variam de lugar para lugar, nos deteremos a análise de algumas dessas técnicas nas linhas a seguir.

A) *Colheita e pesca a pé*: Os recursos às vezes substanciais são realizados pela simples colheita nas praias descobertas pela baixa do mar- ou nas formações que afloram na superfície. O movimento das marés de equinócio possibilita a coleta de peixes, polvos e crustáceos abandonados nas poças. Tal procedimento exige o bom conhecimento das marés e cuidadosa observação das diversas formas de vida litorânea. Nas franjas litorâneas também são praticadas a pesca com petrechos que permitem a captura de peixes que frequentam, habitualmente ou ocasionalmente, as praias.

Igualmente, nas vegetações de manguezais originadas dos encontros das marés de fundo de baía com os estuários, a existência da coleta do caranguejo propicia o sustento de inúmeras famílias de catadores. A natureza e a técnica de tais atividades remontam a períodos imemoriais, mas que ainda permanecem nos dias atuais. Diegues (1995) afirma que possivelmente a pesca e a coleta são mais antigas que a agricultura, pois ao lado da caça, foi uma das primeiras fontes de alimentos, antes mesmo da domesticação de plantas e animais.

Certas migrações possibilitam movimentos sazonais de espécies do meio salgado para o meio doce ou salobro em virtude da reprodução. Nas estreitas brechas/ embocaduras litorâneas que dão acesso a rios e lagunas, grandes quantidades de pescados são capturadas, sendo alguns deles de alto valor econômico, como o salmão do Alasca.

B) *Pesca e caça em alto mar*: A utilização da embarcação permite que o pescador acesse aos bancos de pesca, denominados de pesqueiros. O maior raio de ação depende do saber-fazer da tripulação embarcada, do nível tecnológico empregado e da capacidade estocável disponível no barco. A modernização da embarcação possibilitou à passagem da técnica predominantemente artesanal a

formação da grande empresa industrial da pesca. Tal forma de pesca exige a utilização intensiva de capital e utilização de equipamentos possantes. Contudo, apesar da grande pesca industrial ter a capacidade de captura muito maior, os barcos a remo e os barcos com motores menos possantes ainda constitui grande parte da frota mundial e alimenta a maior parcela dos pescadores artesanais.

Além disso, a modernização da pesca também possibilitou a formação de uma “pesca artesanal modernizada”. Tal pesca, permanece fiel ao barco de madeira, conservando algumas vantagens de custo e facilidade na manutenção, fato que não impede de utilizar motores possantes, petrechos de pesca e instrumentos de navegação mais modernos. Tal subsistema é a forma expressa numa ação híbrida formada tanto por uma racionalidade instrumental global quanto de racionalidades locais. Concordamos com Queiroz (2011) quando situa, portanto a pesca “artesanal-modernizada” no circuito superior marginal (caracterizaremos tal tipo de pesca mais adiante).

C) *Os tipos de captura e preparo dos petrechos*: as artes de pesca respondem a adaptação e comportamento das espécies pescadas. Podem servir tanto a pesca artesanal quanto a pesca industrial dependendo da extensão dos meios empregados.

As linhas são destinadas a captura de espécies maiores, porém em menor número que a rede. Nesta arte de pesca é desejável capturar espécies com maior valor comercial. A busca de isca se apresenta como condição da realização de toda a operação<sup>9</sup>, sejam elas artificiais ou naturais. Igualmente, a pesca simples com linha bastante praticada é a pesca com isca viva. Tal pesca é praticada com uma vara munida com linhas de 5 a 6 metros<sup>10</sup>.

As linhas podem formar aparelhos de pesca de grandes dimensões, como é o caso do espinhel. Trata-se de uma série de anzóis enfileirados e presos a uma comprida linha-mãe. Tais aparelhos possuem por vezes a extensão de mais de 100 quilômetros, composta de elementos de 200 a 400 metros, ligados numa ponta a outra, e cada uma com 5 ou 6 anzóis.

<sup>9</sup> “O simples emprego de linhas, trabalhadas com a mão, proporciona pescados abundantes: os japoneses pescam assim, as grandes lulas atraindo-as por meio de lâmpadas poderosas. Dessa maneira, um pescador consegue capturar 1000 a 1500 lulas numa noite” (DOUMENGE, 1968, p. 61)

<sup>10</sup> Tal método é utilizado na captura de tunídeos (atuns, bonitos listrados etc).

As redes, se comparadas com as linhas, possuem a capacidade de capturar uma quantidade maior de peixes, moluscos e crustáceos. Contudo, tal empresa exige uma capacidade muito maior de investimento. A manutenção das redes são realizadas nas praias e dependem do conhecimento e de uma organização complexa, pois é a condição primeira para a prática regular das pescarias. Durante muito tempo a rede era produzida fibras naturais (cânhamo, algodão, seda etc), que demandavam de mais tempo para a manutenção. Com o advento da fibra sintética (nylon), houve uma sensível melhoria na produtividade do pescado, pois possibilitou o menor desperdício de material e trabalho, contudo aumentou a dependência do pescador com o mercado.

As redes fixas repousam mais ao fundo. São compostas por três malhas, uma central de malhas finas e duas de malhas mais largas. Dessa forma, o peixe que passa pelas primeiras malhas é detido pelas malhas finas centrais e enreda-se nas terceiras malhas mais largas. Geralmente as pescarias artesanais que utilizam tais operações objetivam um peixe de alta qualidade.

As redes derivantes são constituídas de um pano que só flutua verticalmente pela superfície da água, emalhando os peixes pelas guelras. Portanto, torna-se necessário possuir jogos de redes correspondentes às espécies de peixes buscadas, sobretudo espécies de peixes azuis, tais como a sardinha, arenque, anchovas, cavalas, atuns, mas também os salmões. Tais pescarias são demasiadamente complexas, mas rendem peixes de excelente qualidade. Contudo, a utilização das redes derivantes declinou devido ao fato de ser muito onerosa, pois seus rendimentos nem sempre são compensadores.

As redes girantes são fabricadas de modo que possam se fechar por baixo. Trata-se de uma traineira de malhas apertadas que se fecham graças à carregadeira. Durante muito tempo o manejo foi difícil em virtude da dificuldade de levantar a rede do pescado. As redes girantes são à base das capturas de peixes destinadas a redução à farinha e óleo<sup>11</sup>. Tais redes constituem a base da captura de pequenas espécies pelágicas.

As redes de arrasto a princípio eram redes de praia, uma bolsa cercada de duas asas e puxada por dois grupos. Com o progresso tecnológico tais redes

<sup>11</sup> "Arenques no mar da Noruega e no mar do Norte, savelhas na costa Atlântica e no golfo do México, anchovas no Peru, sardinhas verdadeiras na África Austral atlântica etc." (DOUMEGE, 1968, p. 62)

evoluíram para rede de arrasto. De início era utilizado duas embarcações que rebocavam juntas os cabos das duas asas, mas que também pode ser puxado por um só barco. Devido a sua capacidade de adaptação em diversos lugares, a técnica do arrasto se difunde por todo o globo, seja pela sua utilização pelos grandes navios indústrias, seja pela sua utilização entre águas de profundidade variável.

As armadilhas são utilizadas nas proximidades da costa. Contudo, também podem se constituir de imensos conjuntos de redes. As armadilhas em massa servem para a pesca profunda e remota, tais como a captura da Lagosta na Noruega, no Canadá e na Nova Inglaterra, Caranguejos reais no Pacífico Norte, Lagosta no hemisfério austral.

Contudo, o ato de pescar não depende somente das técnicas empregadas. Ainda que se disponha do material mais moderno, depende de outras condições para sua operação. A pescaria é uma arte complexa e demanda de uma longa educação provinda dos saberes *inscritos* no cotidiano e que vem de uma longa trajetória de transmissão entre as gerações de pescadores. Em suma, os saberes da pesca não são ensinados nas instituições de educação e exigem uma vivência em simbiose com o mar. Dessa forma, a pesca é uma atividade singular que envolve homens, peixes, ciclos lunares, mitos e outros elementos que podem influenciar as pescarias.

O conhecimento do meio em que vivem e essa habilidade de manuseio dos recursos naturais, transmitidas por gerações de pescadores, metamorfoseiam suas práticas criando novos padrões de comportamento intimamente em contato com a natureza.

Tais atributos, são característicos da oralidade e da experimentação, tem seus próprios quadros de referência, “proporcionando que saberes e ofícios sejam transmitidos a novas gerações sofrendo mutações a partir de condensações, somas, perdas e comparações com outros conhecimentos”. (MARTINS, 2005, p. 103). Portanto concordamos com Doumengue (1968) quando ele afirma categoricamente que

Assim, em todo mundo, são pouquíssimas as civilizações do mar- pois o fato de ser alguém comerciante ou navegador não quer dizer que tenha aptidão para a pesca. Certos grupos humanos, que utilizam riquezas litorâneas, não puderam levar mais adiante a sua evolução. (DOUMENGE, 1968, p. 65).

### 3.2 Um pequeno esboço da organização socioespacial da pesca no litoral brasileiro

Na esteira de Milton Santos (1977) acreditamos que a maneira de inserir a categoria “espaço” no tratamento das formações econômicas e sociais é a partir do conceito de *formação socioespacial*. Nesta linha, os modos de produção e organização da sociedade se dão numa base historicamente e geograficamente determinada, reforçando as especificidades dos diferentes lugares e com isso expressando tanto a totalidades dos espaços quanto suas frações.

A localização dos homens se dá tanto pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção “puro”, quanto pelas necessidades “internas”, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura de classes, isto é, a formação social propriamente dita.” (SANTOS, 1977, p. 87)

E mais,

Tomada individualmente, cada forma geográfica é representativa de um modo de produção ou de um dos seus momentos. A história dos modos de produção é também, e sob o aspecto preciso, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. A história da formação social é aquela da superposição das formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificação sobre seu “território espacial (...)” (SANTOS, 1977, p. 88).

Diegues (1984) afirma que em todo litoral brasileiro a pesca se deu em diferentes formações econômicas sociais (ou formações socioespaciais) e em graus diversos do desenvolvimento das forças produtivas devido, não somente a evolução técnica, mas pela diferenciação de ecossistemas costeiros e litorâneos. Contudo,

Em se tratando de uma atividade econômica baseada sobre a exploração de recursos móveis e que se reproduzem de uma maneira cíclica, a pesca só poderá ser entendida em relação às condições naturais em que ocorre a reprodução biológica das espécies marinhas. (DIEGUES, 1984, p. 107).

Nos ecossistemas costeiros brasileiros existem variadas faunas ictiológicas. A título de ilustração, na região Nordeste existe espécies que dificilmente são capturadas em grande escala, pois seus nichos estão situados em fundo de pedra, tais como o Pargo e Albacora, o que dificulta a pesca de arrasto. Contudo, espécies com alto valor de mercado constituem a base da pequena pesca (DIEGUES, 1984).

Já no litoral sul-sudeste, as condições favorecem ao aparecimento de grandes concentrações de pescados, tais como sardinha e camarão, fato que influencia a pesca em grande escala. Esses aspectos da produção do pescado demandam, portanto, daquilo que o autor classificou como *forças produtivas da natureza*.

As *forças produtivas da natureza* constituem os elementos físico-químico-biológicos que agem independente das ações humanas. Esses aspectos constituem numa complexa simbiose entre elementos bióticos e abióticos que se relacionam e, com isso, fazem com que se reproduzam. Sob essa base natural que o homem intervém, introduzindo novas forças sociais e meios de produção. Porém,

Afirmando a importância desses ecossistemas naturais não se quer dizer que sejam elas elementos determinantes da formação e transformações das formas de se organizar a produção. Apesar disso, somente a análise concreta pode esclarecer como, por exemplo, em determinadas condições ecológicas, na apropriação de determinados recursos naturais, não aparecem in loco, formas capitalistas de organização da produção, apesar de a apropriação final do produto ser realizada por empresas capitalistas ( a produção é realizada por pequenas unidades familiares em regime de produção mercantil simples, mas a comercialização é realizada por empresas capitalistas de fora da área). (DIEGUES, 1984, p. 67).

Neste sentido, a relação dialética entre as forças produtivas históricas/geográficas e as *forças produtivas da natureza* varia em cada fração do espaço, atribuindo significados diferentes na organização socioespacial. Dito isso, realizaremos nas linhas a seguir um breve quadro sobre a organização socioespacial da pesca no Brasil.

A pesca é uma atividade realizada por matrizes culturais anteriores a chegada dos colonizadores portugueses ao território que atualmente conhecemos como Brasil. Darcy Ribeiro (2006) nos conta que os grupos indígenas encontrados pelos portugueses em todo litoral- principalmente do tronco linguístico tupi- haviam chegado à aproximadamente um século antes e ainda estavam desalojando os grupos de matrizes rivais.

Somavam, talvez, um milhão de índios, divididos em dezenas de grupos tribais, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a 2 mil habitantes, cada um deles compreendendo um conglomerado de várias aldeias de trezentos a dois mil habitantes. Não era pouca gente, porque em Portugal àquela época teria a mesma população ou pouco mais. (RIBEIRO, 2006, p. 28)

Os tupis, junto com outros povos da floresta tropical, haviam domesticado plantas, retirando a sua condição selvagem<sup>12</sup> para o mantimento do seu roçado. Para tanto, faziam grandes clarões na mata com machados de pedra, limpando o terreno com queimadas. Dessa maneira, a agricultura lhes assegurava alimento durante o ano todo, superando a condição de carência alimentar a que os povos “pré-agrícolas” estavam sujeitos. Contudo, dependiam também de outros alimentos para o complemento de sua dieta, tais como aqueles provenientes da pesca e da caça, sujeitas a sazonalidades marcadas por meses de abundância e meses de escassez.

Daí a importância dos sítios privilegiados, onde a caça e a pesca abundantes garantiam como maior regularidade a sobrevivência do grupo onde a pesca e a caça abundantes garantiam com maior regularidade a sobrevivência do grupo e permitiam manter aldeamentos maiores. Em certos locais especialmente mais ricos, tanto na costa marítima quanto nos vales mais fecundos, esses aldeamentos especiais chegavam a alcançar três mil pessoas. (RIBEIRO, 2006, p. 29)

A chegada dos portugueses no Brasil inaugura uma nova organização produtiva da pesca, induzindo a formação da pequena produção mercantil, primeira restrita e depois ampliada, sendo de alguma forma afetada pelo mercado em formação. Voltaremos ao temário da organização produtiva no capítulo subsequente.

Segundo Resende (2011) a pesca é uma atividade intimamente relacionada ao processo de colonização portuguesa no Brasil. Sendo a maior parte da ocupação dos portugueses se deu nas zonas litorâneas em direção ao interior, percorrendo caminhos a partir das redes de drenagens, trazendo produtos de volta à costa.

Esse processo de ocupação resultou numa configuração do território nacional que pode ser observada até os dias de hoje, no séc XXI, quando a localização das capitais estaduais é nas zonas litorâneas ou às margens de grandes rios, possibilitando a drenagem de riquezas regionais, a circulação da produção e o deslocamento da população, mas sem a valorização da atividade pesqueira ribeirinha; muito ao contrário, disputando território com essa atividade, estando assim em conflito social e ambiental. (RESENDE, 2011, p. 17)

---

<sup>12</sup> “Entre elas, a mandioca, o que constituiu uma façanha extraordinária, porque se tratava de uma planta venenosa a qual deles deviam não apenas cultivar, mas também tratar adequadamente para extrair-lhe o ácido cianídrico, tornando-a comestível. É uma planta preciosíssima porque não precisa ser colhida e estocada, mantendo-se viva e estocada por meses.” (RIBEIRO, 2006, p. 28)

É possível perceber que a constituição do Estado brasileiro, tanto sob o domínio dos portugueses quanto independente, foi dotado de densidades normativas e sistemas de engenharia que asseguraram a dominação do território. O Estado, “esteve presente à formação e exercitou esse poder como agente criador de estruturas para expansão da economia externa” (RESENDE, 2011, p. 20).

No período colonial, a atividade pesqueira era realizada de forma marginal dentro dos latifúndios, cujo pescado servia para abastecer os senhores de engenho (DIEGUES, 1984). Darcy Ribeiro (2006) evidencia na orla da zona da Mata nordestina- onde quem movia a economia moderna eram os grandes engenhos de açúcar- o crescimento e estratificação de atividades e cultivos secundários realizados por trabalhadores livres desprovidos de recursos. Essa população era constituída na zona rural e complementava o sistema econômico vigente. Nas praias surgiam comunidades de pescadores que, combinando técnicas nativas e técnicas portuguesas, capturavam o pescado e proviam o mercado desses produtos. Constituía, diz Ribeiro, outra economia da pobreza, que possibilitava maior fartura alimentar, mas não ensejava riqueza.

Mais ao sul do Brasil, as elites agroexportadoras cafeeiras vinculadas ao poder político vigente no fim do séc. XIX e início do séc. XX adotaram critérios de seleção e cuidadosa alocação dos recursos do Estado no território. Próximas às franjas litorâneas, a atividade cafeeira, induziu a criação de sistemas de engenharia (ferrovias e portos) que produziram novas configurações territoriais. Como consequência disso, nos principais centros urbanos em formação, ocorreu à estratificação da atividade econômica e novos postos de trabalho. A pesca artesanal surgia como atividade destinada à existência dos pobres e, a partir de então, começou a se desenvolver a pesca voltada para a produção de mercadoria. Nesse período surge a figura do intermediário/atravessador individual, especializado em frutos do mar, passou também a ser um financiador da produção dos pescadores artesanais.

Do ponto de vista dos agentes hegemônicos a pesca não era uma atividade de muita importância. Sendo fonte de alimento barata para a população de baixa renda a pesca permaneceu “invisível” no processo de organização socioespacial brasileira, configurando aquilo que Santos (1979) denominou de circuito inferior da economia. Contudo, Resende (2011) afirma que a caça da baleia ganhava um tratamento especial, pois seu óleo era matéria-prima na construção civil e sua carne

uma iguaria apreciada pelas elites. A caça da baleia se manteve até a chegada da eletricidade e de novas técnicas de construção civil, o que reduziu os lucros e diminuiu sua relativa importância no cenário político- econômico nacional.

A atividade pesqueira foi reconhecida pelo Estado desde o período do Império e se manteve como atividade de subsistência dos mais pobres. Posteriormente, essa atividade passa ser vinculada a Marinha de Guerra do Brasil no período da primeira república. Resende (2011) afirma que tal fenômeno se explica pelo fato de que se tornava necessário reestruturar as formas institucionais de ocupação do território para (I) controlar os povos que habitavam as zonas consideradas “demograficamente vazias” (II) garantir a segurança nacional por meio da legitimação do território com a presença burocrática do Estado.

Diegues afirma que até a década de 1930, a organização produtiva da pesca no Brasil se dava nos moldes da pequena produção mercantil. Excetuando os grandes centros urbanos, os pescadores do litoral se dedicavam tanto a agricultura quanto a pesca. “Enquanto aquela lhe garantia o meio de sobrevivência esta lhe garantia o dinheiro incerto e ocasional para comprar o que não produziam” (DIEGUES, 1984).

A partir da Segunda Guerra Mundial, a construção das frotas de pesca aliada a exploração de novos setores contribuiu para a formação industrial capitalista do setor pesqueiro. Acrescenta-se o incremento da tecnologia do tratamento e conservação do pescado a partir do desenvolvimento do processo de frigorificação do pescado que se impôs logo sobre os métodos de conservação mais antigos, tais como a fabricação do óleo e da farinha para fornecimento da alimentação do gado e matéria-prima para as indústrias.

Segundo Doumenge (1968), em 1955, 43% do produto da pesca eram consumidos frescos, 7% eram congelados, 25 % eram secos salgados ou defumados; 9 % postos em conserva, 13% destinado à fabricação de óleo de farinha. Em 1960, o consumo fresco havia chegado a 40%, enquanto a secagem, salga e defumação (19%) havia regredido. A frigorificação aumentava de importância (9%). Em 1964, o consumo fresco cai (30%), a secagem salga e defumação para 10% a conserva (9%) enquanto a frigorificação passava a 12%. Tal fato influenciou o aumento exponencial do consumo do pescado no mundo inteiro.

No Brasil, a introdução da pesca de sardinha pelas traineiras, cuja produção era voltada para o enlatamento, provocou mudanças na estrutura produtiva da

pesca, sobretudo nas regiões sudeste e sul. Por exigir um aporte de capital e organização significativo, a pesca da sardinha era um empreendimento pequeno. Tal empreendimento se originou no Rio de Janeiro em fins do século XIX por pescadores migrantes ibéricos que, a partir de três artes de pesca, se tornaram a base da atividade pesqueira mais evoluída do Brasil, a saber: pesca de linha de fundo, a pesca do camarão com arrasto de porta e a pesca para sardinha pelas traineiras. Explicitaremos tais atividades nas linhas a seguir.

*A pesca de linha de fundo de caíques* foi trazida pelos poveiros, portugueses da Póvoa do Varzim- comunidade pesqueira localizada no norte da cidade de Porto-para a baía de Guanabara. Esses pescadores vieram trazendo petrechos de pesca e embarcações a remo e a vela. Os pescadores embarcavam nas lanchas até Abrolhos (sul do estado da Bahia) onde passando para os caícos (pequena embarcação) pescavam sozinhos à linha. Tal operação era considerada dura, porém o preço dos peixes de pedra (Badejo, Pargo e Namorado) compensava.

*A pesca do camarão com Balão* era praticada por portugueses e espanhóis no bairro do Caju, no município do Rio de Janeiro. Tal pescaria se realizava através do balão, rede sustentada por dois cabos. Essa modalidade propiciava uma mobilidade muito superior às redes tradicionais e era realizada ao fundo da baía de Guanabara, fato que transformou os agricultores portugueses em pequenos pescadores artesanais.

*A pesca da sardinha pelas traineiras* foi introduzida no país por pescadores espanhóis. Antes disso, a pesca da sardinha não possuía muita importância. A partir da chegada da traina- uma grande rede de cerco que se fechando concentra sardinha em grande escala num saco- houve o incremento na pesca da sardinha. O sucesso dessa operação fez com que outros pescadores os imitassem, encomendando suas redes na Espanha. A princípio, a pesca da sardinha era realizada em regime de parcerias. Em suma, nas parcerias os pescadores trabalham juntos partilhando o dinheiro em três partes: duas para os companheiros de empreitada e uma para a manutenção dos barcos de rede.

O surgimento de traineiras já nas primeiras décadas desse século, representou o primeiro passo para a concentração dos meios de produção e da força de trabalho na pesca. Não se tratava, no entanto, ainda de um empreendimento capitalista-empresarial, pois os donos da traineira ou era também o mestre ou o patrão de pesca, que participava diretamente do

trabalho, junto com os embarcados, muitas vezes parentes ou conhecidos. (DIEGUES, 1984, p. 53).

Na medida em que houve ampliação dos mercados, a organização da pesca na traineira se tornou mais complexa. Dessa maneira, surge à figura do armador. A princípio o armador possuía uma embarcação e atuava diretamente nas pescarias através do regime de companhia. Com o aparecimento das primeiras indústrias de sardinha no Rio de Janeiro, o armador se desvincula do processo de captura. Doravante possuindo mais de uma embarcação, o armador passa a se dedicar a administração dos lucros provenientes da comercialização do pescado, constituindo as primeiras pequenas empresas de captura (trataremos especificamente do papel do armador no próximo capítulo).

Quando se organizaram essas empresas, os armadores que não mais participavam diretamente do trabalho foram buscar em Santa Catarina a força de trabalho entre os pescadores artesanais de origem açoriana. Até essa época, a quase totalidade da captura do pescado no Brasil era realizada pelos pescadores artesanais, que foram organizadas em colônias de pescadores, entidade corporativa criada pela Marinha de Guerra (1922). (DIEGUES, 1984, p. 55)

A princípio, as pequenas empresas armadoras atuavam na produção, fornecendo o pescado para as indústrias de beneficiamento. Diegues (1995) afirma que a presença de grandes estoques de pescado e a proximidade de um grande mercado consumidor possibilitou a concentração das empresas armadoras na região sul do país. Posteriormente, esse fator também possibilitou a formação da pesca empresarial- capitalista da pesca, em sua maioria também na região sul.

No entanto a formação dessa organização produtiva se consolidou somente em 1962, com a criação Superintendência do Desenvolvimento da Pesca<sup>13</sup> e promulgação do novo código de pesca através do Decreto-lei 221 de 1967. Com a criação dessas normas houve a efetiva transformação da atividade pesqueira numa indústria de base, destinando vultosos investimentos de capitais ou através da aplicação de incentivos fiscais.

Depois de 12 anos de aplicação dessa política, os resultados não foram animadores, e os pequenos pescadores que só recebiam migalhas dos polpudos recursos destinados a empresas, muitas vezes fantasmas,

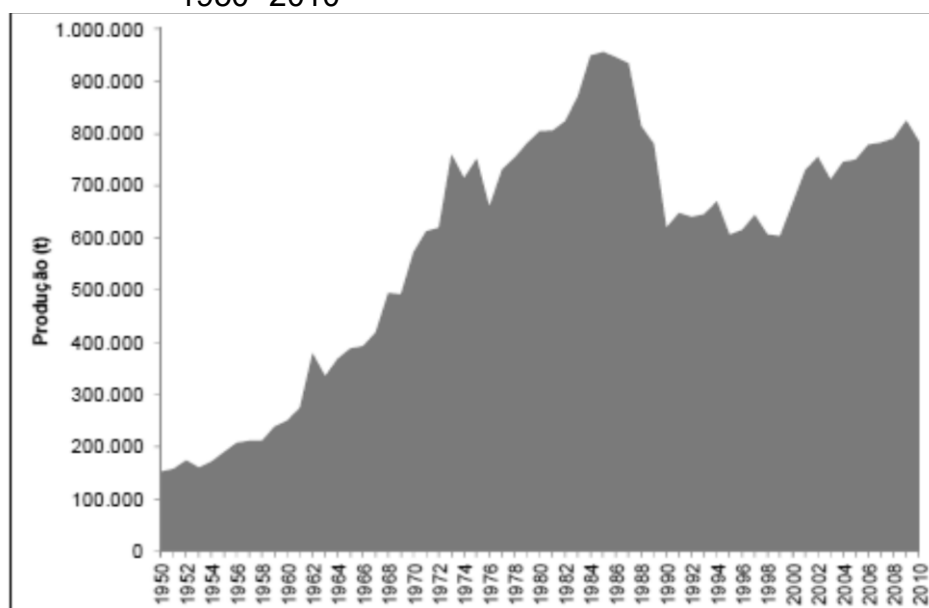
<sup>13</sup> Extinta autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária.

continuaram responsáveis por uma produção pesqueira no Brasil. (DIEGUES, 1984, p. 3).

Com isso, entre 1950 e 1985 houve a expansão da produção pesqueira, quando foi registrada a maior produção (956.684 t). Porém, entre 1986 e 1990 houve um declínio gradativo das capturas, quando a produção pesqueira diminuiu de 956.560 t para 619.805 t, evidenciado pela sobrepesca de alguns estoques, tais como: sardinha verdadeira, camarão e dos peixes demersais da região sul. Além disso, na década de 1980 ocorreu a desativação dos incentivos fiscais, fato que contribuiu para o declínio no período. Da década de 1990 até o ano 2000, houve uma relativa estabilidade na produção.

Segundo o Ministério de Pesca e Aquicultura, a partir de 2000 a 2009 a produção do pescado volta a aumentar passando de 666.846 t para 825.164 t. Alguns fatores devem ser levados em conta para o aumento da produção, tais como criação da Secretaria de Aquicultura e Pesca no ano de 2003, hoje Ministério da Pesca e Aquicultura em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente. Além disso, no referido período também foi criado o decreto Nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que atualmente regulamenta a atividade pesqueira. Ainda que tenha sido observado um declínio da produção do ano de 2009 e 2010, o MPA observa esse período como recuperação em relação à década preexistente (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Produção nacional de pescado (t) extrativo  
1950- 2010

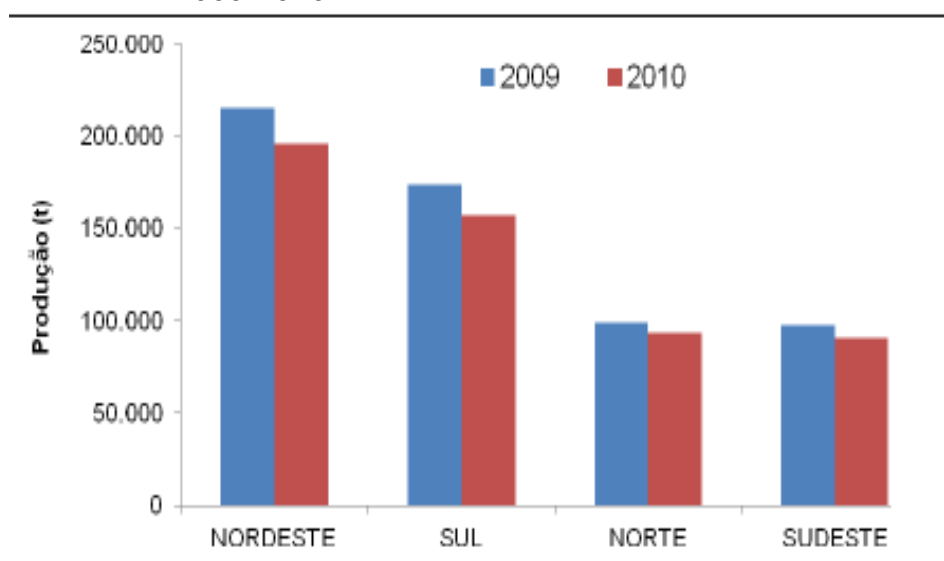


Fonte: MPA, 2010

No ano de 2010, a produção do pescado foi de 2% a mais em relação a 2009. A pesca extrativa marinha é a principal fonte de extração (536.475 t) 42,2% do total do pescado produzido, seguido pela aquicultura continental (248.911t; 19,7%) e aquicultura marinha (85.057; 19,7%). Em 2010, houve o decréscimo da pesca extrativa marinha em relação a 2009 (redução de 49.217). Porém a pesca extrativa, aquicultura continental e marinha fechou em alta em relação a 2009, havendo um acréscimo de 3,9 %, 16,9% e 9%, respectivamente.

Ainda no ano de 2010, a Região Nordeste foi responsável pela maior produção da pesca extrativa marinha nacional, com 195.192 t ( 36,5 % do total capturado) seguida da Região Sul, com 156.574 t (29,2 %), Região Norte (93.450 t; 17,4%) e Região Sudeste 97.754 t , 90.589 t (Gráfico 2).

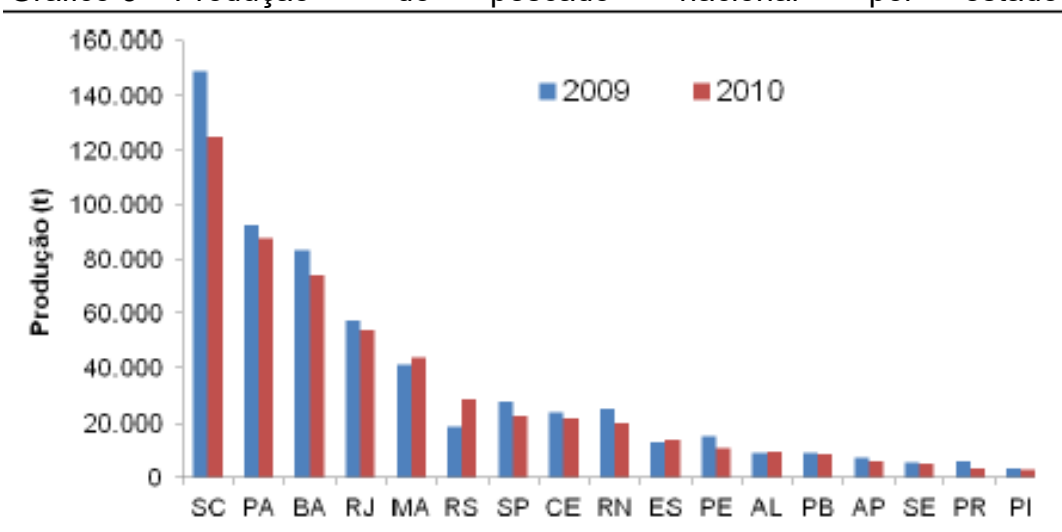
Gráfico 2 – Produção do pescado (pesca extrativa marinha) por Região 2009-2010



Fonte: MPA, 2010.

Apesar de a Região Nordeste apresentar a maior produção do pescado, se levarmos em conta a produção por estado da federação, Santa Catarina é o maior produtor, contribuindo com 124.977 t da produção, seguida pelo estado do Pará e Bahia, respectivamente 87.585 t e 74.043 t. (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Produção do pescado nacional por estado



Fonte: MPA, 2010.

Segundo o boletim estatístico do Ministério da Pesca e da Aquicultura de 2010, um dos fatores que explica o decréscimo da produção pesqueira do estado de Santa Catarina no ano de 2010 se deve ao fato de as frotas da pesca de cerco do estado estar desembarcando em portos de outros estados, em especial no município de Angra dos reis no estado do Rio de Janeiro. Contudo, a validade dessa informação é relativa, tendo em vista que o desenvolvimento da pesca empresarial-capitalista faz com que as empresas do estado de Santa Catarina atuem em outros setores da cadeia produtiva, principalmente como intermediários, comprando pescado em vários entrepostos (inclusive de outras regiões) para ser processado no próprio estado. Desse fato decorrem as dificuldades de pesquisas estatísticas sobre a produção da pesca extrativa marinha.

Contudo, apesar de ainda hoje não receber apoio do Estado, a produção da pesca artesanal marítima é responsável por grande parcela da captura e circulação do pescado. Tendo que competir com a pesca industrial-capitalista, cujas embarcações não raramente capturam o pescado em lugares proibidos, tais como em fundos de baías e estuários, configurando conflitos entre as duas formas de organização. Além disso, a instalação de fábricas poluentes (petrolíferas, minerometalúrgicas e químicas) nas franjas litorâneas levou ao empobrecimento biológico de espécies tradicionalmente capturadas pela pesca artesanal. Outrossim, a expulsão provocada pela especulação imobiliária nas praias provocou ainda mais precarização nas condições de vida do trabalhador.

### 3.3 As formas de organização produtiva da pesca artesanal

Segundo a FAO, mais de 75 % do pescado mundial é destinado ao consumo humano, o resto é na sua maior parte processado para farinha e óleo de peixe. Em 2006 o número de pessoas que se dedicavam a pesca ou a aquicultura atingia cerca de 43,5 milhões. Durante as últimas três décadas o número de pescadores e de piscicultores progrediu mais rapidamente que a população mundial e o emprego na agricultura tradicional.

As exportações de peixe e produtos da pesca atingiram em 2006 um recorde 85.9 bilhões de Dólares esperando-se que o crescimento continue a subir. Nos países em desenvolvimento, as exportações líquidas da pesca (exportações menos importações) são superiores às de outros produtos agrícolas como café, chá, arroz e bananas.

Diegues (1984) alega que a organização da produção pesqueira assume em distintos períodos, variadas formas ou modelos de organização econômica. Embora um desses modelos seja dominante em determinado período, ele coexiste com outros modelos articulando-se entre si. Em vistas dessas diversas articulações, o referido autor constatou algumas formas possíveis realizadas no Brasil, nomeadamente: a produção pesqueira de subsistência, a pequena produção mercantil e a produção pesqueira capitalista.

A *pesca de subsistência* consubstancia aquela em que o processo de captura está destinado a cumprir com as necessidades vitais do pescador. Esse tipo de pescaria é característico dos quadros indígenas e dos quadros dos agrupamentos ribeirinhos que vivem no Brasil que, aliado a caça e ao cultivo de tubérculos, leguminosas e frutas, complementam a sua dieta alimentar. Vale sublinhar que a diversidade de culturas desses povos redundam nos variados processos de captura do pescado. Em outras palavras, esses agrupamentos apresentam variados graus de relação com a pesca, fazendo com que a captura seja maior ou menor. No entanto, o grau de predação é mínimo.

Nesta base econômica a ideia de mercado é inexistente, ou seja, é realizada dentro de uma organização social onde somente existem os valores de uso. Igualmente a isto, não há mediação da moeda nas trocas existentes. A divisão do trabalho, assim como a divisão de instrumentos de produção são o próprio grupo ou

a família. Nos apoiando no cabedal analítico utilizado por Polanyi (2000), identificamos neste sentido, que o padrão de comportamento desses agrupamentos é baseado nos valores de uso e na reciprocidade e, em menor grau, no princípio da domesticidade. Em face do avanço do modo de produção capitalista, o modelo de organização baseado na subsistência quase desapareceu do litoral brasileiro.

A pesca da *pequena produção mercantil* é aquela em que a captura do pescado, em algum grau, é realizada para complementar a renda do pescador e o pescado é destinado a sua venda, existindo, portanto, a produção de valores de troca em maior ou menor intensidade. Isso pressupõe certa divisão social do trabalho (DIEGUES, 1983). Em suma, existem funções mais ou menos especializadas que não necessariamente participam da captura (como concertos dos barcos e manutenção dos petrechos de pesca). Os produtores diretos são donos dos meios de produção e o processo de trabalho pode ser familiar ou em regime de parceria. Essa categoria subdivide-se em pequena *produção mercantil restrita* e *pequena produção mercantil ampliada*.

Na pequena produção mercantil restrita o pescador/ lavrador, mais ligado a terra, se lança ao mar para complementar sua alimentação e só busca vender o excedente de sua produção/ extração. Aqui o mercado é complemento e não uma finalidade, pois a comercialização da produção é parcial. Suas relações sociais de produção e instrumentos de trabalho são de propriedade familiar e a capacidade de predação é muito reduzida. Segundo Diegues

Ele não vive somente da pesca, nem tem conhecimento e experiência para ir buscar os peixes além dos estreitos limites do ambiente em que domina. A própria canoa é muitas vezes mais um meio de transporte que um instrumento usado na captura do pescado. Nesse caso, é a pesca que mantém o contato mais intenso desses pequenos produtores, donos de seus aparelhos de pesca, com o mercado, através, em geral, do intermediário, que em um primeiro momento é o mesmo comerciante que comprava o seu excedente agrícola, comercializando em vilas ou cidades. (DIEGUES, 1984, p. 153).

As pescarias realizadas pelos pescadores/lavradores dentro da lógica da *pequena produção mercantil restrita* se restringem em geral aos períodos de safras. A propriedade típica é baseada na relação familiar ou na vizinhança. O pescado capturado, quando não é salgado e secado para consumo próprio, em geral é comercializado.

Sendo uma das principais fontes de renda do pescador/lavrador, o dinheiro disponível na venda do pescado é utilizado para compra de mercadorias, mercadorias estas que os pescadores/lavradores não produzem em sua terra ou no mar. Aqui, a pesca se inscreve dentro de uma atividade predominantemente agrícola, o mundo dos valores está ligado ao trato da terra. Portanto, o calendário complexo das atividades econômicas, tem a predominância agrícola.

Quando a intensidade do trabalho atinge o limite do número de trabalhadores existentes da “companha<sup>14</sup>”, é utilizado um nível de cooperação mais amplo do que o comum, a saber, o mutirão. Em resumo, o mutirão é a mobilização coletiva para lograr um fim, no nosso caso, o fim é a atividade de pesca. Segundo Diegues (1995), é importante destacar que na pequena produção mercantil restrita, existe uma divisão do trabalho por gênero, pois em geral, as mulheres não participam das “companhas” de pesca.

Os petrechos de pescas são confeccionados em casa. As embarcações a remo são utilizadas mais no transporte do que nas pescarias, a comercialização do pescado se dá a partir do intermediário atravessador individual. Em face disso, mais uma vez nos apoiando em Polanyi (2000), acreditamos que a pesca na pequena produção restrita possui como o principal padrão de comportamento o princípio de domesticidade, pois a produção e comercialização do pescado são meramente acessórias, uma vez que a renda obtida serve para complementar as necessidades vitais de sua família.

Por outro lado, a pesca realizada na pequena produção mercantil ampliada é exercida na figura do pescador artesanal, que tem como finalidade a venda do pescado capturado nos mercados espalhados pelos centros urbanos. Apesar do regime de trabalho ser familiar e/ou em parceria, o pescador artesanal dono da embarcação adquire uma parte maior da renda da pescaria, acumulando, portanto um modesto capital excedente. Daí pode-se dizer que na medida em que a pesca deixa de ser uma unidade complementar e passa a ser a principal atividade, ou surge um excedente utilizado para compra de embarcações motorizadas (DIEGUES, 1984) exigem determinados conhecimentos que nem sempre são encontrados na mão de obra familiar.

---

<sup>14</sup> No sentido aludido no presente trabalho, é o grupo familiar e/ ou vizinhos que se mobilizam para a atividade pesqueira.

A atividade pesqueira passa a ser a maior fonte de renda, propiciando, em determinadas situações, uma maior produção de excedente, em cuja distribuição entre os pescadores passam a ser introduzidos padrões menos igualitários." (DIEGUES, 1984, p. 154).

### E mais

O pescador artesanal passa viver e a reproduzir suas condições de existência da pesca fundamentalmente voltada para o comércio. O mercado é o objetivo de sua atividade, ainda que o balaio ou cesto de peixe, religiosamente separado antes da partilha, constitua uma das bases de sobrevivência de sua família." (DIEGUES, 1984, p. 184).

A pesca artesanal, por se tornar a principal fonte de produção de bens de bens destinados à venda, fez o acúmulo de excedentes se tornar maior do que na pesca realizada pelos pescadores/lavradores. Neste sentido, tais excedentes foram utilizados na compra de equipamentos mais modernos, tais como embarcações motorizadas.

A utilização de equipamentos mais modernos fez com que a utilização da mão de obra familiar, nem sempre fosse a mais adequada. Igualmente a isto, a maior produção do excedente também aumentou a desigualdade entre o mestre e os demais tripulantes embarcados, pois alegando o fato de necessitar de mais recursos para manutenção da embarcação, o dono acumula uma parte maior da renda das pescarias.

Os donos dos meios de produção (barcos e petrechos de pesca) passam a possuir um capital de giro para investir na modernização das embarcações (compra de motor, redes de nylon, novos processos de conservação do pescado, utilização de GPS etc). Doravante, as grandes companhias de pescas vão reduzindo o seu contingente de mão de obra para dar lugar às embarcações menores, mas especializadas. Aqui existe a exigência de conhecimentos mais específicos dos ambientes marinho do que aqueles realizados pelas pescarias realizadas pelo pescador/lavrador. Outro fator de fundamental relevância foi à transformação do intermediário/atravessador individual dar lugar as grandes firmas de compra e financiamento da produção.

Contudo, é bastante oportuno destacar que as formas de produção mercantis se articulam a outros modelos de organização da pesca. Essa articulação não é a simples justaposição de dois modelos de produção. Cada um de seus elementos se relaciona mutuamente quando articulados. Igualmente a isso, lembramos que a

exploração dos recursos de pesca demanda das forças produtivas da natureza e, por isso, é marcada pela sazonalidade e incertezas do meio. Nesta linha, a produção também é marcada pelas incontinências, estabelecendo padrões não mercantis de divisão, tais como a reciprocidade a partir dos regimes de parcerias e a distribuição a partir dos “quinhões” de pesca. “Como resultado desses fatores, aparece certa homogeneidade social e inexistência de classes sociais definidas” (DIEGUES, 1984) que, apesar de mudar as condições de trabalho dos pescadores artesanais, não configura uma mudança significativa na organização produtiva da pesca.

As limitações na acumulação, baixo desenvolvimento das forças produtivas, a dependência do pescador com os outros agentes pertencentes às classes hegemônicas e à intensa precarização de suas atividades, caracterizam os grupos sociais da pequena produção mercantil ampliada da pesca nos circuitos inferiores da economia. Todavia, seria errôneo classificar tal organização produtiva como estática e a-histórica, pois várias inovações tecnológicas (redes de náilon, celulares, motores etc.) foram absorvidas nos locais de pesca sem que houvesse transformações profundas na organização da produção.

Em alguns casos, no entanto, verifica-se uma transformação (parcial ou preponderante) de pescadores lavradores em pescadores marítimos integrados ainda a pequena produção mercantil. Em outros, ainda, implanta-se na comunidade um núcleo de pescadores embarcados trazidos de fora por empresas de pesca em mar aberto.” (DIEGUES, 1984, p. 36)

A pesca *empresarial-capitalista* apresenta uma organização burocrática mais bem definida. Seu comportamento é orientado para o mercado. Essa categoria também possui ramificações, destacando-se a pesca de armadores e a pesca industrial. Nessa modalidade, os instrumentos de produção estão nas mãos de uma empresa capitalista organizada verticalmente, possuindo vários setores, tais como o da captura, transporte, beneficiamento e comercialização.

Os armadores, proprietários de mais de uma embarcação não participam diretamente da produção/ extração do pescado, colocando o mestre como o preposto. Neste sentido, os embarcados são os tripulantes destinados às várias atividades dentro do barco, como as funções ligadas a direção (mestres) a casa das máquinas (motoristas), à preparação dos ranchos (cozinheiros) e ao manejo das redes e equipamentos de pesca (os homens de convés). Nesta modalidade, apesar de os embarcados não serem proprietários dos meios de produção, a remuneração

é realizada em partes. Aqui a venda do pescado é realizada para as empresas especializadas no transporte do pescado que revendem para as redes de supermercados, grandes e médias peixarias.

Na empresa capitalista os meios de produção estão nas mãos da empresa, organizada em diversos setores, em funções variadas e interligadas verticalmente: produção (captura), industrialização (beneficiamento e conservação), transporte e comercialização. Nesta categoria, a presença do Estado como investidor direto (incentivos fiscais), indireto (construção de ferrovias, rodovias e meios de transmissão) e como interlocutor/antagonista dos conflitos de classe é mais sensível do que nas outras formas de organização. O regime de trabalho é realizado por meio do assalariamento. Na topologia empresarial das referidas empresas, o mercado autorregulado define totalmente o sistema de alocação das plantas fabris e o sistema de distribuição dos seus recursos.

Apesar da tipologia apresentada por Diegues (1984) ser um bom ponto de partida para o presente trabalho, a utilização dessas categorias se torna perigosa quando apresentadas em forma de etapas ou evolução do processo produtivo (pesca de subsistência evolui para a pesca da pequena produção mercantil que evolui para a pesca empresarial capitalista etc.), configurando naquilo que Santos (2006) chamou de *monocultura do tempo linear*, pois como foi supracitado, essas formas de organização coexistem no tempo presente, conferindo usos distintos ao território.

As diferentes organizações produtivas da pesca transformam o espaço geográfico, criando circuitos espaciais extremamente extrovertidos, rompendo as barreiras da região, como no caso da pesca empresarial-capitalista, e circuitos que não ultrapassam os limites da escala local como é o caso da pequena produção mercantil. Nas cidades, sobretudo nas cidades litorâneas, os circuitos da economia são ao mesmo tempo complementares e hierárquicas, assumindo tanto níveis de capital, organização e técnica mais complexas quanto mais modestas, formando, respectivamente, os circuitos superiores e inferiores da economia da pesca.

Queiroz (2011), analisando a pesca no município de Ilhéus no sul do estado da Bahia, define a pequena economia dos pobres que sobrevivem da captura do pescado como pesca do *circuito inferior*. Essa autora evidencia que o pequeno pescador exerce seu fazer coexistindo com inúmeros outros usos do território, utilizando seu saber prático para captura (produção), distribuição, troca e consumo,

apesar de depender de outros agentes para circulação do pescado. Sendo assim, a própria pesca a que Diegues atribui o caráter artesanal, segundo a autora, subdividem-se em pesca nos circuito inferior e pesca no circuito superior marginal.

Segundo Silva (2013), a esfera da produção faz com que outros profissionais participem no circuito produtivo da pesca: como no conserto das embarcações e na compra de ranchos, comércio de petrechos. Essa condição faz com que inúmeros pequenos trabalhadores atuem na atividade pesqueira, assim como grandes empresas transnacionais (SILVA, 2013). Nota-se que apesar dos pescadores se situarem no circuito inferior, evolve multiplicidade de circuitos e agentes fazendo com que sua atividade se mantenha dinâmica, não podendo ser classificada de uma atividade a-histórica.

## 4 OS MERCADOS E A CIRCULAÇÃO DO PESCADO: UM ESFORÇO DE TIPOLOGIA

### 4.1 Sobre o conceito de tipologia: possibilidades e limites

Uma das principais problemáticas que ocupou a teoria da ação está constituída pela relação entre o conhecimento científico e prático. Certamente, a ciência, mediante ao cálculo e a construção de cenários, orientou tecnicamente a ação. Por outro lado, somente por meio da ação que a técnica extrai seus sentidos. Em outras palavras, embora a ciência apresente o caminho “frio” para alcançar as finalidades, somente às finalidades podem alcançar o “fogo” necessário para que o cientista se lance apaixonadamente para comprovar “esta conjectura e não outra qualquer”.

Seguindo esta linha, existe um conflito aparente entre “paixão-razão”. Tal conflito se desdobra até mesmo no pensamento de Max Weber (2000). É por meio da paixão que o homem se relaciona com o mundo dos valores. Por meio da paixão que o indivíduo aceita uma premissa e abandone todas as outras. Tal imbricação faz com que as reflexões weberianas passe pela consideração dos valores.

Esse componente valorativo tem a capacidade de produzir um componente “subjetivo” nas ciências da cultura que, por sua vez, detém um componente estritamente empírico sobre os fenômenos humanos. A partir da categoria do “tipo-ideal” criada por Max Weber (2000), podemos estabelecer unidade entre esses dois componentes (subjetivo e empirista). Em face dessa categoria torna-se viável a construção de uma ponte entre o significado cultural dos fenômenos e formulação de proposições empíricas sobre eles.

Max Weber (2000), ao propor os tipos-ideais, objetivou em primeiro lugar, dotar as ciências sociais de uma “univocidade conceitual”. Contudo, tal proposição não corresponde a nenhuma realidade, mas ela é obtida a partir de um “extrapolamento” da mesma. Em suma, é um instrumento puramente formal para a compreensão discursiva da realidade empírica.

O tipo-ideal é uma construção formal que cumpre exigências empíricas, apresentando algumas ideias distópicas. Nesse ponto de vista, o tipo-ideal, nunca

poderá ser encontrado na realidade, tendo em vista que o seu propósito é configurar uma ficção, ou um exagero sobre determinado fenômeno. Contudo, o tipo-ideal se afasta da realidade propositalmente. Para Weber (2000), o analista necessariamente constrói seus sistemas se afastando dos fenômenos estudado, justamente nos aspectos que pretende analisar. Para tanto, é necessário à conservação da diferença (entre o tipo-ideal e o concreto) e com isso, pretende-se analisar, medir e comparar o fenômeno estudado com o seu correspondente típico-ideal.

A média dos dados existentes numa dada totalidade não é indicada nos tipos-ideais, mas é obtida por um realce unilateral de um ou vários pontos de vistas e pela união de uma multidão de fenômenos singulares, difusos e discretos (SAINT-PIERRE, 1999). Com essas características, os tipos-ideais permitem a objetividade na comparação com fenômenos do mesmo tipo.

O tipo-ideal é uma intensificação unilateral da realidade, ou seja, é a seleção e formulação de certas características seguindo a direção do interesse cultural que corresponde a um determinado ponto de vista. A partir da unilateralidade, o que se seleciona e enfatiza é a significação cultural de uma classe de fenômenos.” (SAINT-PIERRE, 1999, p. 69).

Dessa maneira, na esteira de T. Parsons, Saint-Pierre descreve o conceito de tipo ideal como aquele em que (i) é sempre um meio e nunca um ponto de vista, (ii) é uma utopia e como tal não pode constituir o objetivo da investigação da realidade; e tem esse caráter como resultante (iii) de uma exageração de certos traços da realidade, selecionados em função (iv) da significação que esses possuem para (v) um determinado ponto de vista que confira unilateralidade do tipo ideal.

A aplicação do tipo-ideal, portanto, confere um sentido racional e lógico a realidade histórica, nos permitindo concluir que é uma das formas de traçar os limites, realçando os fatos mais significativos para um determinado ponto de vista “interessado” num determinado segmento da realidade. No pensamento de Weber o conceito de tipo-ideal é interessante tanto por sua inteligibilidade quanto por sua univocidade. Contudo, a aplicação de tal conceito – demasiadamente racionalista em seu âmago – é incapaz de compreender os desvios, incertezas e vicissitudes cotidianas.

Porém, é sabido que para Weber (2000) o objetivo das ciências sociais não consiste apenas em formular leis gerais acerca do comportamento social, mas também, e fundamentalmente, torna-se necessária a apreensão *compreensiva* em

seu nexu subjetivo. A compreensão é uma técnica que permite a constituição de um *método*, mas também de um *resultado*. Por esse caminho, a formulação dos tipos-ideais ajuda a construção científica de um método. Mas, dando um postulado “científico” corre-se o risco de obliterar certas características “subjetivas” da realidade concreta. Porém, Saint-Pierre (1999) adverte:

(...) o tipo-ideal oferece os meios para determinar o lugar do irracional nos acontecimentos específicos e a forma de calcular o grau de irracionalidade em função da medida do desvio da ação real com relação ao curso racionalmente construído. Portanto, o tipo ideal não oferece somente um meio para selecionar os fatos, mas também um mecanismo para selecionar a significação destes. (SAINT-PIERRE, 1999, p. 74).

Os tipos-ideais, não correspondem a hipóteses, não são modelos de como as coisas deveriam ser, não são descobertas e sim construções mentais. O “ideal”, portanto, não designa uma conjectura e sim um pensamento escolhido, ou uma aproximação da realidade sem nunca com ela coincidir completamente.

#### **4.2 A comercialização do pescado nos diversos tipos de mercado**

O fato do pescador artesanal não dispor de tecnologias de transporte do produto nos principais centros de consumo, tem como consequência a venda do pescado num preço muito aquém do trabalho que foi necessário para sua captura, demandando de terceiros para sua realização. Tal condição faz com que o pescador artesanal fique a mercê de outros agentes que participam diretamente da circulação do pescado. Estes agentes, denominados de *atravessadores*, comercializam o pescado com a finalidade de revender aonde os pequenos pescadores não atuam. Dito de outra forma, os atravessadores são o elo entre a extração/produção do pescado nas praias e atracadouros até as grandes centrais de abastecimento, mercados e feiras e, em última instância, até o consumidor final.

Pode-se dizer que o nível de capital, organização e tecnologia também são importantes no raio de alcance da circulação do pescado. Os atravessadores munidos de caminhões frigoríficos especializados em pescado possuem o raio de alcance muito maior, podendo comercializar o pescado em outros estados, regiões e

até mesmo em nível internacional como no caso do salmão chileno, enquanto aqueles que portam uma pequena caminhonete surrada, ou mesmo bicicleta com isopor e gelo, raramente ultrapassam a escala local. Consideramos, portanto, que no interior dos circuitos produtivos, os intermediários atravessadores também podem estar atuando tanto nos circuitos superiores, quanto superiores marginais e inferiores.

Na primeira etapa da comercialização, logo na sua chegada em terra firme os pescadores são abordados pelos comerciantes que começam a se reunir aos barcos, dando início ao regateio. O pescador lança o preço e quando se chega a um acordo, estes distribuem o pescado entre si. Neste momento, o regateio é definido por uma infinidade de fatores de oferta e de procura. O pescado pode ser vendido tanto nos mercados atacadistas quanto nos mercados varejistas. Atentaremos especificamente a estes dois mercados mais adiante.

Os atravessadores podem ser de diversos tipos, desde aqueles que comercializam em pequena escala, ou os que buscam comprar em estoque para revender ao comerciante varejista de outros mercados, ou mesmo aqueles interessados no mercado de exportação. A maior vantagem que estes comerciantes adquirem é, por um lado, possuir a maior capacidade de estocagem e transporte e, por outro, a maior capacidade de transações. Os comerciantes varejistas localizados em vários outros locais podem estabelecer relações de confiança com os comerciantes atacadistas, procurando estabilidade e uma “solidariedade organizacional” mais consistente.

Com a evolução dos sistemas de transporte e comunicação alguns mercados passam a aumentar o seu raio de alcance se ligando a outros mercados, podendo se tornar um ponto concentrador de insumos alimentares, participando de sua distribuição em escalas maiores, como no caso do CEASA-RJ que influencia diretamente a política de segurança alimentar de todo o estado, abrigando gêneros alimentares (inclusive o pescado) de lugares distantes (como veremos no capítulo 5 da dissertação).

O mercado atacadista tem a capacidade de centralizar o pescado proveniente de vários lugares mantendo o controle sobre o sistema de alocação e o sistema de distribuição do pescado. Segundo Silva (2013), esses mercados são classificados como:

1 - Pequeno mercado atacadista- pontos próximos às embarcações e atracadouros dos barcos onde o próprio pescador mediante ao leilão vende o pescado aos atravessadores e comerciantes. Os intermediários-atravessadores podem ter um raio de alcance pequeno, revendo no próprio bairro ou nas feiras livres, e médios, revendendo nas pequenas e médias peixarias da metrópole do Rio de Janeiro. Os principais mercados são: Itaipu, Magé, Itaoca entre tantas outras;

2 - Médio mercado atacadista- também são atracadouros próximos às praias. A estrutura organizacional é um pouco maior se comparada com o pequeno mercado, onde atracam frotas de pequeno e médio porte, ou a partir da tipologia criada por Queiroz (2011), tanto pescadores do circuito inferior quanto do circuito superior marginal. Os intermediários possuem estruturas maiores e o pescado é revendido em outras escalas, podendo chegar as centrais de abastecimentos. Um exemplo dessa forma de mercado é aquele realizado no Gradim, bairro do município de São Gonçalo, também região metropolitana fluminense;

3 - Grande mercado atacadista- grandes centrais de abastecimento alimentar que abrigam uma solidariedade organizacional complexa, concentrando um volume de pescado alto com o raio de alcance que supera a escala nacional. Os mais diversos varejistas e atravessadores com diferentes níveis de capitais podem comprar o pescado neste mercado. Aqui podemos citar as Centrais de Abastecimento Alimentar Sociedade Anônima (CEASA-RJ).

Os mercados varejistas são classificados como a última etapa de comercio até o consumidor final. Também são passíveis de hierarquização, destacando-se em:

1 - Pequenas peixarias - realizado entre pequenos comerciantes desprovidos de capital, munidos com isopor e gelo nos bairros das áreas centrais e periferias dos municípios. Na maioria das vezes o próprio comerciante é o intermediário que compra o pescado ainda de madrugada nas praias ou no CEASA para ser comercializado no início da manhã;

2 - Feiras livres-comércios sazonais onde é realizada a venda em pequena escala em pequenas barracas temporárias ou nos automóveis adaptados

em forma de balcão. Semelhante às pequenas peixarias, aqui o comerciante também é o atravessador;

3 – Ambulantes - Ainda na escala inferior esta forma de mercado é itinerante, onde o peixeiro/comerciante com seu meio de locomoção (bicicletas, Kombis ou mesmo cavalos munidos de cestas) comercializam em bairros residenciais dos municípios;

4 - Médias peixarias - mercados situados tanto nas áreas centrais dos municípios que possuem uma solidariedade organizacional de nível intermediário, com estrutura tecnológica adequada a conservação do pescado e balcões. Aqui o comerciante compra o pescado do atravessador e revende aos consumidores;

5 - Grandes peixarias - mercados maiores que abarcam várias peixarias com uma estrutura organizacional complexa, abrigando vários boxes de venda do pescado. Aqui podemos citar os mercados especializados (São Pedro em Niterói) e os supermercados.

Acreditamos nesse sentido, que a produção de tipos-ideais acerca dos mercados de pesca nos ajudará a ter uma base para nos aproximarmos da relação entre a circulação do pescado com os mercados de pesca. No capítulo seguinte construiremos alguns atributos de tal forma que possa diferenciar os mercados de pesca na metrópole fluminense, seus agentes e suas respectivas etapas do processo produtivo. Neste sentido, será subdividido em duas seções, a saber: *os grandes mercados varejistas do pescado, os pequenos mercados atacadistas do pescado, os pequenos mercados varejistas do pescado e os grandes mercados varejistas.*

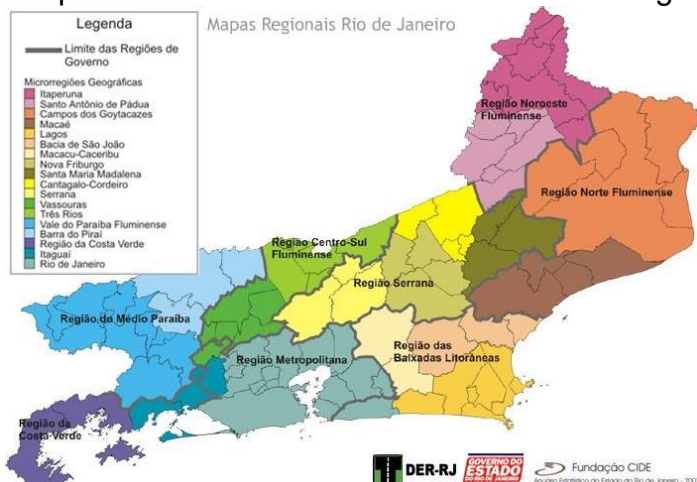
## 5 ORDEM LOCAL E ORDEM GLOBAL: MAPEANDO OS MERCADOS ATACADISTAS DE PESCA NA METRÓPOLE FLUMINENSE

### 5.1 Os grandes mercados atacadistas do pescado na metrópole fluminense: a convergência dos circuitos da economia urbana no CEASA e no mercado da Z8

A região metropolitana do Rio de Janeiro é composta por 17 municípios de composição, estrutura e população variada. Segundo dados do IBGE de 2010 a referida região abrange 11% do território fluminense, concentrando 11.634. 674 habitantes, representando 72% da população do Estado do Rio de Janeiro (MAPA 1).

Como foi aludido no capítulo 2, por abrigar uma multiplicidade de pessoas, mercadorias, informações e ordem de todo tipo, a metrópole é *território usado* por excelência. Neste sentido, pode-se dizer que na região metropolitana fluminense existem atividades de circuitos econômicos que rompem a escala da nação e circuitos extremamente introvertidos. Ainda que tais circuitos coexistam no território, são hierárquicos e complementares formando aquilo que Santos (1979) denominou de os dois circuitos da economia urbana.

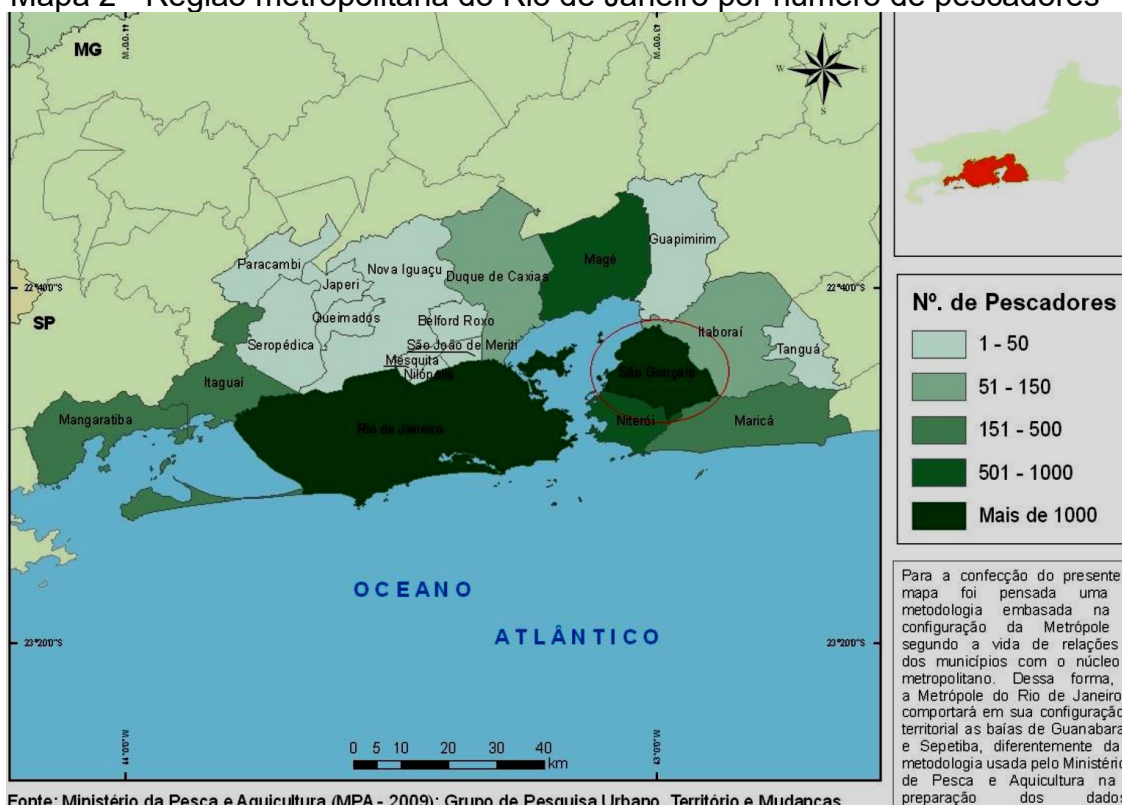
Mapa 1 – Estado do Rio de Janeiro e suas regiões



Fonte: Fundação CIDE (2010)

O circuito produtivo da pesca na metrópole fluminense passa por um grande contraste interno. Se por um lado existe a intensificação da precarização das condições de vida dos homens e mulheres do mar graças à poluição, o aumento da especulação imobiliária e da proibição da pesca em importantes pesqueiros, nos grandes e pequenos mercados de pesca e restaurantes da metrópole observamos diversos pescado, fruto do trabalho dos pescadores sendo comercializado, por vezes a preços exorbitantes. De acordo com o ministério da pesca, milhares de pescadores sobrevivem exercendo a sua atividade na metrópole, onde se destacam os municípios do Rio de Janeiro, São Gonçalo e Magé. (Mapa 2)

Mapa 2 - Região metropolitana do Rio de Janeiro por número de pescadores



Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA - 2009); Grupo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças  
 Fonte: MPA 2009; NUTEMC, 2010

As áreas de desembarque na região metropolitana são muito precárias e estão espalhadas por vários pontos da orla, sobretudo da baía de Guanabara. O desembarque da pesca artesanal na metrópole é distribuído por 61 pontos: 19 no Rio de Janeiro, 4 em Duque de Caxias, 6 em Magé, 2 em Itaboraí, 15 em São Gonçalo e 15 em Niterói. Com a desativação do cais da praça XV, grande parte da

frota industrial do pescado passa a desembarcar no precário cais do Matuano<sup>15</sup> (Figura 1) - antigo cais da Sardinha 88- no bairro da Ilha da Conceição em Niterói, o que fez com que surgisse um grande mercado atacadista no município. Além do desembarque da frota industrial, a metrópole do Rio de Janeiro também possui muitas áreas de desembarque da frota artesanal (Figura 2). Igualmente, a desativação da praça XV fez com que as frotas de caminhões se destinassem ao CEASA-RJ (também em caráter provisório) e ao mercado na colônia Z8 em Niterói.

Figura 1 – Cais do Matuano (frota Industrial)



Fonte: INFOPECA, 2010.

<sup>15</sup> Atualmente o Cais do Matuano se encontra com os dias contados, tendo em vista o arrendamento de grande parte da área para a empresa BRASCO LOGÍSTICA OFFSHORE

Figura 2 – Área desembarque (pesca artesanal) - cais de Portugal Pequeno



Fonte: NUTEMC, 2015.

A dinâmica de desembarque do pescado nos diversos cais da metrópole fluminense inclui a negociação imediata com os intermediários atravessadores, que tratam de alocar o pescado nos caminhões em caixas de 20 kg abastecidos de gelo escama. Os caminhões devidamente abastecidos, transportam o produto para os mercados atacadistas. Em menor frequência, ocorre à comercialização direta do pescador com o consumidor final, isso ocorre principalmente nas pequenas áreas de pesca como em Itaipu.

Num primeiro momento, podemos definir os grandes mercados de pescado atacadista, sendo aqueles em que a comercialização do pescado é realizada pelas grandes empresas capitalistas, quer seja aquelas que dominam toda a etapa produtiva do pescado (produção, circulação, distribuição e consumo) quer seja aquela que compram o pescado preços mais baixos diretamente com pescadores artesanais e revendem a preços mais altos no mercado. Aqui podemos observar o princípio da distribuição descrito por Polanyi (2000), porém orientado para fins mercadológicos. Igualmente, também podemos perceber a *transferência geográfica do valor* quando o pescado chega de lugares distantes tais como o siri do Alasca e o Salmão chileno.

Contudo, ainda que a presença seja pequena, os pescadores também participam dessa forma de comercialização, apesar de ser oneroso. O pescado é vendido em grandes quantidades ao segundo intermediário, que pode ser os

mercados varejistas, as indústrias de beneficiamento, as feiras livres ou ambulantes. Tal consumidor compra o pescado “a atacado” com o intuito de revender para os mercados varejistas e restaurantes.

A comercialização atacadista do pescado unifica a produção de várias organizações produtivas de pesca. No mesmo lugar é possível perceber o pescado proveniente da pesca artesanal, da pesca de armadores, da pesca industrial ou mesmo da aquicultura, fato que explica a grande concentração de pescado provenientes de vários locais.

A estrutura e nível organização do grande mercado atacadista podem ser definidos naquilo que Milton Santos (2001) denominou “acontecer solidário hierárquico” e só se tornou possível no atual período marcado pela unidade técnica, unicidade do motor e convergência dos momentos. No acontecer solidário hierárquico o cotidiano é imposto e comandado por uma informação privilegiada que é segredo e poder. As normas são estabelecidas distantes dos lugares, desestabilizando as normas criadas localmente (SANTOS, 2006). Neste sentido, as grandes empresas de pesca tendem a desfazer os laços de contiguidade em proveito de uma lógica extemporânea que de nada tem a ver com a história dos lugares.

Esses mercados atendem os desígnios hegemônicos e modificam as relações de vizinhança no lugar onde se instalam, integrando-os a níveis econômicos e espaciais mais abrangentes. Cada fração onde as grandes empresas se instalam o que conta é a eficácia das tarefas produtivas e a implantação do tempo hegemônico, fazendo prevalecer a sua vontade, ou seja, impondo os interesses corporativos em detrimento aos interesses públicos. Seu espaço reticulado busca regulamentar os diversos processos produtivos, integrando e organizando o trabalho.

Os interesses corporativos impostos verticalmente podem ser percebidos no estabelecimento do preço do pescado, onde os donos das bancas estabelecem de acordo com a lei da oferta e da procura. A cotação do pescado muda ao sabor da autorregulação do mercado. Este fato pode ser comprovado no balanço dos preços do pescado, cujos donos das bancas determinam o preço do pescado, não raramente prejudicando o pequeno pescador/produtor.

O preço do pescado varia de acordo com o período do ano, cujas oscilações na qualidade e na quantidade do pescado aumenta ou diminui a oferta. Além da sazonalidade exercida pelas *forças produtivas da natureza*, o período de festa

também influencia na “saída” do pescado nos mercados. Na semana Santa, por exemplo, a comercialização do pescado pode triplicar em relação ao resto do ano. Contudo, somente uma pequena fração da renda gerada nos mercados atacadistas chega às mãos dos pescadores.

Em geral, os mercados atacadistas comercializam em grandes quantidades a preços mais baixos do que os mercados varejistas, fato que pode ser explicado pela pressão exercida pelos intermediários- atravessadores ainda nas praias e cais, reduzindo drasticamente o preço do pescado, pescado este que foi fruto de intenso trabalho dos homens e mulheres do mar.

Outra prática comum nos mercados de pescado é o que os pescadores chamam de “pinga”. Posteriormente a medição do peso e o pescado devidamente comercializado, os donos da balança e / ou os donos da banca tomam uma parte substancial do pescado para si. Geralmente os donos da banca se apropriam dos melhores pescados extraídos, deixando os demais para a comercialização em suas bancas.

O pregão do pescado no CEASA-RJ ocorre de segunda a sexta-feira das 18 às 23 horas e é administrado pela Associação de Pregoeiros de Pescados e Afins (APAERJ) no pavilhão 12, cujo escritório situa-se dentro das instalações do mercado. As primeiras negociações ocorrem assim que os caminhões abrem suas caçambas, nas plataformas externas das instalações do galpão. A partir daí os lotes de peixe são distribuídos entre os 56 boxes do galpão. Segundo os dados da INFOPECA, descarregam diariamente no mercado do CEASA cerca de 5-20 toneladas de pescado. O volume do pescado fresco é de 40 % de todo pescado vendido no local.

As empresas capitalistas, como apontou Diegues (1984), cada vez mais substitui o atravessador individual, comprando o pescado nas praias e atracadouros e revendendo nos grandes mercados atacadistas, devido a maior capacidade de armazenagem e transporte com caminhões especializados em pescado. A comercialização é realizada pelos pregoeiros (Figura 3) que expõem o pescado em caixas plásticas<sup>16</sup> com a capacidade de 20 kg de pescado. Em geral, por possuir

<sup>16</sup> Tais caixas substituíram as antigas e pesadas caixas de madeira possibilitando o armazenamento e transporte padronizado mais eficiente do pescado.

pouca mobilidade e / ou não possuir grande capacidade de armazenamento, o pescador artesanal necessita desse agente para comercialização do seu pescado.

Pregoeiros são agentes subordinados aos donos das bancas, que atuam como intermediários entre a produção e a circulação do pescado. Em resumo, esses agentes comercializam o pescado proveniente do pescador ou do comerciante e recebem uma porcentagem sobre o valor do pescado comercializado. Nos nossos estudos de campo, os pregoeiros recebem um valor de 30% do valor comercializado de todo pescado e pagam aproximadamente 200 reais mensais (no mercado da colônia Z8) para exporem o pescado nos mercados.

Além dos pregoeiros, muitos outros agentes sobrevivem da pesca nos mercados atacadistas, destacamos os carregadores (Figura 4). Tais agentes recebem R\$ 3,00 por kg do carregamento do pescado dos caminhões para os mercados. Não obstante, no caso do mercado na colônia Z8, esses carregadores são os responsáveis pelo transporte do pescado para os boxes no mercado de São Pedro ou para os caminhões, de modo que possam ser distribuídos para os varejistas.

Figura 3 – Vendedores e compradores alinhados - CEASA RJ



Fonte: INFOPECA, 2010

Figura 4 – Carregador trabalhando no mercado da colônia Z8.



Fonte: NUTEMC, 2015.

Os mercados atacadistas se concentram nos grandes centros de consumo, de tal modo que favoreça a logística de distribuição para os mercados a varejo. Dois exemplos patentes dessa forma de mercado é o mercado do CEASA-RJ, localizado no bairro do Irajá no Rio de Janeiro e o mercado da colônia Z8, no município de Niterói.

O CEASA - RJ é o principal distribuidor por atacado do estado do Rio de Janeiro, abastecendo parte das grandes, médias e pequenas peixarias da metrópole além de restaurantes especializados em frutos do mar e faz parte de uma lógica do mercado global, seguindo racionalidades técnicas, leituras normativas e de controle de impostos dos mercados da economia autorregulada. Segundo dados da infopesca<sup>17</sup>, apenas 30% do pescado fresco que chega ao CEASA- RJ são de origem do Rio de Janeiro e chegam por intermédio dos atravessadores com caminhões frigoríficos abastecidos em gelo escama.

<sup>17</sup> Os dados presentes na Infopesca por vezes apresentam dados favoráveis à implementação da aquicultura e do hidronegócio em detrimento a pesca artesanal.

Figura 5 – Exposição do pescado por pregoeiros no CEASA



Fonte: INFOPECA, 2010.

Dentre as principais regiões de origem do pescado no CEASA-RJ, destacam-se: Espírito Santo, Itajaí, Laguna, Belém e Bahia. Igualmente a isso, os peixes de criatórios também são comercializados, com destaque para o camarão (Região Nordeste) e o salmão (Chile). Dessa maneira, do pescado comercializado no CEASA 70% são provenientes da Região Sul, de 15 a 25% do desembarque de frotas industriais e de intermediários atravessadores do Rio de Janeiro e 5 a 15% de outras regiões do Brasil. Percebe-se pela estrutura do mercado CEASA-RJ que tem influência internacional- que a circulação do pescado extrapola e muito a escala local, sendo característico dos circuitos superiores da economia. Segundo dados da INFOPECA, os “carros chefes” desse mercado são a sardinha, a corvina, o dourado e o camarão.

A maior parte da distribuição do pescado fresco comercializado no CEASA-RJ é comercializada para o setor varejista dos municípios da Baixada Fluminense. Em contrapartida, o pescado mais nobre é distribuído nas peixarias e restaurantes de bairros da zona sul do município do Rio de Janeiro e Niterói. Os supermercados são os principais compradores do CEASA-RJ, seguido pelas peixarias e indústrias de congelamento.

Silva (2013) afirma que o CEASA-RJ recebe em geral o pescado dos comerciantes (pregoeiros). A presença do pescador nesse mercado é pequena, pois estes necessitam de transporte, além de necessitar de trabalhadores assalariados, tais como carregadores e motoristas, fato que demanda um custo extra na pequena renda obtida através da pesca. Silva (2013) adverte que em geral a quantidade média do pescado varia de acordo com a capacidade geral de armazenamento que o comerciante dispõe o que pode chegar até 10 toneladas. Por não dispor de muita capacidade de armazenamento, a vantagem para o pescador é pequena, pois os comerciantes ganham diminuindo o valor do produto final, fruto do seu esforço.

Os preços do pescado comercializado nos mercados atacadistas são praticados a partir de um “preço base”. Esse “preço base” é realizado a partir de uma estimativa que deflagra a negociação constante entre os pescadores, atravessadores, pregoeiros e donos das bancas. Em suma, os próprios agentes do mercado estabelecem o “preço base” do pescado. Porém existe uma margem de oscilação realizada a partir do preço base. Por exemplo, se o preço base da corvina inteira é de R\$ 6,00 reais, no dia em que houve bastante captura o preço tende a diminuir para R\$ 4,00 reais, ou no dia de muita procura do pescado, como na Semana Santa, por exemplo, o preço da corvina pode até duplicar em relação ao preço base.

Contudo, quando o pescado provém da grande indústria capitalista, como no caso do salmão chileno e do camarão da aquicultura do nordeste, o preço é estabelecido dentro de uma lógica mercantil e é exercido como monopólio, tendo em vista que a totalidade do pescado comercializado no CEASA e na colônia Z8 provém de criatórios chilenos.

De certa forma, isso demonstra que o mercado de pesca apresenta linhas de tensões sociais a partir da negociação permanente entre seus agentes, das forças produtivas sociais e também das forças produtivas da natureza. Em outras palavras, na esteira de Polanyi (2000), os mercados atacadistas possuem padrões de comportamento mercantis sem, contudo, estar desenraizado da arquitetura social.

A perecibilidade do pescado faz com que o produto esteja constantemente refrigerado. Tendo em vista que grande parte do pescado no Rio de Janeiro é comercializado inteiro e fresco, a conservação é bastante precária nos cais onde desembarcam as frotas industriais e artesanais. Nas frotas industriais e artesanais o pescado desembarca em caixas de plástico e partem diretamente para os

caminhões frigoríficos abastecidos com gelo. Em alguns casos a refrigeração do pescado é realizada com caixas de isopor ou com pequenos refrigeradores do tipo “freezer”.

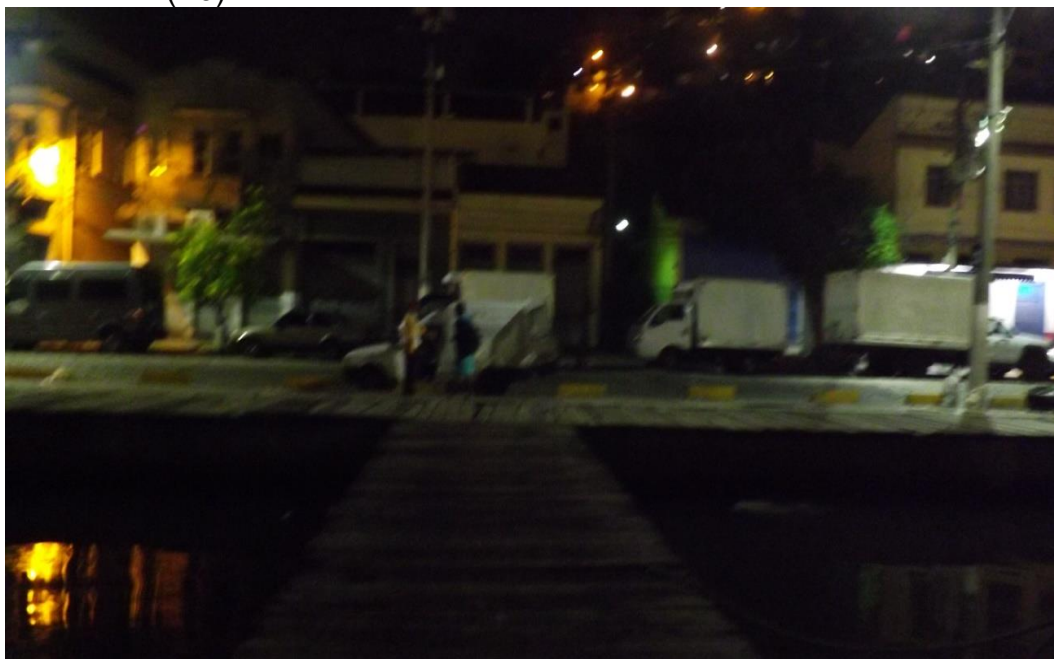
Segundo dados da INFOPECA (2010) a região metropolitana do Rio de Janeiro possui 29 fábricas de gelo distribuídas pelo município do Rio de Janeiro (17), Niterói (5), São Gonçalo (3), Magé (3) e Duque de Caxias (1). Apenas o CEASA-RJ possui 7 fábricas de gelo que abastecem o mercado atacadista durante o seu funcionamento. O preço da pedra de gelo de 20kg é de R\$ 5,00 .

Além do CEASA-RJ, outro grande mercado de pescado atacadista se encontra no município de Niterói, o mercado da colônia Z8. Se comparado com o CEASA-RJ, o mercado da colônia Z8 possui a capacidade reduzida. Seu pregão começa ainda de madrugada, por volta das 3 horas e acaba às 6 horas. A maioria do pescado chega nos caminhões de diversos lugares tanto do município e região metropolitana quanto de fora do Estado ou até mesmo fora do país. Um mesmo intermediário atravessador pode comprar o pescado em atracadouros e praias diversas tais como no cais industrial do Matuano, no cais dos pescadores artesanais de Jurujuba e Portugal pequeno em Niterói e no cais do Gradim em São Gonçalo.

Quando os pescadores e intermediários/atravessadores não conseguem comercializar a totalidade do seu estoque disponível de pescado nos boxes do CEASA-RJ, a segunda opção é o mercado da Colônia Z8, onde é negociado de 50/60 t por dia. Dessa forma os dois mercados possuem uma “solidariedade organizacional”, haja vista que o pregão do CEASA-RJ começa às 16 horas e termina 22 horas enquanto no mercado da colônia Z8 começa às 3 horas e termina às 6 horas.

A maioria do pescado desembarcado no mercado da colônia Z8 é fruto do labor dos pescadores espalhados pelos locais de pesca da baía de Guanabara e adjacências, sobretudo aquelas associações de pescadores ligadas a colônia Z8. O pescado pode chegar à sede da colônia em caminhões fretados, que cobram uma taxa sobre o volume do pescado transportado (R\$ 3 reais/ caixa de pescado) (Figura 6) ainda no cais e no caminhão dos intermediários/ atravessadores que ganham uma parcela na comercialização do pescado no mercado.

Figura 6 – Caminhões a espera do pescado em Portugal Pequeno Niterói (RJ)



Fonte: NUTEMC, 2015.

Segundo nossas entrevistas, os pregoeiros pesam o pescado ainda nos cais e “negociam”<sup>18</sup>, levando em conta o preço base com o pescador. Dessa forma, o pescado comercializado pelos pregoeiros e donos de banca não necessitam passar pela balança do mercado. Por outro lado, os pescadores e pequenos atravessadores, dependem da balança do mercado que detém exorbitantes 10% da renda de todo pescado vendido. Ainda segundo os nossos dados, os principais pescados vendidos no mercado são a sardinha, o camarão e a corvina. Dentre os principais compradores estão os comerciantes do mercado de São Pedro, das peixarias e feiras livres espalhadas pelo leste metropolitano (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá) (FIGURA 7).

<sup>18</sup> Quanto maior a produtividade do pescado mais o pregoeiro ou qualquer intermediário diminui o valor do pescado.

Figura 7 – Mercado da colônia Z8.



Fonte: NUTEMC ,2015.

Além do mercado do comércio atacadista, o mercado da colônia também comercializa outros insumos ligados ao armazenamento do pescado, tais como as caixas de isopor (Figura 8), o que aumenta ainda mais o complexo círculo de cooperação do mercado.

Importante frisar que nos mercados atacadistas inúmeros trabalhadores sobrevivem direta e indiretamente da atividade pesqueira. Desde os intermediários/atravessadores, pregoeiros, donos da balança até mesmo a vendedora de café no mercado. É dessa forma que a atividade pesqueira, apesar da desvalorização do trabalho dos pescadores artesanais, é uma importante fonte de sustento para várias famílias na metrópole fluminense.

Figura 8 – Caixas de Isopor comercializadas no mercado da Z8.



Fonte: NUTEMC, 2015.

Diante desse breve panorama apresentado sobre os dois principais mercados atacadistas de pescado na metrópole fluminense, nas linhas a seguir trataremos especificamente dos nossos dois estudos de caso, a saber: o mercado de São Pedro e o mercado de Itaipu. Para tanto, realizaremos um pequeno esforço acerca da história recente de Niterói – sobretudo a partir da construção da Ponte Rio-Niterói – relacionando com a formação desses dois mercados.

## 6 OS MERCADOS VAREJISTAS DO PESCADO EM NITERÓI

### 6.1 Breve caracterização do município de Niterói

Niterói é um município que se localiza na orla oriental da baía de Guanabara, fazendo limite com os municípios de São Gonçalo e Maricá. De 1835 a 1889, esse município foi a capital da província e com a proclamação da república se tornou a capital do estado do Rio de Janeiro. A partir de 1975, com a anexação da cidade do Rio de Janeiro, Niterói gradativamente perde importância no cenário político e econômico nacional.

Aliado a isso, com a construção da ponte Rio-Niterói, o município passa a receber um grande impacto ocasionado pelo aumento fluxo de pessoas. Neste mesmo período, para atender a construção da ponte, o poder público local retoma o projeto de aterramento Praia Grande - um amplo plano urbanístico que modificou a região central da cidade para adequar o tráfego as novas condições. O impacto dessas obras acarretou na instabilidade dos núcleos pesqueiros mais próximos ao centro da cidade e remoção do antigo mercado de São Pedro que funcionava informalmente próximo a praia grande (centro de Niterói).

O quadro de abandono do município passou a mudar a partir do final da década de 1980, quando o novo governo decide implementar uma série de obras em Niterói com o discurso “mudar a autoestima do cidadão”. Diante desse panorama, foram realizadas inúmeras obras de revitalização do centro histórico, mudança no fluxo de transporte, obras de saneamento básico, programas de saúde e educação e criação de signos que trouxeram uma nova identidade ao município, como o futurístico museu de artes contemporâneo projetado pelo arquiteto Oscar Nyemeier e posteriormente o caminho que leva o nome do arquiteto. Com isso, Niterói ganha o status de melhor cidade em qualidade de vida do estado. No entanto, para além do discurso, o pano de fundo que envolve os investimentos do poder público tem a ver com estratégias ligadas a captação de investimentos variados.

Niterói (Mapa 3) se localiza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estando separada da capital apenas pela baía de Guanabara. Atualmente, no censo demográfico do IBGE de 2010 apresentava uma população residente de 487.562 pessoas, mas que recebe diariamente muitos trabalhadores vindos de outros municípios da região metropolitana, como São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Guapimirim e Magé, Acrescenta-se aí muitos pescadores artesanais que embarcam e desembarcam na orla de Niterói, mas não moram no município.

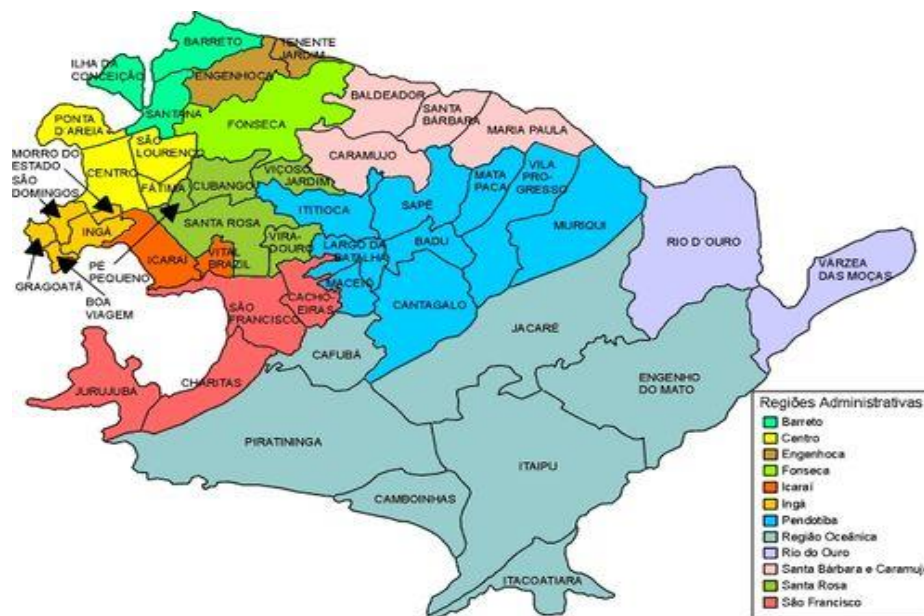
Mapa 3 – Posição de Niterói na Região Metropolitana



Fonte: NUTEMC, 2015.

A organização interna do município é subdividida em oito regiões administrativas: Barreto, Fonseca, Engenhoca, Icaraí, Ingá, Pendotiba, Região Oceânica, Rio do Ouro, Santa Barbara e Caramujo, Santa Rosa e São Francisco (MAPA 4).

Mapa 4 - Niterói dividida por Regiões Administrativas



Fonte: Secretaria de Urbanismo de Niterói, 2011.

A pesca é uma atividade econômica que se realiza por muito tempo no município de Niterói. Sendo abrigo de alguns dos mais importantes entrepostos de frotas industriais e artesanais da região metropolitana (TABELA 1) - como o cais do Matuano na ilha da Conceição, Jurujuba e Itaipu - o município é o segundo do estado em produção (25. 576 toneladas), perdendo apenas para Angra dos Reis (26.836 toneladas) e sendo seguido por Cabo Frio (16.354 toneladas), São Gonçalo (8.717 toneladas), São João da Barra (1.515 toneladas) segundo dados da Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro.

Tabela 1 – Principais áreas de desembarque pesqueiro na região metropolitana do Rio de Janeiro (2009)

<b>Município</b>	<b>Cais público (pesca artesanal)</b>	<b>Cais Privado (pesca Industrial)</b>
Niterói	Jurujuba Ponta D´areia Itaipu Matuano ou 88 (Frota Industrial)	Funelli (Ponta D´areia) Renato ( Ponta D´areia) Codepe ( Ilha da Conceição)
Rio de Janeiro	Copacabana Pedra de Guaratiba Barra de Guaratiba Sepetiba Ramos Ilha do Governador	
Magé	Mauá Piedade Suruí	
São Gonçalo	Associação dos pescadores do Gradim	Cais do Fenix

Fonte: INFOPECA, 2010.

Além dos entrepostos de pesca, Niterói abriga inúmeros pequenos núcleos pesqueiros espalhados por sua orla, destinados à captura, a coleta e maricultura - também em Jurujuba, Itaipu e Boa Viagem. Tanto no município de Niterói quanto nos municípios vizinhos, pequenos núcleos pesqueiros foram formados. Desse modo, o peixe capturado era comercializado nas pequenas praças de mercado locais ou nos entrepostos maiores, destacando-se o terminal da Praça Quinze de novembro (já extinto) e a ilha da Conceição. Neste sentido, Bernardes (1958) afirma que

O crescimento desse mercado originou a multiplicação dos pequenos núcleos de pesca na Guanabara, ai tendo vindo se estabelecer desde o século XIX numerosos pescadores dedicados a esse mister. Entretanto, até

o início do século atual [XX] mantiveram-se os processos tradicionais, já descritos pelos cronistas do tempo da colônia: a pesca de linha, os arrastões e currais. (BERNARDES, 1958, p. 49).

Nas bordas da Guanabara os núcleos pesqueiros cresceram muito em função do crescimento urbano do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, bem como da variedade de espécies marinhas que existiam próximos ao seu gargalo e fundo de mangue. Os maiores núcleos se encontravam próximos às áreas mais urbanizadas como na Ilha do Governador, na orla ocidental, e Jurujuba e Gradim, na orla oriental. Destes núcleos encravados nas áreas urbanas, destacam-se os pescadores de Jurujuba, de onde saíram os primeiros barcos a se aventurarem fora dos limites da baía. Os pescadores situados mais ao interior se dedicavam a pesca do camarão na baía e de traineira ao largo.

Apesar da proximidade com os mercados urbanos favorecerem a pequena atividade pesqueira, a intensificação do processo de urbanização e industrialização foi desde cedo fator de instabilidade dos núcleos de pesca tanto da baía de Guanabara quanto nas praias localizadas barra a fora, notadamente em Copacabana e Itaipu, onde a formação de loteamentos expulsaram os pescadores. Somado a isto, Bernardes (1958) afirma que os incrementos de novas técnicas contribuíram para essa instabilidade.

Um exemplo patente da instabilidade provocada pelo conflito entre os usos do território em Niterói foi à eliminação dos currais de pesca dos locais mais próximos ao gargalo da baía a partir do meado da década de 1950, fazendo com que seus donos fossem se estabelecer no fundo da Baía de Guanabara. Em outros casos as novas artes de pesca e embarcações ligadas à pescaria ao largo, concentraram mais pescadores que, atraídos pela maior facilidade de captura e comercialização, se instalaram na ilha da Conceição, Jurujuba, Caju e Praça Quinze de Novembro. Dentre os pescadores que chegaram nestes locais, destacavam-se os pescadores do interior da Guanabara, do litoral fluminense, do Espírito Santo e Bahia.

## 6.2 O mercado de São Pedro

O mercado de São Pedro foi inaugurado no dia 29 de junho 1971 no bairro Ponta d'Areia no município de Niterói. Originalmente a venda do pescado era realizada na rua Visconde do Rio Branco no centro da cidade, onde atualmente se localiza o terminal rodoviário João Goulart e o caminho Nyemeier (Figura 9). Por motivos de higiene bem como para dar lugar as obras de aterramento da praia grande, o mercado de São Pedro muda seu espaço para o bairro da Ponta d'Areia. Tais obras foram realizadas para adequar o trânsito do município a ponte Rio-Niterói.

Figura 9 – Antigo mercado de São Pedro - Rua Visconde do Rio Branco, 1970



Fonte: Niterói antigo.

A produção de uma nova imagem no município de Niterói alterou profundamente tanto a estrutura quanto as formas de consumo do mercado de São Pedro. A atmosfera popular de outrora, baseada na feira livre e no estreitamento da relação *vís-a-vís* entre comerciante e freguês (Figura 10) foi gradativamente sendo transformadas em ambientes *cleans*, reservados ao consumo das classes médias, onde a higiene e a conservação do pescado se tornam moedas de trocas importantes, para além da negociação (figura 11). Apesar disso, o mercado de São Pedro preserva uma paisagem que remonta os mercados de consumo popular e o

burburinho que remonta a outra vida de relações. Dessa forma, convergimos com Ribeiro quando ela nos diz que

Transformados em atratores de fluxos de consumidores animados por promessas de acesso à cultura, os ambientes urbanos preservados, higienizados e estetizados por um gosto potencialmente único oferecem resistência à apreensão da vida de relações que animava e articulava, explicando-os, palácios e casebres. Sem dúvida, o estímulo à contemplação, que é tão presente nos arranjos estetizantes dos acervos históricos e na cenarização clean ajustada ao tipo médio do consumidor de cultura, equaliza lugares e descontrói possibilidades de aprendizado. (RIBEIRO, 2013, p. 2).

Figura 10 – Interior do mercado de São Pedro - 1970



Fonte: Niterói Antigo

Figura 11 – Mercado de São Pedro 2013



Fonte: NUTEMC, 2013

Atualmente, apesar de o mercado ter ganhado o título de patrimônio material do município, a administração é realizada pelos comerciantes do próprio mercado. No imaginário do poder local, o mercado preserva a herança das formas tradicionais de relação pessoal entre o comerciante / consumidor, além dos aspectos que remontam a efervescência cultural das feiras livres, seus sons, cheiros e sabores. Entretanto, numa análise mais aprofundada, percebe-se que muitos pescados vendidos nos boxes do mercado são consumidos em restaurantes requintados, sendo por isso, matéria-prima, de pratos da mais alta gastronomia. Apesar de haver pescados do consumo popular, o ambiente *clean*, as facilidades das formas de pagamento e a variedade de pescados nobres como Atum, Lagosta, Cherne Garoupa e Badejo, exigem que se faça uma distinção entre o consumo popular e o consumo das classes médias.

Figura 12 – Pescado exposto em um dos Boxes mercado São Pedro



Fonte: NUTEMC, 2014.

Ao concentrar o pescado produzido de várias regiões, tanto em âmbito nacional quanto internacional, o mercado de São Pedro centraliza o pescado de diferentes organizações econômicas da pesca, caracterizando-se por ser etapa final (mercado a varejo) de um longo circuito produtivo do pescado.

O mercado de São Pedro é um dos maiores mercados especializados em pescado do Brasil. Atualmente o referido mercado possui 38 boxes de venda do pescado mais 1 box de verduras e possui um alcance que extrapola os limites da metrópole, tendo em vista que o pescado vendido chega de muitos outros lugares. Dentre os consumidores estão chefes da mais refinada gastronomia de restaurantes especializados e bares diversos da metrópole. O segundo e o terceiro andar possui

uma estrutura com bares e restaurantes em que os peixes consumidos nos boxes podem ser levados pelo consumidor e preparados na hora.

Diferente da estrutura precária feitas de palafitas em que o pescador desembocava bem próximo do antigo mercado na rua da praia para comercializar o seu pescado, o novo mercado possui uma estrutura organizacional complexa, em que o pescado pode chegar de lugares distantes ou mesmo da baía de Guanabara. Neste sentido, o mercado de São Pedro é um lugar central onde convergem variados circuitos produtivos.

Outrossim, cabe destacar que boa parte da comercialização dos petrechos de pesca na metrópole fluminense provém do mercado de São Pedro<sup>19</sup>. A loja “Matepesca” tem suas instalações no segundo andar do mercado. Dessa maneira, além de ser um importante centro varejista de venda do pescado também possui centralidade na venda dos insumos necessários à captura do pescado de toda região metropolitana.

Figura 13 – Entrada do mercado de São Pedro



Fonte: NUTEMC, 2013.

<sup>19</sup> Em entrevistas realizadas em dois locais de pesca distintos (Ilha da Madeira e na restinga da Marambaia) os pescadores afirmaram que seus petrechos chegam de Niterói, mais especificamente da loja MATEPESCA em Niterói.

Diante dos relatos dos peixeiros e comerciantes que trabalham no mercado, encontramos diferentes formas de fornecimento, no qual destacamos a compra no mercado Z8, a compra direta com o pescador e compra com o atravessador e a empresa atacadista. Destacaremos essas diferentes formas de fornecimento nas linhas a seguir.

O leilão do pescado acontece de madrugada na sede da colônia Z8, localizada no bairro Ponta D´Areia em frente ao mercado de São Pedro. O pescado proveniente de várias regiões do Estado do Rio de Janeiro se concentra no estacionamento da colônia, onde é comercializado a atacado em grande parte para o mercado de São Pedro, mas também para outros mercados a varejo existentes na região metropolitana. O pescado chega através de caminhão em caixas de plástico onde é exposto para os fregueses (destacamos esse mercado atacadista no capítulo 5).

Outra forma de fornecimento é a compra direta do pescado com o pescador embarcado. Os funcionários do Box do mercado de São Pedro são incumbidos de comprar o pescado nos atracadouros. Dessa forma os próprios comerciantes varejistas são os intermediários, eliminando a figura do intermediário atravessador nas negociações. Dentre os locais de pesca que o comerciante costuma frequentar, destacamos o bairro de Jurujuba e o bairro do Gradim.

Por último, o próprio comerciante dono do Box domina todas as etapas da produção do pescado (produção, distribuição e consumo). A empresa assume o papel de unificar a produção organizar as várias etapas, desde a produção até distribuição no comércio varejista. Tal forma de organização é aquela que Diegues (1995) define como a pesca industrial capitalista.

### **6.3 O mercado de Itaipu**

A enseada de Itaipu está inserida em um ambiente costeiro protegido por ilhas e enriquecido por um complexo lagunar (Itaipu-Piratininga). Tais ambientes, ameaçados por inúmeros fatores, são o berçário de uma grande quantidade de peixes e crustáceos. Dessa forma, a prática dos pescadores artesanais é realizada

por muito tempo e era assegurada por um ambiente biodiverso com períodos sazonais.

Figura 14 – Região Oceânica de Niterói



Fonte Google Earth. 2014.

O processo de urbanização de Itaipu se deu no início da década de 1920, com a criação da estrada que liga o bairro ao centro de Niterói. Tal fator possibilitou a ampliação do mercado para os pescadores, tendo em vista que anteriormente levavam o seu pescado para a praça XV de novembro.

Na década de 1960 o processo de urbanização se intensificou, causando os primeiros impactos significativos no meio ambiente. O parcelamento e loteamento dos solos, aliado a chegada de levas de pessoas provocou o desmatamento significativo de matas ciliares e comprometimento de alguns córregos que alimentavam as lagoas de Piratininga e Itaipu. Contudo, foi na década de 1970 que a intensificação da degradação do meio ambiente ocorreu de maneira decisiva na região com o aumento dos investimentos no setor imobiliário.

Ainda nesta época, o aumento do investimento na pesca industrial afetou diretamente a pesca artesanal na praia, provocando a esterilização de inúmeras espécies de peixes e crustáceos e diminuindo ainda mais os espaços pesqueiros isso se deve ao fato de que as embarcações industriais não respeitavam a distâncias da costa de Itaipu. Igualmente a isso, outro enorme impacto na atividade pesqueira na praia de Itaipu foi a abertura permanente da abertura da barra da lagoa de Itaipu pela Velam, que ficou conhecido como “canal da vergonha”. A abertura da lagoa causou assoreamento, diminuindo a quantidade de espécies marinhas.

Em Itaipu, tal como em inúmeras praias do Brasil, a pesca é praticada por pescadores artesanais. Em suma, são trabalhadores que vivem exclusivamente do que o mar oferece, realizando sua prática na beira da praia, utilizando técnicas de baixa predação, com um nível de capital reduzido e com um nível de organização não burocrática. Uma prática muito comum na praia de Itaipu é a técnica de arrasto (Figura 15), que consiste no cerco de cardumes que costumam ir a beira do mar em busca de alimentos.

Em tais cercos os pescadores utilizam caícos e se organizam em companhias se dividindo em tarefas hierarquizadas. Suas redes podem chegar a 300 metros, dependendo da pesca utilizada. Fica evidente, nesta modalidade de pesca, a relação do pescador artesanal com o espaço aquático, não somente a faixa de areia, mas todo litoral próximo.

Figura 15 – Pesca de arrasto na Praia de Itaipu



Fonte: NUTEMC, 2014.

Neste tipo de técnica é muito comum a participação de não pescadores no auxílio da puxada da rede de arrasto. O pescado capturado é distribuído entre aqueles que contribuíram com o trabalho, sendo a maior parte e a parte com maior valor de mercado ficando nas mãos dos pescadores e o pescado com menor valor de mercado nas mãos dos não pescadores (Figura 16). Esse fato denota traços não mercantis tais como reciprocidade e redistribuição.

Figura 16 – Distribuição do pescado capturado



Fonte: NUTEMC, 2014.

Os pescadores de Itaipu não desfrutam de recursos financeiros que dependem para a prática de seu trabalho. São pessoas que ganham em média por pescaria, quando a pescaria é boa, entre 90 e 100 reais, que muitas vezes ainda é dividido com o parceiro do barco. Aqueles que conversamos durante a pesquisa informam que não tem acesso a programas de financiamento para o setor pesqueiro, ou por não conhecerem, ou pelas dificuldades burocráticas. O fato é que a condição material para a prática da pesca é condicionada pela pouca disponibilidade financeira.

Dentre os pescadores que entrevistamos, encontramos três situações distintas quanto à organização do trabalho: sistema de parceria, quando dois ou mais pescadores pescam juntos e dividem custos e lucros da pescaria; Parceria por arrendamento, neste caso o pescador toma emprestado o barco de um amigo, dividindo os custos e os lucros obtidos; Pescaria individual, quando o pescador é dono de seu próprio barco e não tem parceiros, pois na maioria dos casos de parceria, as divisões de custos e lucro costumam ser em parte iguais.

As instituições que representam a pesca artesanal em Itaipu são a colônia de pescadores Z7 e a Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (ALPAPI). Segundo esta última estima-se que existam 114 pessoas que sobrevivem diretamente da pesca artesanal na região oceânica.

Além do setor imobiliário e dos impactos da pesca industrial, o quadro de vida dos pescadores também é ameaçado por outros fatores. Segundo os próprios pescadores, o projeto de dragagem da baía de Guanabara - denominado de “bota fora” pelos mesmos - aumentou a poluição marinha diminuindo significativamente as

espécies de alto valor comercial. Outrossim, alguns projetos de “revitalização” da orla como o Cantão de Itaipu, objetiva a criação de um atracadouro para os pescadores. Com isto, os pescadores perdem o contato com a areia da praia, fato que é vital para manutenção do seu *ethos*.

Nos dias de semana pela madrugada e início da manhã a praia possui a sua vida de relações ligadas a pesca artesanal. Nos finais de semana a praia é ocupada por banhistas de vários lugares da metrópole. Nota-se que tais padrões nos distintos usos do território são geradores de conflitos. Segundo os pescadores, os “pesquisadores” chegam na praia e dizem que eles (os pescadores) estão afetando o ciclo de vida das aves e poluindo o meio ambiente. Contudo, eles afirmam que foram os pescadores “de fora” e os banhistas que poluem o meio e, por consequência, diminuíram o pescado que alimentava as aves

Levando em conta os inúmeros impactos da modernização sobre as *forças produtivas da natureza*, o regime de parceria é importante para distribuição dos recursos pesqueiros entre as inúmeras companhias de pesca que atuam na praia de Itaipu, pois a partilha dos recursos se torna fundamental para repartição daquilo que o mar oferece.

Uma grande conquista dos pescadores artesanais foi a criação da Reserva Extrativista de Itaipu no ano de 2013. Tal reserva foi fruto da luta dos pescadores junto à comunidade científica. Entretanto, a reserva apresenta algumas contradições, prevendo áreas de fundeio para as embarcações da Petrobras, o que acaba poluindo as águas (MAPA 5).

Mapa 5 – Limites entre a reserva de Itaipu



Fonte: Relatório Resex, 2013.

Outro fator importante que condiciona a atividade pesqueira é o “direito a vez”. Trata-se de um complexo mecanismo de controle das entradas e saídas dos pescadores no mar, demandando das condições da maré e das estações do ano. Esse acordo é estabelecido entre os próprios pescadores, onde é feito um rodízio entre as companhas (Figura17).

Figura 17 – Pescadores voltando do mar



Fonte: NUTEMC, 2014.

O mercado de pesca na praia de Itaipu concentra o pescado capturado no litoral da região oceânica do município através da comunhão dos pescadores, desde a captura no mar até a comercialização. Tanto a comercialização a atacado quanto a varejo não extrapola a escala local, estando situado no circuito inferior da economia urbana.

A primeira vista tais informações acerca da vida dos homens e mulheres do mar não tenham importância na análise do comércio do pescado em Itaipu. Contudo, se partimos de uma análise substantiva da economia e para os nossos propósitos seja importante a inserção do mercado na economia na arquitetura social, tais aspectos se tornam centrais. É dessa forma que tal mercado, socialmente necessário no dizer de Ana Clara Torres Ribeiro (2013), demanda de outros registros sociais que produzem normas e valores locais, estabelecidos mediante a densidade comunicacional, como a cultura, negociação constante e envolvimento.

O mercado de pescado em Itaipu se realiza pela manhã podendo chegar perto da tarde, dependendo da quantidade de compradores e pescado capturado. Conforme as embarcações chegam, um grupo de compradores se aglomera enquanto os pescadores negociam o valor do pescado a atacado de toda a produção mediante ao leilão. Importante destacar que as caixas utilizadas são as mesmas em todos os mercados estudados até aqui, por facilitar a padronização, tendo em vista que as caixas suportam o peso de 20kg de pescado.

Pelo fato da compra constante do gelo se tornar custosa, o pescador dá preferência para a comercialização a atacado, logo que desembarca em terra firme. Na medida em que se desdobra o leilão, os pescadores fazem uma oferta inicial, enquanto os compradores aumentam o lance os comerciantes vão desistindo, até sobrar o comprador (Figura 18). Dentre os principais consumidores atacadistas que podemos registrar, destacamos os: (i) Comerciantes locais; (ii) os pequenos atravessadores e os (iii) bolseiros. Trataremos especificamente desses três tipos de consumidores nas linhas a seguir.

Na falta de compradores, o pescado é beneficiado e exposto nas bancas para ser vendidos a varejo (Figura 19). O beneficiamento ocorre na banca de pescado na praia (Figura 20). Os consumidores varejistas podem escolher levar o pescado inteiro e lavado, inviscerado, em postas (dependendo do tipo de pescado). Dentre as espécies mais comuns estão a trilha, lula, olho de cão, carapicu e espada. Dentre as espécies, de alto valor de mercado estão à garoupa, o robalo, badejo.

Figura18 – Mercado a varejo na praia



Fonte: NUTEMC, 2014.

Figura 19 – Beneficiamento do pescado na praia



Fonte: NUTEMC , 2014.

Figura 20 - Leilão na praia de Itaipu



Fonte: NUTEMC, 2014.

Os comerciantes locais são donos de restaurantes e quiosques da região oceânica de Niterói que revendem o pescado para os banhistas que frequentam a praia. Tais compradores em sua maioria possui a vida de relações ligadas a pesca. Alguns pescadores atracam suas embarcações próximas aos bares. Destacamos neste sentido, a sazonalidade destes consumidores, tendo em vista que nos dias mais frios, o movimento de banhistas diminui e conseqüentemente a “saída” do pescado é menor.

Os pequenos atravessadores são intermediários que revendem o pescado para pequenas e médias peixarias da região oceânica de Niterói e no município de Maricá. A área de influência destes atravessadores é pequena e depende diretamente do nível de capital investido no armazenamento. Nos momentos de baixa procura e de baixa captura, os atravessadores buscam comprar em quantidade semelhante para que possam armazenar e revender em outro dia, o que faz com que os pescadores deem preferência a esses compradores “fidedignos”.

Os bolseiros são intermediários de baixo poder aquisitivo que comercializam o pescado nas feiras livres, pequenas bancas, nas ruas do bairro e no mercado popular do Largo da Batalha. Igualmente a isso, as táticas de cooperação também

são importantes para manutenção da atividade, pois a ajuda mútua entre os pescadores, desde o momento de atracar, na embarcação por horas a fio no mar, na distribuição do pescado, no retorno a terra firme e na comercialização do pescado. Possui uma estrutura de armazenamento do pescado, bem como a capacidade de deslocamento precária, variando de automóveis surrados com isopor e gelo, bicicletas e até mesmo cavalo munidos de cestas artesanais para o armazenamento.

Os pescadores, em comunhão com outros companheiros de mar, buscam “resolver a vida” através da cooperação e sociabilidade. Este fator se torna evidente quando o pescador volta de sua empreitada sem capturar uma quantidade significativa de pescado, auxilia, juntamente ao pescador que capturou mais, no beneficiamento e exposição do pescado nas bancas, ficando com uma parte da renda adquirida na venda. Igualmente a isso, a cooperação também é importante para manutenção da atividade, pois em todo momento existe a ajuda mútua entre os pescadores, seja o momento de atracar, ou dentro da embarcação por horas a fio no mar, na distribuição do pescado, no retorno a terra firme ou na comercialização do pescado.

O nível de renda dos consumidores a varejo influencia diretamente na “saída” do pescado na praia. Enquanto os consumidores da classe média buscam os peixes mais nobres como a Garoupa e a Pescada branca, os consumidores com o nível de renda mais baixo buscam peixes mais baratos, como a Cocoroca e a Corvinota. Vale reiterar que, mediante à perecibilidade do pescado, os próprios pescadores tratam de distribuir de graça o pescado para os consumidores de baixo poder econômico, quando não conseguem vender.

Parte da renda da venda do pescado é utilizada para manutenção da embarcação, das artes de pesca e na compra do gelo. O restante é dividido entre os pescadores que auxiliaram na captura, pelo qual uma parte maior fica com o dono da embarcação e o restante dividido em partes iguais entre os companheiros de empreitada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu analisar os mercados de pescado na metrópole fluminense, seus principais elementos e agentes e, dessa forma compreender os circuitos da economia do pescado na metrópole fluminense. Neste sentido, foram demonstradas diferentes situações onde os diversos agentes a partir dos mercados de alcances diferentes, utilizam e praticam o território.

Nas linhas a seguir argumentaremos sobre algumas considerações sem, contudo, esgotar a discussão sobre os mercados de pesca. Ao contrário! O final que segue as considerações desse trabalho é utilizado pura e simplesmente a título de efeitos formais.

Como foi dito nos parágrafos acima, os mercados dos circuitos superiores possuem um nível de organização pautado pela racionalidade instrumental, abrigando uma diversidade de agentes (leiloeiros, atravessadores, carregadores e, em menor escala, os pescadores artesanais). O pescado comercializado nesta forma mercado chega de várias regiões diferentes e - até mesmo do mercado internacional como o salmão- na maioria dos casos chegam por intermédio de caminhões especializados.

Tanto os mercados atacadistas (CEASA-RJ e colônia Z8) quanto os mercados varejistas (mercado de São Pedro) o cálculo nos preços bases do pescado se dão a partir da oferta e da procura. Todavia, apesar de toda a calculabilidade típica daquilo que Weber (2000) chamou de dominação burocrática racional, também é possível perceber nos mercados do circuito superior práticas de tributação típica da dominação tradicional, como no caso do “pinga” em que, na negociação dos preços do pescado entre o pescador e o comerciante, uma parcela do pescado é espoliada para o consumo do comerciante.

Igualmente, nos mercados do circuito superior o estoque do pescado comercializado atinge níveis cada vez mais abrangentes. Tendo em vista a perecibilidade do pescado, os mercados possuem níveis tecnológicos que possibilitam o armazenamento e centralização do pescado, de modo que possa abastecer a maioria das peixarias e restaurantes especializados da metrópole.

As formas de consumo do pescado também se diferenciam nos circuitos superiores. Enquanto os pescados mais nobres são comercializados nos

restaurantes, peixarias da zona sul do município do Rio de Janeiro, os demais pescados são comercializados em mercados populares, peixarias, feiras livres e ambulantes espalhados pela metrópole, fato que comprova o caráter hierárquico e complementar dos dois circuitos da economia urbana.

O que chamamos de circuito inferior da economia pesqueira realiza-se no bairro de Itaipu, região oceânica do município de Niterói. Aqui os pescadores comercializam diretamente com os consumidores, vendendo tanto a atacado quanto a varejo na praia. Os comerciantes costumam comprar o pescado a atacado e revender em seus estabelecimentos (quiosques e bares) nas praias da região oceânica. Logo que o pescado chega à praia, o pescado é comercializado mediante a negociação entre os pescadores e comerciantes. Quando o pescador não consegue comercializar o pescado a atacado, o pescado é exposto nas bancas e vendido no mercado varejista para os banhistas e moradores do bairro.

Criação, inventividade, companheirismo e negociação são características do mercado no circuito inferior. As características dessa economia substantiva, como nos ensinou Karl Polanyi (2000), nos desafia a propor outras reflexões acerca do humanismo concreto, recuperando os elos entre a cultura o mercado e o lugar, como propôs Ribeiro.

Contudo, encaramos essa dissertação a partir da suavidade epistemológica, descrita por Zoaul (2006). Neste sentido, os caminhos analíticos e desvios escolhidos adotam a incerteza como método, deixando mais questões em aberto do que encerrando tal temática. Portanto, nas próximas linhas pretendemos destacar as dificuldades encontradas e ressaltar alguns caminhos possíveis que a pesquisa desdobra.

Encontramos inúmeras dificuldades nos caminhos da pesquisa, dentre elas, destacamos a viabilidade de trabalhar com mercados “invisíveis”, tendo em vista a dificuldade de encontrarmos dados em instituições oficiais. Apesar de alguns destes mercados abastecerem a metrópole fluminense, e seu circuito produtivo algumas vezes ultrapassarem a escala da nação, a disponibilidade de dados em órgãos oficiais acerca dos mercados de pesca, mas também de toda atividade pesqueira artesanal, são muito pequenas. Atenuamos tais dificuldades com nossos trabalhos de campo e com o levantamento bibliográfico acerca do tema.

Outra dificuldade que encontramos é de mapear o papel da mulher no circuito produtivo da pesca, sobretudo no beneficiamento e comercialização do pescado.

Tais dificuldades se devem ao fato de que nos momentos em que estivemos nos campos e os dados obtidos em órgãos oficiais não ressaltarem a importância da família e da mulher no circuito produtivo da pesca artesanal. Por isso, acreditamos que o presente trabalho não se encerra aqui e tem a possibilidade de se desdobrar em outras questões no futuro.

E neste sentido os estudos geográficos assumem um importante papel, pois os problemas econômicos, destaca Milton Santos (1979), não podem ser estudados de um modo fragmentário. Ao lado dos aspectos da produção, é indispensável considerar e analisar os da distribuição e do consumo, assim como os do emprego, quer dizer, trata-se do sistema inteiro. É aqui que os estudos dos circuitos da economia urbana assumem um papel central no entendimento da produção num sentido amplo da pesca artesanal.

Nesta linha, que entendemos a economia pesqueira, com o desenvolvimento das forças produtivas, se desdobrou em dois sistemas distintos, hierárquicos e complementares ao mesmo tempo. Os dois mercados atacadistas estudados aqui assumem o papel de distribuição unificando o pescado de diversas organizações produtivas e ultrapassando as diversas regiões do Brasil e até de outros lugares do mundo. Nesses mercados, a presença do produtor direto, no caso o pescador, passa despercebido, aparecendo outros agentes que tratam de comercializar e lucrar com o labor destes. Este é o caso dos mercados atacadistas e do mercado de São Pedro.

Porém, como foi tratado no presente trabalho os impactos da modernização são extremamente seletivos produzindo dois circuitos diferentes. Na praia de Itaipu os agentes que produzem o mercado são os próprios pescadores que possui sua economia, nível técnico, e nível de organização enraizado na cidade. Outros elementos aparecem nessa forma de mercado, tais como reciprocidade, companheirismo e sentimento de pertencimento. O mercado, portanto, está submerso nas relações sociais e a renda é obtida para o sustento da família. Um mercado socialmente necessário.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Monica. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 2, n. 15, out. 2008. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- BERNARDES, Julia A.; ARACRI, Luís A. S. **Espaço e circuitos produtivos: a cadeia de carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.
- BERNARDES, Lysia C.; BERNARDES, Nilo. Pesca no litoral do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 17-50, jan./mar. 1950.
- CARVALHIDO, Victor Von Rondon. **Do “direito a vez” à vez aos direitos: conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu**. 2012. 97 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)—Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- CATAIA, Márcio. Uso do território e federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos Possíveis e Participação Política. **Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 14, n. 331, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-16.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1984.
- CORREA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- DOUMENGE, François. **Geografia do mar**. Lisboa: DIFEL, 1968.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- HARSBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.
- MARTINS, Sérgio. **Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência**. 2005. 230 f. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARX, Karl. **Para crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MONTENEGRO, Maria Regitz. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)—Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Circuitos espaciais e círculos de cooperação**. São Paulo, 1985. mimeografado.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as grandes origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A natureza da globalização e a globalização da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUEIROZ, Greiziane Araujo. **O circuito inferior da economia urbana**: a pesca no município de Ilhéus- BA. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

RESENDE, Alberto Toledo. **O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na primeira na primeira república**. 2011. 171 f. Dissertação (Mestrado em História Social)—Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia Antonia da et al. (Org.). **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letracapital, 2013. v. 3.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento local e a arte de resolver a vida. In: SILVA, Catia et al. (Org.). **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letracapital, 2013. v. 5.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAINT-PIERRE, Hestor L. **Max Weber**: entre a paixão e a razão. Campinas: UNICAMP, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma sociologia das ausências e por uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um “discurso sobre as ciências” revisitado. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação socioespacial como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, jun.1977.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. **A pobreza urbana**. São Paulo: EDUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2010.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, año 6, n. 16, p. 251-261, enero/abr. 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, Catia Antonia da. Por um desenvolvimento das economias locais: pesca e território. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

\_\_\_\_\_. Economia política do território: desafios para pensar a metrópole. In: SILVA, Catia Antonia da et al. (Org.). **Território e ação social: sentido da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Silvana Cristina. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na metrópole de São Paulo: os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)**. 2012. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia)—Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

\_\_\_\_\_. Mapeando os agentes do circuito inferior de produção na metrópole de São Paulo: elementos para o debate do território usado. In: SILVA, Catia Antonia da et al. (Org.). **Território e ação social: sentido da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. Economia política e ordem espacial: os dois circuitos da economia urbana. In: SILVA, Catia Antonia da et al. (Org.). **Território e ação social: sentido da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SOEIRO BRITO, Raquel. **Agricultores e pescadores portugueses na cidade do Rio de Janeiro**. Lisboa: Junta de Investigações Ultramar, 1960.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 2000. v. 1.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

## FONTES DOCUMENTAIS

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Pesca e Aquicultura**, 2009. Disponível em: <[www.fao.org](http://www.fao.org)>. Acesso em: 14 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Região metropolitana do Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Estudo técnico para a implantação da reserva marinha de Itaipu**, 2013. Disponível em: <[download.rj.gov.br](http://download.rj.gov.br)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

INFOPECA. **Os mercados de pesca do Rio de Janeiro**, 2010. Disponível em: <[www.infopesca.org](http://www.infopesca.org)>. Acesso em: 10 maio 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final 2014**. Disponível em: <[http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj\\_imagens/arquivos/revistarelatorios2014.pdf](http://www.fiperj.rj.gov.br/fiperj_imagens/arquivos/revistarelatorios2014.pdf)>. Acesso em: 08 jan. 2015.